



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

LÚCIA PEREIRA BEZERRA

**IDAS E VINDAS ÀS ILHAS DE CABO VERDE: UMA LEITURA DE CONTOS
SELECIONADOS EM *CONTOS COM LAVAS*, DE ONDINA FERREIRA**

CAMPO GRANDE/MS
2020

M	 <p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL</p>
L. BEZERRA	<p>LÚCIA PEREIRA BEZERRA</p>
<p>IDAS E VINDAS ÀS ILHAS DE CABO VERDE: UMA LEITURA DE CONTOS SELECIONADOS EM <i>CONTOS COM LAVAS</i>, DE ONDINA FERREIRA</p>	<p>IDAS E VINDAS ÀS ILHAS DE CABO VERDE: UMA LEITURA DE CONTOS SELECIONADOS EM <i>CONTOS COM LAVAS</i>, DE ONDINA FERREIRA</p> <p>Campo Grande/MS 2020</p>
2020	

LÚCIA PEREIRA BEZERRA

**IDAS E VINDAS ÀS ILHAS DE CABO VERDE: UMA LEITURA DE CONTOS
SELECIONADOS EM *CONTOS COM LAVAS*, DE ONDINA FERREIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: *Linguagem: Língua e Literatura*

Orientadora: Professora Dr^a. Susylene Dias de Araujo.

**Campo Grande/ MS
2020**

B469i Bezerra, Lúcia Pereira

Idas e vindas às ilhas de Cabo verde : uma leitura de contos selecionados em Contos com lavas, de Ondina Ferreira/ Lúcia Pereira Bezerra. -- Campo Grande, MS: UEMS, 2020
100 p.

Dissertação (Mestrado) – Letras – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2020.

Orientadora: Prof.^a Dra. Susylene Dias de Araujo.

1. Migração 2. Literatura cabo-verdiana 3. Contos com lavas 4. Ferreira, Ondina Maria Duarte Fonseca Rodrigues – 1946- I. Araujo, Susylene Dias de II. Título

CDD 23. ed. - 896

LÚCIA PEREIRA BEZERRA

**IDAS E VINDAS ÀS ILHAS DE CABO VERDE: UMA LEITURA DE CONTOS
SELECIONADOS EM *CONTOS COM LAVAS*, DE ONDINA FERREIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras – Linguagem, Língua e Literatura.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Susylene Dias de Araujo (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Altamir Botoso (Membro Interno)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Rony Márcio Cardoso Ferreira (Membro Externo)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS

Prof. Dr. Volmir Cardoso Pereira (Membro Suplente)
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/UEMS

Campo Grande (MS) 29 de Junho de 2020.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar os mais sinceros agradecimentos a todos que, de diversas formas, me apoiaram e contribuíram para que a conclusão deste trabalho fosse possível.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me fortalecer e tornar possível esse trabalho e na sequência:

À minha orientadora, Professora Dr.^a Susylene Dias de Araujo, por ter aceitado meu projeto, pela confiança e apoio. Sem sua colaboração seria inviável esse trabalho.

Ao meu esposo Edu, por toda paciência, amor e disponibilidade. Alguns nos dão as costas e vão embora. Enquanto outros nos amparam e nos ajudam vencer. Obrigada!

À Dr.^a e escritora Ondina Ferreira que, com imensa simpatia, me enviou sua obra de Cabo Verde, e a quem considero como uma irmã de Praia separada pelo mar.

Ao Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de pós-graduação – (PIBAP) da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) Unidade de Campo Grande, meus agradecimentos pelo apoio financeiro ao longo da realização das atividades.

Aos meus professores do Programa de Mestrado da UEMS/ Campo Grande, que de alguma forma contribuíram para meu conhecimento. Aos professores Dr. Altamir Botoso e Volmir Cardoso Pereira, pelas colaborações no meu Exame de Qualificação. Em especial, ao Professor Dr. Altamir Botoso, um ser humano cheio de luz, ao qual dedico toda a minha admiração e gratidão.

Aos meus amados filhos, Dyosaiko e Vinícios, que mesmo distantes, me incentivaram com frases de apoio e orações. Que Deus me capacite para continuar sendo exemplo na vida de vocês!

Aos meus pais, Alfredo e Aparecida, às minhas irmãs Sandra, Márcia, Maria José e Leonice, pelas orações e amor, sei o quanto me apoiaram. Amo-os incondicionalmente.

Por fim, agradeço as minhas colegas de curso: Natália Cavichioli e Carolina Echeverria por estarem ao meu lado durante esses dois anos de estudo. Obrigada a todos pelo carinho e apoio!

*Recordaram, sim,
porque eram recordações,
as suas ribeiras e leiras de terra
que ora secas,
ora estéreis,
as fizeram partir.
Mas também interrogaram-se,
buscando respostas que não tinham
sobre que lhes estaria reservado nessa altura
com o selo do destino.*

(Ondina Ferreira)

RESUMO

Este estudo propõe fazer uma leitura de três contos selecionados em *Contos com lavas* (2010), da autora cabo-verdiana Ondina Ferreira. As narrativas “A Troca”, “O pedido de casamento” e “O Visto” transcorrem a partir de meados do século XX, um período que se notabilizou em Cabo Verde por inúmeras migrações. As migrações são parte importante da identidade cultural, econômica e política de Cabo Verde, país que, desde o século XVI, já recebia imigrantes escravizados para trabalhar nas colônias portuguesas. A temática da migração é evidenciada nas literaturas africanas de língua portuguesa, principalmente, na de Cabo Verde e com a inauguração da revista *Claridade* (1936), verifica-se que muitos escritores cabo-verdianos centraram-se nos temas de valor telúrico presentes no âmbito da prosa e da poesia. O objetivo desta pesquisa consiste em evidenciar os constantes deslocamentos das personagens dentro das ilhas cabo-verdianas e fora dos seus limites territoriais, relacionando-os aos dramas vividos por elas. Para esse estudo usaremos como fundamentação textos críticos de Berthet (2012), Ferreira (1977), Fonseca (2007), Laranjeira (1995), Spánkova (2014), Caniato (2006), Abdala Junior (2003), Gomes (2008), Queiroz (2010), Grassi (2007), Bonnici (2009), dentre outros. Por meio da pesquisa realizada, foi possível concluir que as (e)migrações das personagens devem-se às secas cíclicas, seguidas pelas crises de fome que atingiam *Cabo Verde*, fazendo com que elas optem por duas saídas: partir ou ficar, no entanto, no final de suas histórias, notamos que ambas as opções são igualmente insatisfatórias, pois quem parte deseja regressar e quem fica, é tomado pelo desejo de partir.

Palavras-chave: Migração. Literatura cabo-verdiana. *Contos com lavas*. Ondina Ferreira.

ABSTRACT

This study proposes to read three selected stories in *Contos com lavas* (2010), by Cape Verdean author Ondina Ferreira. The narratives “The exchange”, “The marriage proposal” and “The Visa” have been going on since the middle of the 20th century, a period that stood out in Cape Verde for countless migrations. Migrations are an important part of the cultural, economic and political identity of Cape Verde, a country that, since the 16th century, has already received enslaved immigrants to work in the Portuguese colonies. The theme of migration is evidenced in Portuguese-language African literatures, mainly in Cape Verde and with the inauguration of the magazine *Claridade* (1936), it appears that many Cape Verdean writers focused on themes of telluric value present in the context prose and poetry. The aim of this research is to highlight the constant displacement of the characters within the Cape Verdean islands and outside their territorial limits, relating them to the dramas experienced by them. For this study, we will use critical texts by Berthet (2012), Ferreira (1977), Fonseca (2007), Laranjeira (1995), Spánkova (2014), Caniato (2006), Abdala Junior (2003), Gomes (2008) as a basis Queiroz (2010), Grassi (2007), Bonnici (2009), among others. Through the research carried out, it was possible to conclude that the (e) character migrations are due to cyclical droughts, followed by the hunger crises that hit Cape Verde, making them choose two ways out: to leave or stay, however, at the end of their stories, we note that both options are equally unsatisfactory, because whoever leaves wants to return and who stays, is overcome by the desire to leave.

Keywords: Migration; Cape Verdean literature; *Contos com lavas*, Ondina Ferreira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - ONDINA FERREIRA: UM TRIBUTO A CABO VERDE	15
1.1 Assimilação e Conscientização Nacional nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	19
1.2 A poesia e a ficção em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau	20
1.3 Cabo verde: antes e depois da <i>claridade</i>	36
CAPÍTULO II – O TEXTO CABO-VERDIANO COMO LITERATURA DE MIGRAÇÃO.	48
2.1 A diáspora e o exílio.....	51
2.2 Os ritos migratórios	52
2.3 O <i>ir e vir</i> na literatura de Ondina Ferreira	54
CAPÍTULO III – <i>CONTOS COM LAVAS</i> : O FLUXO HUMANO NAS ILHAS CABO-VERDIANAS	56
3.1 “A Troca”: A diáspora e as privações do feminino.....	56
3.2 “O pedido de casamento”: A emigração e a diferença entre as classes sociais.....	62
3.3 “O Visto”: aquisição de visto para turismo	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72
ANEXOS.....	76

INTRODUÇÃO

As literaturas africanas de expressão portuguesa compreendem produções literárias em prosa e em poesia de países como Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. No âmbito da prosa, centramo-nos na literatura cabo-verdiana e no gênero conto, no qual se aventuraram autores como Germano Almeida, Carlos Araújo, Joaquim Arena, Kaká Barbosa, Fátima Bettencourt, João Branco, Vera Duarte, Ondina Ferreira, Manuel Figueira, Tchalê Figueira, José Vicente Lopes, Leão Lopes, Vasco Martins, Le Vlad Nobre, Marilene Pereira, Luísa Queirós, Ivone Ramos, Mário Lúcio Sousa e Orlanda Amarílis (LARA, 2007, on-line).

Nesse sentido, esta dissertação busca fazer uma leitura de três contos selecionados na obra *Contos com lavas* (2010), de Ondina Ferreira, são eles: “A Troca”, “O Pedido de Casamento” e “O Visto”. Nosso objetivo é evidenciar os constantes deslocamentos das personagens dentro das ilhas cabo-verdianas e fora dos seus limites territoriais, relacionando-os aos dramas vividos pelas crises cíclicas e a fome. Assim, a escolha dos três textos justifica-se por estarem de acordo com a temática do deslocamento humano.

As migrações em Cabo Verde tiveram início com a chegada dos portugueses por volta do século XIX. A exploração de países ricos como Portugal resultou em milhões de africanos escravizados, que, ao serem retirados à força de sua região, foram levados para trabalhar nas colônias de produção de café e cacau. Esse trabalho escravo foi mantido pela colonização portuguesa até as duas primeiras décadas do século XX, e após a abolição, passou-se ao regime de contrato, contando com os cabo-verdianos livres para trabalharem nas roças em S. Tomé e Príncipe, conforme pontua Berthet (2012, p. 333): “Vale lembrar que São Tomé e Príncipe – “país-plantação” – foi qualificado [...] como “colônia de plantaço”, mas o nome até hoje mais comum para definir os latifúndios são-tomenses é a palavra “roça”, utilizada localmente”.

Apesar de a agricultura são-tomense ter sido uma solução para a escassez material dos cabo-verdianos, não passou de uma emigração forçada, ou seja, uma experiência dolorosa, pois, embora livres, eles acabavam optando pelos trabalhos nas roças.

Devido às sucessivas crises de secas, os homens e as mulheres livres se submetiam à condição de escravos. De acordo com Amarílis Barbosa Martins (2009), essa emigração decorreu entre 1920 a 1970,

impulsionada por iniciativa do governo colonial português através de leis que tinham como finalidade o recrutamento de mão-de-obra braçal para trabalhar nas fazendas agrícolas – designadas por roças em São Tomé – e, posteriormente, para outras colónias portuguesas africanas, visando suavizar ou aliviar as crises em Cabo Verde e garantir mão-de-obra nas outras possessões portuguesas (AMARÍLIS, 2009, p. 89)

Após a desativação do sistema roceiro, com a independência de Cabo Verde, em 1975, muitos emigraram para os grandes centros urbanos como Europa e os Estados Unidos, como uma maneira de fugir do desemprego, da falta de chuva, fome e extrema pobreza.

A tragédia das grandes secas e da fome foi um dos fatores responsáveis pelos constantes fluxos migratórios em Cabo Verde e constitui-se numa fonte de inspiração para os escritores da revista *Claridade* (1936). Manuel Ferreira (1977) observa que, a partir de 1930, muitos foram os sinais de mudança nas literaturas africanas de língua portuguesa. Poetas e escritores assimilados aos moldes ditados pela metrópole passaram a escrever uma literatura mais consciente, com temas direcionados ao contexto do seu arquipélago, como as migrações.

Na tentativa de explicar as migrações internas e externas em Cabo Verde e os dramas vividos pelas personagens, consideramos por bem estruturar o nosso trabalho em três capítulos, contando com uma contextualização teórica da problemática do homem africano, que visa abarcar, em especial, a região de Cabo Verde e a maneira pela qual tal problemática é recriada nos contos de Ondina Ferreira.

Na primeira parte do capítulo 1, apresentaremos a autora de *Contos com lavas* (2010), Ondina Ferreira, e sua fortuna crítica. Para isso contamos com um conjunto de escritos da Professora Simone Caputo Gomes, da Universidade de São Paulo – USP. Para a especialista em literaturas africanas, Ondina Ferreira faz parte das representantes femininas que mantém relação com a tradição literária cabo-verdiana. E, afirma que a escrita literária de autoras como Ondina Ferreira, “[...] tem procurado empreender a viagem ao espaço crioulo, notadamente aos “mundos” habitados e criados pela mulher” (GOMES, 2008, p. 7).

No primeiro tópico, será elaborado um estudo sobre a assimilação e conscientização nacional nas literaturas africanas de língua portuguesa. Compreendemos que as literaturas africanas de língua portuguesa nasceram de uma situação histórica (assimilação), que se originou no século XV, quando os portugueses iniciaram suas viagens à África. O processo de conscientização iniciou-se somente nos anos 1940 e 1950 do século XIX. Segundo Manuel Ferreira (1977), poetas e escritores enobreceram a cultura portuguesa por um longo período, e essa assimilação nos textos configura-se na centralização da figura do branco europeu e não

do negro africano. Conforme Fonseca (2007), a fase do rompimento com os moldes europeus é a da conscientização dos autores que se voltam para os valores do homem africano.

No segundo tópico, trataremos, panoramicamente, sobre a poesia e a prosa angolana, guineense, moçambicana e santomense com o objetivo de ampliar o conhecimento das literaturas africanas nesses países, onde o português também é língua oficial. No terceiro, daremos ênfase à literatura cabo-verdiana e ao gênero conto, a fim de abranger todas as variáveis que norteiam o tema pesquisado. Esse complexo retrato da sociedade cabo-verdiana aparecerá nas primeiras publicações da revista *Claridade* (1936), concebida por escritores que expressam uma literatura preocupada com a realidade cabo-verdiana.

Na primeira parte do capítulo 2, será elaborado um estudo mais específico sobre o texto cabo-verdiano como literatura de migração. Esse fenômeno tem a ver com a identidade cultural de Cabo Verde, por isso são raros os textos cabo-verdianos que não mencionam a diáspora. Dessa maneira, procuraremos no primeiro item destacar a diáspora e o exílio cabo-verdiano como parte da história desse país.

No segundo tópico, abordaremos os ritos migratórios, enfocando mais especificamente o sistema de roças da ilha de S. Tomé e Príncipe, como uma forma dos trabalhadores buscarem em outras colônias um meio de garantir a sobrevivência.

No terceiro tópico, procuraremos destacar o *ir e vir* na literatura de Ondina Ferreira como forma de perceber o engajamento da autora com os problemas políticos, sociais e culturais do arquipélago.

No capítulo 3, apresentaremos a obra *Contos com lavas* (2010), e nos itens seguintes, realizaremos a análise dos seguintes contos: “A Troca”, “O pedido de casamento” e “O visto”, buscando evidenciar a diáspora dentro e fora das ilhas cabo-verdianas, relacionando-a aos dramas das secas periódicas e a fome que se configuram no tecido narrativo dos referidos contos.

Para esse estudo, utilizamos como fundamentação teórica os textos críticos de Berthet (2012), Ferreira (1977), Fonseca (2007), Laranjeira (1995), Spánkova (2014), Caniato (2006), Abdala Junior (2003), Gomes (2008), Queiroz (2010), Grassi (2007), Bonnici (2009), dentre outros. Por meio da realização dessa pesquisa, pretendemos destacar que as migrações durante as narrativas devem-se às secas *cíclicas*, seguidas pelas crises de fome que atingiam *Cabo Verde*, fazendo com que as personagens optem por duas saídas: partir ou ficar, no entanto, no final de suas histórias, notamos que ambas as opções são igualmente insatisfatórias, pois

quem parte deseja regressar e quem fica, é tomado pelo desejo de partir, configurando um dilema insolúvel que Ondina Ferreira capta e recria brilhantemente em suas narrativas.

CAPÍTULO I

ONDINA FERREIRA: UM TRIBUTO A CABO VERDE

A escritora Ondina Maria Fonseca Rodrigues Ferreira nasceu no dia 17 de Agosto de 1946 em pleno movimento de diáspora, a bordo do “Guiné”, barco português que ia do Mindelo, ilha de São Vicente, Cabo Verde, para Lisboa, Portugal. Em Lisboa, fez seus estudos universitários licenciando-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, é Mestre em Ciências de Educação pela Universidade de Massachusets, USA, onde conheceu o marido com quem foi para Guiné-Bissau, depois da Revolução dos Cravos. Havia chegado a hora de contribuir com a escrita e a literatura na luta de libertação em África (FERREIRA, 2010, orelha do livro).

A professora Ondina Ferreira atuou na área de língua e literatura Portuguesa e Cabo-verdiana no Instituto Superior de Educação. E, contribuiu em várias publicações literárias e jornais que se estendem a vários campos de conhecimentos e interesses.

Colaboradora e co-fundadora de Revistas e de Boletins de Ensaio e Crítica literário-cultural cabo-verdianos. Destacou-se entre co-fundadora e colaboradora da ***Voz di Letra, Fragmentos, Pre-textos; Magna, Cultura*** da qual foi diretora: ***Arquipélago, Artiletra, Farol, Revista África de Literatura e Arte e Cultura***. De igual importância foi colaboradora de artigos de opinião nos Jornais ***Terra nova*** e ***Expresso das Ilhas*** (QUEIROZ, 2010, p. 114).

Além disso, a escritora e ensaísta foi Ministra da Educação e da Cultura e também ex-ministra da Comunicação Social (1993-1994); participou da Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares (1994-1996), da Educação e Desporto (1995-1996), foi diretora executiva do IILP (2001-2004), deputada pelo Movimento para a Democracia, conhecido pela sigla MpD, partido político de centro-direita de Cabo Verde. Atualmente tem participado ativamente das discussões acerca da cultura e literatura cabo-verdiana, bem como das questões em torno da lusofonia.

Foi Diretora Executiva do IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2001-2004). Em 2016, fez parte dos escritores cabo-verdianos que participaram do VI EELP – Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, na Cidade de Praia em Cabo Verde. Nesse encontro a escritora fez uma homenagem ao escritor Arménio Vieira, juntamente com Jorge Carlos Fonseca.

Para a análise à obra e Homenagem a Arménio Vieira, o VI EELP contou com duas intervenções: a de Jorge Carlos Fonseca, na sua qualidade de escritor e poeta e não

como Presidente da República (esta intervenção não chegou a ser vertida em texto pelo autor); e a de **Ondina Ferreira**, onde a escritora destaca a cultura clássica do poeta Arménio Vieira e a “intertextualidade pessoa na transfigurada” de muitos dos seus textos adaptados à realidade insular. Sublinha a escritora que “a poesia de Arménio Vieira corporiza -se numa tal subtileza imagística que a plurissignificação das palavras escolhidas, a linguagem metafórica, culta, multifacetada, a beleza rítmica, a musicalidade versatória ... são tidas em plena valorização” (VI EELP, 2017, p. 25, grifo nosso).

O diálogo entre diferentes gerações de escritores era o objetivo da UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. Segundo o Secretário-Geral da UCCLA, Vítor Ramalho:

O encontro refletiu a sensibilidade e o saber de Cabo Verde e a cor da Cidade da Praia. Foi um abraço com o Oceano que abre as fronteiras do Mundo [...] a valorização da cultura como fator de desenvolvimento, a difusão e promoção das literaturas dos países que falam Português (VI EELP, 2017, p. 15).

Além disso, a autora Ondina Ferreira, colabora com a cultura com parte das suas obras teóricas, estudos de arte, cultura e textos ficcionais. Destacamos alguns títulos: *Amor na Ilha e Outras Paragens* (2001), *Ponto de Partida e Outros Contos* (2001), *Baltazar Lopes da Silva e a Música* (2006), *Maria Helena Spencer - Contos, Crônicas, e Reportagens* (2005), a coletânea *Elas Contam* (2008), *Inquietações em Crônicas Datadas* (2008) com a colaboração do seu esposo. E, por fim a obra *Contos com Lavas* (2010), uma coletânea de doze contos, dos quais selecionamos três para tratarmos da vida das personagens nas ilhas de Cabo Verde.

Todas as obras citadas da autora, “a põem no ciclo dos principais escritores e ensaístas dos tempos que correm em Cabo Verde, mormente entre as mulheres que se aventuram no mundo mágico da literatura” (Expresso das Ilhas, texto online). *Amor na ilha e Outras Paragens*, por exemplo, é um dos livros de contos no qual Ondina Ferreira usa o pseudônimo *Camila Mont-Rond*. Nessa obra, a autora simboliza nas personagens femininas a subjugação a que elas se submetem, resultado do sistema colonialista patriarcal do século XVI. A autora retrata nessa obra as mulheres cabo-verdianas e as lutas pela independência.

Ondina Ferreira é produtora de uma prosa literária antes pouco conhecida, no entanto, nos últimos anos em Cabo Verde e no Brasil, vem crescendo os trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses problematizando os temas relacionados às suas obras.

A professora e crítica Simone Caputo Gomes dedica-se à cultura de Cabo Verde há mais de 40 anos e atualmente tem incentivado os Estudos Cabo-verdianos na USP – Universidade de São Paulo. As pesquisas voltadas à produção literária feminina cabo-

verdiana têm ajudado na divulgação de obras de autoras como Ondina Ferreira, que se propõem a

Outros olhares acerca dos papéis sociais das mulheres e das relações de gênero na sociedade cabo-verdiana: Maria Helena Spencer, Orlanda Amarílis, Ivone Aída, Maria Margarida Mascarenhas, Fátima Bettencourt, Dina Salústio, Vera Duarte, Ondina Ferreira (GOMES, 2013, p. 1).

Para Gomes (2008), o trabalho de autoria feminina tem o propósito de aproximar o conhecimento adquirido com experiências vividas em Cabo Verde, retratando a realidade das ilhas “em diversos níveis: regional, nacional, na diáspora e/ou lançando-se para o universal, sob o crivo da história ou da memória” (GOMES, 2008, p. 8).

Sônia Maria Alves de Queiroz, também é estudiosa das obras de autoria feminina cabo-verdiana, ela defendeu sua tese *Literatura e Representação Social das mulheres em Cabo Verde: Vencendo barreiras* (2010), orientada pela Professora Simone Caputo. Nessa tese, ela analisa o conto “O Suicídio da Quina” de Camila Mont-Rond, pseudônimo de Ondina Ferreira.

Nesse trabalho, Sônia Maria Alves de Queiroz disserta sobre a emancipação feminina em Cabo Verde, e a entrada tardia, mas decisiva, das produções de mulheres no cânone literário. Ela busca demonstrar como as escrituras de Camila Mont-Rond e outras escritoras, “revelam subjetividades femininas que lançam novos olhares e novos recortes que dialogam o universo representado pela ótica masculina” (QUEIROZ, 2010, p. 117).

A intenção de Sônia Maria Queiroz em analisar o conto “O suicídio da Quina”, apresentado também em *Contos com lavas* (2010), obra da nossa pesquisa, é compreender como a escrita da autora retrata ficcionalmente a situação social das mulheres cabo-verdianas. Em uma análise crítica, a pesquisadora se reporta ao conto:

Há várias passagens no texto que nos dão pistas sobre a carga de reflexão que Ondina Ferreira (Camila Mont-Rond) quer imprimir à trama. Os rituais cabo-verdianos das bodas, suas festas e preceitos, são abordados para enfatizar a importância da virgindade de Quina para o povoado em que vivia (QUEIROZ, 2010, p. 117).

Em outra análise, no artigo *Os valores morais do arquipélago cabo-verdiano no conto “O suicídio de Quina” de Camila Mont-Rond*, publicado no caderno da revista X SEL (Seminário de Estudos Literários), de 8 e 9 de novembro de 2010, do Programa de Pós-graduação em Letras UNESP/Assis, Queiroz enfatiza que Ondina Ferreira abrange o tema da

virgindade no conto para fazer uma reflexão dos preconceitos ainda vigentes em torno desse assunto.

Em uma entrevista feita pelo PGL – *Portal Galego da Língua*, no dia 5 de dezembro de 2009, a professora Dra. Simone Caputo Gomes explica a motivação pelos estudos relacionados a Cabo Verde, e cita o nome de Ondina Ferreira entre as principais escritoras de literatura cabo-verdiana, reforçando a mulher como escritora nesse país:

A literatura produzida por mulheres é hoje um filão de pesquisa importante em Cabo Verde, despontando as obras de Vera Duarte, Fátima Bettencourt, Dina Salústio, *Ondina Ferreira*, Orlanda Amarílis, Ivone Aída, entre outras das muitas mulheres que escrevem bem (entrevista online, grifo nosso).

Izabel Cristina Oliveira Martins (2018), em seu artigo intitulado *Palavras: Escrita Feminina, Lusofonia, Áfricas* publicado pela Revista CONAGES, disserta sobre as poucas presenças femininas nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Entre elas, Ondina Ferreira, que divulga seus trabalhos em revistas ou em livro individual, ressaltando o seu valor enquanto prosista.

É importante destacar a preocupação que a literatura africana de autoria feminina tem em refletir a realidade insular. Temas como a seca, o mar, a emigração, a partida e o regresso, e a condição feminina são recorrentes no mundo ficcional de Ondina Ferreira, que aparece como criadora de uma prosa que se utiliza desses elementos e da língua portuguesa para representar a cultura da sua nação, Cabo Verde.

Para a escritora Ondina Ferreira, o aprendizado da língua portuguesa para a sua formação pessoal e intelectual, é de suma importância. Conforme se pode notar no seguinte excerto:

Dirijo-me a ti, minha amada Língua em jeito de homenagem, num desabafo curto e breve, a um tempo afectivo e instrumental.
 Afectivo porque me criei contigo e através de ti compreendi os outros e o mundo diferente. Também foste a minha Língua maternal primeira. Minha mãe ninou-me, embalou-me com canções que tu moldaste.
 Instrumental, porque contigo aprendi as primeiras letras, os primeiros números, os livros que me acompanharam a vida toda. Os conhecimentos, os conceitos e as ideias que conceptualizei foram todas, quase todas adquiridas graças a ti.
 Por meio de ti cheguei a outras culturas, a outros escritores, a poetas, filósofos, pensadores e artistas vários. Contigo alarguei o meu horizonte, consolidei as fundamentações das minhas convicções e do meu estar no mundo.
 Afinal, também sou o que sou – mesmo na minha dimensão crioula que tu criaste – muito graças a ti! Mil vezes obrigada! Minha bela Língua! Por tudo que me deste e como uma boa mãe, sem nada pedir em troca. (FERREIRA, 2019, on-line).

Nas suas ponderações, verifica-se a gratidão por ter sido alfabetizada pela mãe por meio da língua portuguesa e, de certo modo, esse sentimento unifica a sua produção literária num âmbito mais amplo que é o das literaturas africanas de expressão portuguesa e isso é visto positivamente pela autora de *Contos com lavas*.

Dessa forma, no próximo tópico, torna-se fundamental abordarmos as literaturas africanas de língua portuguesa, para mostrar como se deu o processo de assimilação dos escritores, como a adoção da língua e da cultura europeia. E, posteriormente, como eles se posicionaram em prol de uma conscientização, que representa a valorização da raça e da cultura africana.

1.1 Assimilação e Conscientização Nacional nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa

As literaturas propriamente africanas de língua portuguesa resultaram de uma colonização em África que perdurou entre os séculos XV e XX. Ferreira (1977) afirma que, a princípio, assim como no Brasil, a literatura era escrita por historiadores e escritores que davam informações sobre as novas terras dominadas por Portugal, e tinha como objetivo enobrecer a cultura europeia. A esse respeito, Fonseca (2007) ressalta que esse longo processo histórico, de quase 500 anos, trouxe como consequência a assimilação do escritor africano, que até meados dos anos de 1930, escrevia baseado nos modelos europeus. A assimilação representa uma mudança cultural dos povos africanos, baseada na ideologia colonial portuguesa. De acordo com o conceito dado por Rui Pereira,

A assimilação [...] configura em si a própria dominação, processo pelo qual os elementos de uma cultura dominada se transformam, ou se aniquilam, em face da imposição de um modelo cultural dominante: a assimilação implica a alienação total e absoluta da história e da sociedade “de origem” (PEREIRA, 1986, p. 183).

Essa alienação do escritor africano em relação aos problemas sociais e culturais da sua nação constata que a civilização europeia era um modelo absoluto e que a literatura em África estava longe de ser reconhecida como literatura africana de língua portuguesa.

No entanto, nos anos de 1940 e 1950, com o surgimento da imprensa, muitos escritores culturalmente desenvolvidos passam a escrever de forma crítica sobre o sistema colonial, “Mas o aparecimento de uma actividade cultural regular na África associa-se intimamente à criação e desenvolvimento do ensino oficial e ao alargamento do ensino de

expressão e à instalação do prelo...” (FERREIRA, 1977, p. 12). Algumas publicações desse período são consideradas os primeiros indícios de uma conscientização nacional, como por exemplo, o *Almanach de lembranças* e o *Almanach de lembranças luso-brasileiro*, duas produções apontadas como um marco inicial na literatura de língua portuguesa em África, mais propriamente na literatura cabo-verdiana.

As literaturas africanas de língua portuguesa alcançaram sua autonomia devido à utilização do português europeu alternado com o crioulo nativo, essa estratégia do hibridismo nas produções literárias coloca o escritor numa posição de “homem-de-dois-mundos” (FONSECA, 2007, p. 13), preenchendo uma posição entre brancos e negros, língua portuguesa e crioula.

Essa mistura das duas línguas teve forte impacto na literatura, pois após a independência de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, entre os anos de 1970 e 1975, o idioma português se tornou oficial nas cinco ex-colônias africanas.

No próximo tópico, optamos por fazer uma reflexão sobre a poesia e a ficção das literaturas angolanas, moçambicanas, santomense, guineense e, posteriormente, de Cabo Verde, dando uma ênfase aos contos cabo-verdianos que resgatam a história e a memória do povo do arquipélago, pois disso decorre o objetivo do nosso estudo.

1.2 A poesia e a ficção em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau

A literatura angolana inicia-se na segunda metade do século XIX, com a criação do *Boletim Oficial de Angola* e a publicação do livro de poesias *Espontaneidades de minha alma* (1849), representada pelo escritor José Silva Maia Ferreira. Segundo Ferreira (1977), o escritor é “africano de nascimento e de cor [...] O seu livro de poemas [...] marca o início da literatura angolana de língua portuguesa” (FERREIRA, 1977, p. 17). *Espontaneidades de minha alma* é uma literatura considerada colonial e exalta a terra através das temáticas do amor, da fraternidade, gratidão, recordação familiar, amizade, enlevo rústico e paisagismo.

Uma segunda obra poética, intitulada *Delírios* (1890), de autoria de Joaquim Dias Cordeiro da Matta, inspirou as novas gerações de *filhos da terra* a escreverem a respeito da nação sem a influência da literatura portuguesa. Dessa maneira, a partir de 1966, com a imprensa livre, surgem em Angola, novas gerações de escritores que puderam expressar em

mais de 50 periódicos publicados, temas liberais e autonomistas, como as produções literárias *Voz d'Angola – Clamando no deserto (1901)*, e *Luz e Crença (1902)*.

O primeiro texto em prosa em Angola, a noveleta *Nga Mutúri* (1882), pertence a Alfredo Troni, português natural de Coimbra (1845). O escritor fundou e dirigiu jornais em português e quimbundo, língua que aprendera durante os anos em que lá viveu. *Nga Mutúri* é considerado um texto de influência romântica e realista, pois retrata uma sociedade que sofre um processo de aculturação. De acordo com Laranjeira (1995),

Ainda não chegara o tempo da Conferência de Berlin (1884-85), que sancionou a partilha e ocupação real do continente africano, obrigando as potências coloniais a mostrarem que estavam no terreno. Luanda era uma cidade com escassos milhares de habitantes, incluindo poucos brancos. Vivia-se uma atmosfera crioulezante, mas não crioula, como já se tem aventado. Entende-se aqui por *sociedade crioula* a que resultou de indivíduos provenientes de sociedades diferenciadas e produziu uma cultura nova, crioula, pela miscigenação de duas ou mais culturas, com o homem adoptando usos e costumes provenientes de espaços e tempo heterogêneos, por vezes quase antagónicos, nem sempre se dando conta desse facto. É nessa sociedade *aculturativa*, miscigenante, modeladora dos comportamentos segundo normas resultantes quer da sociedade negra, quer da branca, que Alfredo Troni se integra por inteiro, aderindo telúrica, sentimental e culturalmente à *terra*, ao modo de vida do *país* (no sentido oitocentista de *tellus mater* e convivência social) (LARANJEIRA, 1995, p. 48 grifos do autor).

De acordo com Spánkova (2014, p.7), António Assis Júnior, escritor assimilado, que imitava os modelos de textos europeus, aparece também na lista de escritores de narrativas angolanas. Em 1929, ele publica no folhetim *A Vanguarda*, a obra *O Segredo da Morta*, com temas diferentes da literatura africanista portuguesa.

Um escritor de prestígio, consciente da narrativa moderna, é Castro Soromenho, que segue a ficção neorrealista nas obras *Terra Morta*, 1949, *Viragem*, 1957 e *A Chaga*, 1970, narrativas de crítica social. Castro Soromenho, em *Terra Morta*, denuncia a violência colonial e a miséria do povo da localidade Camaxilo, em Lunda, Angola.

Em 1950, Angola passa por uma conscientização nacional com o surgimento do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA). Os jovens filhos da terra passam a publicar obras com temas relacionados à construção da identidade nacional. O lema era “Vamos descobrir Angola” (SPÁNKOVA, 2014, p.7). Nessa década de 1950, destaca-se a revista *Mensagem* (1951), com publicações de António Jacinto (*Poemas*, 1961), Viriato da Cruz (*Poemas*, 1961) e Agostinho Neto, autor da *Sagrada Esperança* (1974). Posteriormente, surge a revista *Cultura* (II série, 1957–1970), com os escritores Mário António, Henrique Abranches e Luandino Vieira (*Luuanda*, 1964).

Luandino Vieira, pseudônimo literário de José Vieira Mateus da Graça, nasceu em Vila Nova de Ourém, em 4 de maio de 1935. O autor é responsável por uma inovação da língua literária, adaptando os modos gramaticais da língua quimbundo, oriunda de Angola, no uso do português. A nova linguagem sofre influência do quimbundo nos tons e na sintaxe da língua portuguesa de Portugal.

Até aqui, percebemos que aconteceram muitas inovações literárias, principalmente na *Casa dos Estudantes do Império* (CEI), quando os jovens escritores angolanos começavam a demonstrar uma preocupação em relação à questão da identidade. A questão da identidade aparece na literatura angolana como uma forma dos escritores da terra lutarem abertamente pela valorização da sua cultura, e romperem definitivamente com o colonialismo português.

A estética angolana em 1970, mas aproximadamente nos anos de 1972/1974, antes da independência do país, sofreu algumas influências da modernidade dos grandes centros mundiais. No entanto, no ano da independência, em 1975, os escritores passaram a lutar por uma ideologia nacionalista com exaltação e valorização da pátria, que culminou, em 1980, numa “natural apologia política do novo poder” (LARANJEIRA, 1995, p.41).

A geração de 1970 constituiu-se de europeus portugueses residentes e de angolanos de passagem no exército português, que escreviam nos editoriais das cidades de Luanda, Lobito, Nova Lisboa e Malangue. Algumas dessas publicações como *Chão de oferta* (1972), de Ruy Duarte de Carvalho (poemas), *Itinerário da literatura angolana* (1972) de Carlos Ervedosa, *Crónica do ghetto* (1973), de David Mestre (poemas) e *Tempo de ciclo* (1973), de Jofre Rocha (poemas), “representam a ruptura estética com as gerações precedentes” (SPÁNKOVA, 2014, p. 8).

Um dos mais importantes escritores angolanos com experiência na Luta Armada de Libertação Nacional (1961) é Artur Carlos Maurício Pestana, conhecido como Pepetela, seu pseudônimo. O autor nasceu em Benguela, Angola, em 1941, e estudou na CEI – Casa dos estudantes do Império de Lisboa. Formou-se em Sociologia, “e, no Centro de Estudos Angolanos que os nacionalistas haviam instituído, dedicou-se a escrever, com Costa Andrade e Henrique Abranches, para o MPLA, uma *História de Angola*, numa perspectiva resumida e revolucionária” (LARANJEIRA, 1995, p. 144). Pepetela escreveu até os anos de 1970, obras que retratam uma situação sócio-histórica de diáspora e guerrilha. O romancista foca em seu trabalho na

[...] reconstrução do passado mítico, revela-se como um dos construtores mais eficientes da ideia de nação. Entre as suas obras destacam-se os romances *Mayombe* (1980), *Yaka* (1984), *Lueji. O Nascimento de Um Império* (1990), *Geração de Utopia* (1992), *Parábola do Cágado Velho* (1996) ou *A Gloriosa Família* (1997) (SPÁNKOVA, 2014, p. 42).

O romance *Mayombe*, considerado uma narrativa poética, foi escrito em Abril de 1969, mas publicado em 1980, cinco anos depois da independência de Angola, que se deu em 11 de Novembro de 1975. A obra tem como tema a Guerra, e retrata o dia a dia dos guerrilheiros revolucionários contra a ordem portuguesa. O personagem principal é um guerrilheiro que se chama Comandante Sem Medo, que

[...] leva adiante o seu trabalho no meio de grandes e compreensíveis dificuldades, agravados pela corrupção interna, o tribalismo, o racismo, o oportunismo e outros males universais, duvidando seriamente do triunfo da revolução em armas, acabando por morrer (LARANJEIRA, 1995, p. 145).

Uanhenga Xitu, nome Kimbundu de Agostinho André Mendes de Carvalho, semelhantemente a Pepetela, foi ativista político e ficcionista. O escritor nasceu em Luanda, 29 de agosto de 1924 e morreu em Angola no dia 13 de fevereiro de 2014. De acordo com Spánkova (2014), referindo-se ao autor, quando vivo, “[tinha] seguido um projeto de *africanizar* a literatura angolana e de lhe impor o sabor de *oratura*” (SPÁNKOVA, 2014, p. 50). Dentre as coletâneas de contos do escritor, a narrativa que mais se destaca é “*Mestre Tamoda*, 1974, *Mestre Tamoda e Outros Contos*, 1977. Tamoda é um personagem que se diferencia na sua aldeia pelo modo de se vestir e de inventar palavras que não existem na língua portuguesa.

Mestre Tamoda

Tamoda, muito novo, dirigiu-se à cidade de Luanda, onde viveu muitos anos. Nesta, trabalhava e estudava nas horas vagas, com os filhos dos patrões e com os criados do vizinho do patrão. Assim, conseguiu aprender a fazer um bilhete e uma cartinha que se compreendia. No último emprego, na casa de um Doutor que vivia solteiro, quando o patrão se ausentava para o serviço passava o tempo a decorar e a copiar os vocábulos do dicionário. Aqueles vocábulos que lhe soavam bem. Já homem e na idade de casar abandonou a cidade e o emprego e voltou à sanzala que o viu nascer. [...] Em casa, na presença daqueles que o iam saudar, abriu a mala que trazia muitos romances velhos, entre eles um dicionário usado e já carcomido, algumas folhas soltas de dicionários, cadernos garatujados com muito vocabulário, um livro de *Como se escrevem cartas de amor*, outro de *Manual de correspondência familiar* e alguns volumes de leis.

O novo intelectual, no meio de uma sanzala em que quase todos os seus habitantes falavam quimbundo e só em casos especiais usavam o português, achou-se uma sumidade da língua de Camões. Ao dicionário apelidava: o ndunda – aliás, termo também aplicado, em quimbundo, a qualquer livro volumoso e de consulta. Nas reuniões em que estivesse com os seus contemporâneos bundava, sem regra, palavras caras e difíceis de serem compreendidas, mesmo por aqueles que sabiam

mais do que ele e que eram portadores de algumas habilitações literárias. (SPÁNKOVA, 2014, p. 51).

Em *Mestre Tamoda*, Uanhenga Xitu registra, como em quase toda a literatura africana de língua portuguesa, a temática do *ir e vir e*, conseqüentemente, o processo de aculturação da língua, em razão do contato com a cultura branca. Sabemos que a política de Portugal tinha como objetivo destruir a tradição crioula através da aculturação da língua, dessa forma, *Mestre Tamoda* subverte o português misturando-o ao quimbundo.

Escritor de influência, que contribuiu e contribui para uma mudança na literatura angolana é Manuel Rui. Ele nasceu em 1941, em Huambo, mas atualmente mora em Luanda. Participou da vida cultural e política de Angola e escreveu em 1982, a novela *Quem me dera ser onda*, uma narrativa divertida e dramática, que revela situações da Angola independente. E o conto “Rei dos Papagaios” de *I Morto & Os Vivos*, 1993, “geradas na sociedade angolana pela inexperiência política, administrativa, gestonária e profissional e pelas condições adversas que a continuação da guerra veio a provocar” (LARANJEIRA, 1995, p. 165). De acordo com Spánkova (2014), o poeta e ficcionista traduz em suas narrativas a realidade de Angola, apropriando-se do humor, da ironia e da sátira.

Um angolano dinâmico e atual na literatura lusófona é José Eduardo Agualusa Alves da Cunha, nascido em Huambo, Angola (1960). O escritor tem se empenhado, em algumas de suas obras, como por exemplo, em *A Conjura* (1989), na recriação da Luanda do fim do século XIX e início do século XX. Em *Estação das Chuvas*, 1996 e *O Vendedor de Passados* (2004), o autor confere especial atenção a Angola pós-independência, com a temática da guerra civil, e uma reflexão sobre a imagem do país.

A condição pós-colonial nos contos de Agualusa ocorre significativamente nas passagens de *Fronteiras Perdidas* (1999), um sujeito exilado, que se encontra fora da sua pátria em busca de pertencimento. Notamos também que o escritor evidencia nessa obra a questão da diáspora. Conforme Schmidt (2009), “no momento pós-colonial, pós-guerras, percebemos a constatação da crise de referências identitárias tais como fronteiras, nação, pertencimento” (SCHMIDT, 2009, p. 145).

Contrária à literatura angolana, a moçambicana até os anos de 1920 não tinha uma consistência literária, devido a um reduzido número de textos e de escritores. Dessa forma, em um ambiente de poucas publicações, surge o jornal *O Brado Africano*, em 1918, de João Albasini e seu irmão José Albasini, “de orientação para temas das populações locais, em que

se reúnem os autores como **Rui de Noronha, Fonseca Amaral** ou **Virgílio Lemos**” (SPÁNKOVA, 2014, p. 67, grifos da autora). João Albasini publicou em 1925 o primeiro livro de poesia moçambicana, *O livro da dor* (1925). Posteriormente, no início do século, em 1930, o poeta Rui de Noronha, escreveu *Sonetos*, publicado somente em 1946, após o seu falecimento. Abaixo, o poema de sua autoria:

Surge et ambula

Dormes! e o mundo marcha, ó pátria do mistério.
Dormes! e o mundo rola, o mundo vai seguindo...
O progresso caminha ao alto de um hemisfério
E tu dormes no outro o sono teu infindo...

A selva faz de ti sinistro eremitério,
Onde sozinha à noite, a fera anda rugindo...
Lança-te o Tempo ao rosto estranho vitupério
E tu, ao Tempo alheia, ó África, dormindo...

Desperta. Já no alto adejam negros corvos
Ansiosos de cair e de beber aos sorvos
Teu sangue ainda quente, em carne de sonâmbula...

Desperta. O teu dormir já foi mais do que terreno...
Ouve a voz do Progresso, este outro Nazareno
Que a mão te estende e diz: - África surge et ambula! (NORONHA apud LARANJEIRA, 1995, p. 257).

Nos versos acima, percebemos a tentativa de Rui de Noronha em evidenciar a realidade contemporânea do povo africano. Na época em que o poeta escreveu *Surge et ambula*, a África encontrava-se dormindo, alheia aos seus problemas, enquanto os europeus estavam, como o autor poetisa no décimo verso, “*Ansiosos de cair e de beber aos sorvos/ Teu sangue ainda quente, em carne de sonâmbula*”. Nesse poema, o poeta angustiado com a situação, faz um apelo para que a África acorde e saia do estado de obediência e dependência, forçando-a a um tipo de resistência contra o poder português, pois o progresso, representado analogicamente pelo Nazareno, deveria impulsionar os africanos ao avanço à liberdade. Assim como as palavras do Cristo ao paralisado: *Levanta-te e anda!* Notamos que o eu poético clama à África, “*Surge et ambula!*”.

A escolha da língua latina, no título do poema, é uma apropriação que os escritores da época faziam desse elemento cultural europeu. No caso do poeta, podemos dizer que ele usa desse artifício irônico, para tentar reverter a situação da África chamando-a a um despertar literário.

Antes da independência, muitos poetas africanos de língua portuguesa demonstraram um sentimento acentuado em relação à nação, dessa forma a literatura moçambicana encontrou apoio nas revistas o *Itinerário* (1941–1955) e *Msaho* (1952), devido a sua preocupação em publicar poesias voltadas a “moçambicanidade”.

Noémia de Sousa faz parte dessa geração de poetas que tinha o sentimento de nacionalidade, reforçando em seus poemas o seu pertencimento à África. A poetisa nasceu em (1926), foi militante política e confrontou o sistema colonial, sendo por esse motivo presa e deportada para Portugal. De acordo com Gomes (2009), há influência do movimento negritude nos poemas de Noémia de Souza. A escritora participou ativamente na luta pela libertação de seu país e escreveu poemas que assumem a identidade negra. Era filha de mãe negra, e assim, “transfere a maternidade biológica para a simbólica, elegendo a pele africana como o seu sinal: no poema “Negra”, o corpo feminino, diverso, mas sintetizado numa única palavra, MÃE, acaba por representar o corpo do continente africano” (GOMES, 2009, p. 31).

Pires Laranjeira (1995, p. 271) ressalta que no poema *Negra*, a poetisa tematiza a incapacidade das pessoas, que não conhecem a cultura moçambicana, cantarem a mulher negra. No entanto, Noémia de Souza a canta com o coração pleno de emoção:

Negra

Gentes estranhas com seus olhos cheios doutros mundos
quiseram cantar teus encantos
para eles só de mistérios profundos,
de delírios e feitiçarias ...
Teus encantos profundos de África.
Mas não puderam.
Em seus formais e rendilhados cantos,
ausentes de emoção e sinceridade,
quedaste-te longínqua, inatingível,
virgem de contactos mais fundos.
E te mascararam de esfinge de ébano, amante sensual,
jarra etrusca, exotismo tropical,
demência, atracção, crueldade,
animalidade, magia...
e não sabemos quantas outras palavras vistosas e vazias.

Em seus formais cantos rendilhados
foste tudo, negra...
menos tu.
E ainda bem.
Ainda bem que nos deixaram a nós,
Do mesmo sangue, mesmos nervos, carne, alma,
sofrimento,
a glória única e sentida de te cantar
com emoção verdadeira e radical,
a glória comovida de cantar, toda amassada,

moldada, vazada nesta sílaba imensa e luminosa: MÃE (Apud SPÁNKOVA, 2014, p. 69).

Nos versos acima, percebemos que a poetisa deseja despertar, através do canto, sua própria consciência e a de seu povo a uma identidade que faz parte “das raízes específicas do *ser negro*” (LARANJEIRA, 1995, p. 270). A mulher negra, metáfora da África, mostra-nos como ambas foram idealizadas, marginalizadas e menosprezadas pelos colonizadores. Mas, conforme os versos, “Ainda bem que nos deixaram a nós.../ a glória única e sentida de te cantar”, percebemos que felizmente, os poetas passam por uma conscientização nacional capaz de resistir ao discurso do preconceito racial. Na moderna literatura africana de língua portuguesa, pré-independência, poetas como Noémia de Souza exaltaram a nação como uma contribuição para que outros poetas retornassem ao local inicial de suas origens, ou seja, a sua ancestralidade, e assumissem seu sangue-negro reconhecendo seu elo com a terra. Nesse sentido, podemos dizer que na literatura africana de língua portuguesa, Noémia é considerada a mãe dos poetas e o primeiro escritor moçambicano.

Um dos intelectuais da época de Noémia de Souza é José João Craveirinha. O poeta nasceu em 28 de Maio 1922 em Maputo, Moçambique. Foi escritor, jornalista, ativista político e lutou pela libertação da nação, por isso é considerado “poeta nacional”. Sua poesia retrata a identidade e os valores culturais moçambicanos. Em *Xigubo*, livro de poemas, publicado em 1964, podemos presenciar características do movimento da negritude no poema “Grito Negro”:

Grito Negro
 Eu sou carvão!
 E tu arrancas-me brutalmente do chão
 E fazes-me tua mina
 Patrão!
 Eu sou carvão!
 E tu acendes-me, patrão
 Para te servir eternamente como força motriz
 mas eternamente não
 Patrão
 Eu sou carvão!
 E tenho que arder, sim
 E queimar tudo com a força da minha combustão.
 Eu sou carvão!
 Tenho que arder na exploração
 Arder até às cinzas da maldição
 Arder vivo como alcatrão, meu irmão
 Até não ser mais tua mina
 Patrão! (Apud SPÁNKOVA, 2014, p. 72).

Em “Grito Negro”, Craveirinha tematiza a história do povo africano em tempos de escravidão. Nos versos acima percebemos um lamento por parte do negro, que sofre brutalidade, exploração e opressão nas mãos dos europeus. *Karingana ua Karingana* (1974), é a segunda obra do escritor moçambicano com predominância do humor e da ironia, e uma interrogação sobre as origens e herança cultural. De acordo com Spánkova (2014, p. 72), nessa obra há poemas de inspiração neorrealista e negritudinista. Em *Maria* (1988), de caráter intimista, confessional e amoroso.

Na prosa moçambicana, o ponto de partida se deu com Luís Bernardo Honwana, *Nós Matámos o Cão Tinhoso* (1964). O escritor nasceu em 1942, em Lourenço Marques, Maputo. Foi jornalista e amigo de Craveirinha, a quem dedicou seu único livro de contos, que publicou aos 22 anos de idade. Luiz Bernardo Honwana escreveu uma literatura comprometida com a política de libertação nacional,

Como sintetizou João Ferreira, o mundo representado nos contos de Honwana revela-nos as forças produtivas em jogo, as relações sociais, a organização do Estado colonial, através dos seus tentáculos autoritários e administrativos, as instituições do seu aparelho ideológico e certos aspectos da consciência social e de classe a que as personagens dão corpo (LARANJEIRA, 1995, p. 290-291).

Uma característica da escrita de Honwana, que gostaríamos de frisar é o respeito às normas da língua portuguesa, algo que não era ignorado pelos escritores moçambicanos. Laranjeira (1995) afirma que o escritor moçambicano dificilmente transgredia a sintaxe, “Surgem palavras como *monhé, suca, machamba, régulo, micaia, sécua*, mas são de uso normal e regular em Moçambique e não chegam a tornar o texto e a frase incompreensíveis” (LARANJEIRA, 1995, p. 291). Abaixo temos uma passagem do primeiro conto, que por sinal tem o mesmo nome da obra, “Nós Matámos o Cão Tinhoso”:

– Fora daqui, negralhada! – Era o Quim. Os moleques julgaram que o Quim falava na brincadeira e não se mexeram, mas o Quim apontou-lhes a arma e repetiu: – Fora daqui negralhada, fora daqui cabroada escura! Desapareceram todos num instante, a correr, que batiam com os calcanhares no cu, como dizia o Quim. Avançávamos para o mato, mas eu tinha a certeza de que eles nos estavam a seguir. – Ó pá, vocês ajudem-me, – era o Frank – venha outro tipo puxar o sacana do cão... Ó pá, mas a gente mandou uma moeda ao ar e ficaste tu... – Entao mandem outra vez... – Bolas, assim não! Nós tínhamos combinado... Bem, óquêi... (LARANJEIRA, 1995, p. 291-292).

A violência do colonialismo, o racismo e a segregação social são nítidos no conto, sob a luz da política, percebemos que o “Cão Tinhoso” é criado para representar a realidade do sistema colonial, que já se encontrava em crise, prestes a ser destruído. Um fato favorável aos

moçambicanos, que com a queda colonial, poderiam combater todas as formas de discriminação dentro da sociedade, mesmo que para essa purificação, Moçambique usasse o fogo das armas.

As raízes de ódio (1963) é o primeiro romance moçambicano, de Guilherme de Melo. No entanto, esta obra não é considerada, ou mesmo referida na literatura Moçambicana, por o autor ser de um setor político conservador. Já o segundo romance, *Portagem* (1966), de Orlando Mendes, é considerado “o primeiro com uma perspectiva crítica sobre as relações sociais e sua radicação no *status quo* colonial, abordando, sem panaceias, o tema da dominação e do racismo” (LARANJEIRA, 1995, p. 293, grifo nosso). Após a independência Orlando Mendes, lançou *País emerso* (1975-1976), *Produção com que aprendo* (1978), *Lume florido na forja* (1980), *Sobre a literatura moçambicana* (1982) e *As faces visitadas* (1985).

Na década de 1980 surge a revista *Charrua* (1984-1986), “órgão dos jovens escritores à procura de afirmação, que, aliás, teve o aval da Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO)” (LARANJEIRA, 1995, p. 313). O objetivo dessa revista era promover uma literatura com caráter próprio da cultura do país. Dessa forma, Mia Couto abre o caminho à nova escrita, recriando a língua portuguesa. Um dos quatro componentes encontrados em suas obras que fascina o leitor é a

[...] criatividade e inventividade da linguagem, típica de escritores colonizados, terceiro-mundistas, que procuram afirmar uma diferença linguística e literária no interior da língua do colonizador, na esteira de James Joyce (irlandês), João Guimarães Rosa (brasileiro), Kateb Yacine (argelino) ou José Luandino Vieira (angolano). Especificando a criatividade da linguagem, verifique-se que, a nível da sintaxe e do léxico, assenta, tal como acontece em José Luandino Vieira, na exploração das potencialidades estruturais do português, como da pressão que as estruturas e a fala das línguas africanas, sobretudo do ronga, exercem sobre a norma europeia, contribuindo para o desenvolvimento de uma norma moçambicana. A circunloquialidade das falas populares não deixa de influir nessa língua literária, que flexibiliza a frase e remodela as potencialidades da estrutura. Exemplos, extraídos do conto “O dia em que explodiu Mabata-bata” (in *Vozes anoitecidas*), que trata da “explosão de um boi” devida à queda de um projétil de guerra: “*Deve ser foi um relâmpago*”; “*Mas relâmpago não podia*”; “*onde se juntam os todos rios para nascerem*”; “*conforme sucedeu-se*”; “*Agora, esse boi pertencia daqui*”; “*O pastor estamos à espera*”; “*queremos falar com ele, saber como foi sucedido*”; “*Deve ser talvez deixou a manada fugentar-se*”; “*uma silhueta deu aparecimento*”; “*nem que eu lhe chamboqueie ate partir-se dos bocados*”; “*Os bois estão aqui, perto comigo*; “*Posso continuar ajudar nos bois*”; “*Mas nada não faltou*”, “*Vens pensar quem, ndlati?*” (pássaro) (transcrições por ordem de aparecimento; itálico nas falas) (LARANJEIRA, 1995, p. 315).

Mia Couto, pseudônimo de António Emílio Leite Couto, é uma voz de relevância na literatura moçambicana, o escritor nasceu na cidade da Beira, Moçambique, em 1955. É

ficcionista e biólogo, e estreou-se na literatura com o livro de poemas, *Raiz de orvalho* (1983). Três anos depois publicou o seu primeiro livro de contos, *Vozes anoitecidas* (1986), citado acima, posteriormente *Cada homem é uma raça* (1990); *Cronicando* (1988), um livro de crônicas, e finalmente o primeiro romance, *Terra sonâmbula* (1992), uma das melhores obras africanas. As obras de Mia Couto contêm humor e ironia e expõe a cultura do homem moçambicano. De acordo com Spánkova (2014), a escrita de Mia Couto,

[...] caracteriza-se por uma subversão do português, criando (“brincando”) uma linguagem nova, exposta ao cruzamento de culturas, ao mesmo tempo coloquial (fala popular) e artística (no sentido de uma criação artificial). O universo das suas narrativas, rural, de sabor ancestral e com recurso ao mágico, próprio da tradição oral, denuncia a tragédia moçambicana expressa na guerra civil, bem como a conflituosidade entre o tradicional e o moderno. (SPÁNKOVA, 2014, p. 83).

Para Mia Couto, a vida é uma fábrica de imaginação. O escritor brincante tem a arte de contar histórias e defende a liberdade de criação com humor da linguagem. As palavras construídas por ele procura transmitir “[...] culturas e humores que Mia Couto entende como o projecto de moçambicanidade: “há este mosaico, não tanto de raças, mas de culturas, das culturas que estão a marcar parte de uma coisa que é ainda só um projecto: a moçambicanidade” (LARANJEIRA, 1995, p. 318).

É de extrema importância ressaltar, o nome de Paulina Chiziane, na literatura moçambicana moderna. Ela nasceu em Manjacaze (1955), Moçambique. Pauline é considerada a primeira romancista moçambicana e seu trabalho está relacionado aos problemas enfrentados pela mulher na sociedade moçambicana. Os romances da escritora tratam de recuperar a oralidade e o universo mágico, pois põe em destaque, “o choque entre o mundo tradicional e o moderno” (SPÁNKOVA, 2014, p. 88). Dentre suas obras destacam-se *Balada de Amor ao Vento*, 1990, *Niketche, uma História de Poligamia*, 2002.

Remontando a história de S. Tomé e Príncipe, consideremos um nome importante, o do português António Almada Negreiros, nascido em S. Tomé (1868-1939). Sua obra o livrinho de poemas *Equatoriaes* (1896), é considerada a primeira obra colonial relacionada a São Tomé.

Devido à cultura branca portuguesa, que substituiu a burguesia negra e mestiça na economia, São Tomé e Príncipe sofreu mudanças no seu processo social, assim como Cabo Verde. Dessa maneira, era evidente aparecer aspectos dessa antiga colonização na literatura, ou seja, “o centro do universo narrativo ou poético se vincular ao homem europeu e não ao

homem africano” (FERREIRA, 1977, p 11). No entanto, Ferreira (1977) afirma que a poesia santomense exprime, na sua essência, expressões genuinamente africanas.

Por falta de uma atividade cultural própria, S. Tomé e Príncipe encontrou muitas dificuldades em relação à arte literária no período colonial. A segunda e última obra escrita que nos fornece vestígios da ilha registra-se no ano de 1972, de um moderno poeta português, Alexandre Pinheiro Torres, *A Terra de meu pai*. No entanto, a falta de evolução de revistas e uma imprensa significativa fez com que muitas obras fossem reveladas bem mais tarde. O primeiro periódico fundado em S. Tomé e Príncipe, *O Equador* (1869), tinha um quadro mínimo de publicações, dessa forma o ambiente mais propício para os escritores continuarem suas escritas era em Portugal.

Uma obra que ficou inédita até o começo do século foi o livro de poemas *Versos* (1916), escrito pelo poeta Caetano da Costa Alegre, filho de crioulos cabo-verdianos. Caetano Costa Alegre estudou em Lisboa na casa dos estudantes do império. A poesia do escritor está voltada para um discurso relacionado ao período colonial,

Versos

A minha cor é negra,
Indica luto e pena;
És luz, que nos alegra,
A tua cor morena.
É negra a minha raça,
A tua raça é branca
Todo eu sou um defeito (FERREIRA, 1977, p.33).

Conforme Ferreira (1977), Costa Alegre denota nesse poema, ser um homem infeliz, que lamenta a cor da sua pele fazendo comparações com a pele da amada. Dessa maneira, Ferreira afirma, que, “*Versos* é, porventura, a mais acabada confissão que se conhece, quiçá mesmo nas outras literaturas africanas de expressão europeia, do negro alienado” (FERREIRA, 1977, p. 33).

As narrativas santomenses destacam-se nos anos de 1930 com os livros de contos *Fortunas d’África* (1933), de Manuel Récio e Domingos S. de Freitas, *Novela africana* (1933), de Julião Quintinha, *Maiá Poçon* (1937), de Viana de Almeida ou o conto “*Ossobó*” de Ruy Cinatti (1936). Em 1960, ainda sob a literatura de ideologia colonial, podemos citar Fernando Reis e Luís Cajão. A prosa de ficção em São Tomé, desse período, “pode ser considerada como colonial e o seu corpus pretendia-se vinculado à literatura portuguesa, de

que se faz realização regional (ista). Daí a designação “Literatura Ultramarina”, Literatura Portuguesa de temática ultramarina...” (LARANJEIRA, 1995, p. 346).

De acordo com Pires Laranjeira (1995), a literatura santomense dos anos de 1940, 50-60, encontrou dificuldades nos anos pós-independência, as condições de vida do escritor, as pressões políticas, edição e divulgação foram um dos problemas para que ela não se afirmasse. Uma poesia com discurso de identidade que passou despercebida e reconhecida mais tarde, foi a obra poética *O canto do ossôbó*, de Marcelo Veiga, publicada por Manuel Ferreira em 1989.

Nessa obra o objetivo do escritor santomense é recuperar a memória coletiva através da valorização da cultura negra, “Marcelo Veiga é o mais multifacetado escritor são-tomense. A sua poesia percorre seis décadas, revelando a temática da sua escrita uma mudança evolutiva no processo de conscientização do homem social em contexto colonial” (LARANJEIRA, 1995, p. 336). Dos anos de 1920, seus poemas considerados intimistas, cantam a saudade, a melancolia, o amor, a mulher, a família, a natureza, a terra natal e o idioma pátrio como identidade cultural.

Uma poesia engajada na luta da identidade do negro africano é a de Francisco José Tenreiro, nascido em São Tomé, em 1921, autor de *Ilha de nome santo* (1942). Segundo Laranjeira (1985, p. 339), *Ilha de nome santo*, é uma obra que revela a exploração colonial e a precariedade social da população nativa. Spánkova (2014) afirma que Tenreiro é considerado o primeiro poeta da Negritude de língua portuguesa, que demonstra orgulho pela sua raça, e em *Ilha de nome santo* podemos perceber que o escritor faz um regresso às suas origens e ao universo negro-africano:

Terra!

das plantações de cacau de copra de café de coco a perderem-se de vista
que vão morrer numa quebra ritmada
num mar azul como o céu mais gostoso de todo o mundo!
Onde o sol bem amarelo bem redondo incendeia as costas
dos homens das mulheres agitando-lhes os nervos
num cadenciar mágico mas humano: capinar sonhar plantar!
Onde as mulheres que têm os braços mais grossos e mais tortos que o cá
são negras como o café que colhem depois de torrado
trabalham ao lado de seu homem numa ajuda toda de músculos!
Onde os moleques vêem seus pais no ritmo diário
deixando correr gostosamente pelo queixo quente
o sabor e a seiva húmida do sàfu maduro!
Onde nas notes estreladas
e uma lua redonda como um fruto
os negros as sangués os moleques os caçô
– mesmo o branco e a sua mulata –

vêm no sòcòpé de uma sinhá
 ouvir um malandro tocando no violão
 cantando ao violão!
 E o som fica ecoando pelo mar...
 Onde apesar da pólvora que o branco trouxe num navio escuro
 onde pesar da espada e duma bandeira multicolor
 dizerem poder dizerem força dizerem império de branco
 é terra de homens cantando vida que os brancos jamais souberem
 é terra do sãfu do sòcòpé da mulata
 – ui! fetiche di branco! –
 é terra do negro leal forte e valente que nenhum outro! (TENREIRO apud
 SPÁNKOVA, 2014, p. 120-121).

A poesia de Tenreiro é acima de tudo insular, podemos dizer também que é sinônimo de resistência à desigualdade gerada pelo sistema colonial. De acordo com Fonseca (2007), o autor “contribuiu para modelar uma literatura africana que, embora não tenha constituído uma ruptura essencial com a cultura dominante de cinco séculos, se desenvolveu num movimento que começou na assimilação e estendeu-se até a luta pela libertação” (FONSECA, 2007, p. 13).

A prosa de ficção escrita em São Tomé no período colonial evidencia um sentimento de valorização marcado por uma ideologia nacionalista, “com postulado social, portanto anti-colonial” (LARANJEIRA, 1995, p. 345). Essa literatura escrita por escritores *metropolitanos*, que se encontravam domiciliados em São Tomé e Príncipe, foi uma forma de contribuição no processo de luta e resistência à presença colonial.

Para Spánkova (2014), a literatura contemporânea de São Tomé e Príncipe, aborda questões de tradição e modernidade. Um dos escritores que se sobressai é Albertino Bragança, (1944), ficcionista e político, com temáticas que focam na memória do povo, no colonialismo e na ideia de independência. De acordo com Laranjeira (1995), o escritor resgata “sob um olhar por vezes documental, a situação no microcosmos da roça e das zonas marginais urbanas nas suas relações socioeconômicas e culturais” (LARANJEIRA, 1995, p. 348).

No que se refere ao surgimento e a formação da literatura de Guiné-Bissau, ela é considerada pouco expressiva em relação às outras literaturas africanas de língua portuguesa. Uma razão para as manifestações literárias terem acontecido tardiamente, foi a impossibilidade dos portugueses implantarem a educação na colônia, devido às guerras de resistência dos africanos. Sem sucesso em proporcionar condições socioculturais para que houvesse uma *elite* “que pudesse assumir-se como produtora de literatura”, (LARANJEIRA, 1995, p. 356), a literatura da Guiné, até um pouco antes da sua independência, setembro de 1974, não passava da fase colonial.

As primeiras canções e cantos aparecem somente em 1899, no *Almanach Luso-Africano* do Cónego António Manuel da Costa Teixeira, em Cabo Verde. Posteriormente na *Revista Lusitana*, *A Tribuna*, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, *Anais das Missões Ultramarinas* e *Voz da Pátria* podendo. Entendemos esse atraso cultural quando constatamos que do primeiro periódico, o *Boletim Oficial da Guiné* (1880-1974), para o primeiro jornal, o *Ecos da Guiné* (1920), *A Voz da Guiné* (1922), e finalmente, o *Pró-Guiné* (1924), passaram-se 40 anos. As temáticas publicadas em *Pró-Guiné* tratavam de questões relacionadas à política, a saudade da terra-mãe e a defesa ao desenvolvimento colonial. De acordo com Spánkova (2014), apesar do desenvolvimento da imprensa, a literatura dessa época mantém-se à feição da sociedade colonial.

Um escritor com vivência em Guiné-Bissau, porém de origem cabo-verdiana, que colaborou com o primeiro número de *Claridade*, em Portugal, é Artur Augusto, com poucos contos publicados n’*O Mundo Português* (1935 a 1936). A revista *Claridade* é um dos marcos da cabo-verdianidade. Uma explicação plausível para a literatura guineense ser publicada na revista cabo-verdiana, deve-se ao fato de que a Guiné-Bissau viveu subordinada por muito tempo a Cabo Verde.

Para Manuel Ferreira (1977), os textos de Fausto Duarte (1903-1955), escritor dos romances: *Auá*, 1934; *O negro um alma*, 1935; *Rumo ao degredo*, 1939; *A revolta*, 1945; *Foram estes os vencidos*, 1945, retratam fortes qualidades da realidade humana guineense, como suas crenças e seus valores, resultado da vivência do autor na Guiné. No entanto, Ferreira afirma que é difícil, “libertá-lo do peso colonial e credenciá-lo como verdadeiro escritor guineense” (FERREIRA, 1977, p. 85). Assim, Manuel Ferreira (1977), acaba por colocar o escritor na lista de autores que por muito tempo continuaram a escrever como se estivessem ainda sob a dominação portuguesa,

[...] não veio um poeta ou um romancista de mérito. Ali foram edificadas durante esse período as condições suficientes ao entrave do desenvolvimento criativo. Com um índice altíssimo de analfabetismo, até há cerca de duas décadas sem ensino secundário, e só nos últimos anos abrangendo o sétimo ano dos liceus, o seu primeiro jornal (*Pró-Guiné*) surgido apenas em 1924, as suas infra-estruturas não possibilitaram o aparecimento de gerações letradas de onde poderiam ter saído vocações capazes de se responsabilizarem pelo surto de uma literatura guineense de expressão portuguesa num país de cerca de meio milhão de habitantes. Nas duas últimas décadas do domínio colonial apenas uma actividade cultural oficial se fez sentir, orientada, porém, para os sectores da investigação histórica e etnográfica (*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 1946-1973), e sempre marcada, é evidente, pelo espírito oficial. Em nada ou pouco alteram este quadro empobrecido (FERREIRA, 1977, p. 86).

No contexto acima, Manuel Ferreira (1977) também inclui a primeira obra lírica colonial, *Poemas*, de Carlos Semedo, publicada em Bolama pela Imprensa Nacional, considerando-a de modesta estética guineense, pelo saudosismo a velha Bolama, a cidade que era capital antes da descoberta da Guiné-Bissau. Para Pires Laranjeira (1995), a obra trata de “um caso único na literatura da Guiné-Bissau no período colonial. [...] *Poemas* insere-se numa corrente revivalista de que o próprio *Bolamense* foi o principal protagonista e núcleo congregador do canto à velha Bolama que perdera para Bissau as prerrogativas de cidade capital nos anos 30” (LARANJEIRA, 1995, p. 359).

No ano de 1963, em São Paulo, João Alves das Neves publica *Poetas e contistas africanos*. Em 1972, António Baticã Ferreira publica *Poesia e ficção*, e em 1973, o folheto *Poilão*. Segundo Laranjeira (1995), Baticã nasceu em Canchungo – Cacheu, em 1939, na Guiné-Bissau. Formado na Suíça, viveu por muito tempo em Dacar, vindo a falecer em Lisboa. Sua poesia é considerada uma literatura nacional, pois

relewa de uma angustiada tentativa de identificação com a terra natal, expressa pela evocação da infância e de uma visão idílica da natureza captada através de uma imagética sinestesia, de teor telúrico, talvez dolorosa consciência da ruptura decorrente da situação de exílio geográfico e cultural do poeta (LARANJEIRA, 1995, p. 359).

Nos anos de 1970, as poesias que surgiram em Guiné-Bissau são significativas para a afirmação da literatura nacional. Catorze nomes jovens, que cursavam o liceu, revelam-se em uma voz coletiva, *Mantinhas para quem luta!* – a nova poesia da Guiné-Bissau (1977). Laranjeira (1995) frisa, que dos catorze poetas, seis, Armando Salvaterra, António Soares Lopes, Jr., Hélder Proença, Justino Nunes Monteiro, Nagib Farid Said e José Carlos, continuaram na *Antologia dos jovens poetas – momentos primeiros da construção* (1978). Ao assumirem essa posição, esses jovens publicam as primeiras obras literárias que servirão de base para uma literatura autônoma, “são as primeiras obras literárias que se publicam depois da independência” (LARANJEIRA, 1995, p. 360).

Finalizando as literaturas de escritores angolanos, guineenses, moçambicanos e santomenses, passamos para o próximo tópico, no qual explanaremos o contexto literário cabo-verdiano, antes e depois da revista *Claridade*, com seus poetas e ficcionistas, conscientes do interesse em comum em África. Ressaltamos que daremos nesse tópico, uma ênfase ao conto cabo-verdiano, haja vista a sua importância para a leitura do nosso trabalho.

1.3 Cabo Verde: antes e depois da *Claridade*

É importante salientar que, apesar da vida em Cabo Verde ter sido mais organizada e resistente do que em Moçambique, os novos escritores do arquipélago, muitos de origem europeia, ao partirem para Lisboa apegaram-se mais aos valores da cultura da metrópole, que aos problemas da Terra-mãe. Deixando para trás obras de mérito, como a da poetisa Antónia Gertrudes Pusich. A escritora nasceu em Cabo Verde, na ilha de São Nicolau (1805-1883), e foi a primeira mulher cabo-verdiana a publicar no *Almanach de lembranças luso brasileiro*, jornal este que recebeu desde suas primeiras edições em 1850, várias colaborações.

De acordo com Moser, a obra de Pusich, o poemeto *Elegia à memória das infelizes vítimas assassinadas por Francisco de Mattos Lobo, na noute de 25 de Junho de 1844*, publicada em Lisboa, serve “[...] como referência à vida literária da África de expressão portuguesa, de 1854 para diante” (MOSER apud FONSECA, 2007, p. 14).

Antónia Pusich escreveu usando seu próprio nome, e não sob um pseudônimo como, geralmente, era o caso das mulheres de seu tempo. De acordo com Gomes (2008), ela é referida por Manuel Ferreira como a primeira mulher africana a “publicar e alcançar prestígio nos meios literários (lisboetas) e começa a compor a galeria de escritoras que vai mudar o “rosto” do cânone cabo-verdiano, marcadamente masculino” (GOMES, 2008, p. 7).

O primeiro periódico editado e de destaque em Cabo Verde foi o *Almanach Luso-Africano* (2 volumes: 1894 e 1899), pelo cônego António Manuel Teixeira, que estimulou as produções literárias em dialeto crioulo. Ferreira (1977) disserta que no *Almanach Luso-Africano*, António Manuel Teixeira refere-se às antigas colaborações de natureza literária, algumas foram registradas, mas consideradas como um período que não foi bem estudado e qualquer afirmação pode induzir em erro.

Com a inauguração da imprensa: *Cabo Verde* (1907), *A Voz de Cabo Verde* (1911), *O Mindelense* (1913) e *O Cabo-verdiano* (1918), o primeiro romance identificado como sendo de influência cabo-verdiana foi *O escravo* (1856), do português José Evaristo de Almeida, tratando do tema escravidão com discurso africano.

De acordo com Ferreira (1977), em Cabo Verde não houve uma literatura propriamente colonial. Uma explicação lógica para essa afirmação deve-se ao fato de que o impacto do colonialismo não foi tão forte no país, pois ele era pobre, e, como acontece com

toda a literatura colonial africana, “o centro do universo narrativo ou poético se vincular ao homem europeu e não ao homem africano. No contexto da literatura colonial, por décadas exaltada, o homem negro aparece como que por acidente” (FERREIRA, 1977, p. 24).

No entanto, *O escravo* vem ao encontro dessa problemática, pois além de marcar o nascimento da literatura de Cabo Verde, trata de temáticas relacionadas à independência e à identidade cabo verdiana em formação, retratando personagens africanas inseridas em um espaço de escravidão. Assim, *O escravo* “[...] vem ao encontro daquilo que nos andava, até há pouco, no domínio da suspeição: o não ter havido em Cabo Verde uma literatura colonial” (FERREIRA, 1977, p. 21).

No início do século XX, a partir de 1925, houve um período, anterior a *Claridade*, que Pires Laranjeira (1995) chama de *Hesperitano*. Conforme Spánkova (2014) esse nome faz “alusão ao mito das ilhas Hespérides, em que sobressai o tema de Pasárgada (pela referência ao poema do brasileiro Manuel Bandeira), de evasãoismo (Pedro Cardoso *Hespérides*, 1930, José Lopes, *Hesperitanas*, 1929)” (SPÁNKOVA, 2014, p. 93). José Lopes, patriarca do mito *hesperitano*, viveu no auge do romantismo, juntamente com Pedro Cardoso, e usou essa nova forma poética para denunciar simbolicamente a situação de miséria em que viviam as ilhas de Cabo Verde. Os poetas criaram o mito poético para escaparem ao ideal da pátria portuguesa, que estava ligada aos fatos exteriores e não ao sentimento de uma pátria interna.

Em 1936, na cidade de Mindelo em Cabo Verde, aparece a revista *Claridade*, fundada por Baltazar Lopes, o autor do romance *Chiquinho* (1947). Juntamente com ele, poetas como Jorge Barbosa e Antonio Aurélio Gonçalves, com o lema “fincar os pés na terra caboverdiana”. Spánkova (2014, p. 93) afirma que os poetas, ao manifestarem esse compromisso claro com a terra, tornam-se criadores de uma literatura cabo-verdiana autônoma com preocupação social.

Benjamin Abdala Júnior (2003) aponta que a literatura cabo-verdiana pode ser dividida em dois períodos: antes e depois da revista *Claridade* (1936-1960), pois “A trajetória dessa revista corresponde a circunstâncias políticas, sociais, históricas e literárias” (ABDALA JR., 2003, p. 209). Os escritores comprometidos com a realidade de Cabo Verde introduzem temáticas que expressam revoltas contra o drama do Arquipélago como a estiagem, a emigração e a vida urbana. Ao romper com os padrões portugueses, os escritores passam a produzir uma literatura mais propriamente cabo-verdiana como uma ação de sabotar a literatura portuguesa.

De acordo com Fonseca (2007), “A poesia que se escrevia em Cabo Verde caracterizava-se por um desprendimento quase total do ambiente, sublimando-se numa expressão poética que nada tinha em comum com a terra e o povo do arquipélago” (FONSECA, 2007, p. 4). No entanto, *Claridade* inicia-se privilegiando os valores cabo-verdianos no âmbito lírico:

Os poetas dessa fase eram homens comuns que caminhavam de mãos dadas com o povo e tinham os pés fincados na terra. Cabo Verde passou a ser o espaço e o ambiente onde as árvores morrem de sede, os homens, de fome, e a esperança nunca morre. O mar passou a ser a estrada da libertação e da saudade, e o marulhar das vagas, a tentação constante, a lembrança permanente do desespero de querer partir e de ter de ficar. A terra, a terra mártir, tornou-se a Mamã que alimenta os filhos; que não morreu, mas jaz adormecida numa migalha de terra no meio do mar. A voz do poeta, agora, é a voz da própria terra, do próprio povo, da própria realidade cabo-verdiana (FONSECA, 2007, p. 5).

A nova geração, chamada de regionalista ou claridosa, passa a escrever sobre temas voltados às suas raízes, que provocam reflexão sobre a vida no arquipélago como, por exemplo, a língua crioula, que era utilizada naquela região e por muitos anos foi objeto de repressão, e assim, “Seus olhos se fixavam no chão crioulo, próprio da mesclagem étnica e cultural de seu país” (ABDALA JR., 2003, p. 209). Para Caniato (2006), é inevitável que um autor desvele em sua obra o contexto do lugar onde vive,

Ainda que seca e estéril, ainda que queimada e "nhanhida", a terra cabo-verdiana merecia também que seus escritores nela se inspirassem. E foi o que os "claridosos" fizeram. Para Teixeira de Sousa, com a revista *Claridade*, fez-se luz na literatura cabo-verdiana, afastada até aquele momento dos seus valores culturais. Poetas e prosadores passaram a expressar a autenticidade das ilhas, uma espécie de pre-nacionalismo, que melhor revelava a realidade insular. Tanto e que o dialeto crioulo passou a ser privilegiado, já que para os "claridosos" se impunha pensar o problema de Cabo Verde (CANIATO, 2006, p. 137).

Manuel Ferreira (1917-1992) em seu romance *Hora di bai* (1962), simboliza o espaço da seca de 1943 em Cabo Verde, “num contexto mais profundo, o da dor coletiva do sofrido povo do Arquipélago” (CANIATO, 2006, p.142). Seguindo nas mesmas condições do neorrealismo português, ele escreve uma literatura comprometida com as condições dos africanos, “o drama do poeta é o drama da sua ilha: a fome de saber e de comida; a falta de liberdade e a negação de dignidade; o aumento da pobreza; a proliferação da injustiça; a legalização da morte” (VEIGA apud CANIATO, 2006, p.138).

Em 1944, surge a revista *Certeza*, fundada por Manuel Ferreira e um grupo de estudantes da Academia Cultivar. O objetivo da revista era trilhar um novo caminho da cabo-

verdianidade com maior preocupação social. Nesse período houve algumas revelações estéticas atraídas pelo meio, no entanto, as publicações de *Certeza* não tiveram o mesmo comprometimento com as raízes do arquipélago como a *Claridade*. Dessa forma, Laranjeira (1995) esclarece que o retrato do homem dominado continuava por aparecer na literatura dos jovens escritores,

decerto por se encontrar longe da terra e esse fundo cultural popular se ajustar à necessidade de criar uma atmosfera insular. O que estava fora incidia o olhar sobre o íntimo cultural; os que estavam dentro, porque eram demasiado jovens, alheavam-se, por desconhecimento, da realidade etno-cultural, visando a universalização da denuncia, sem todavia chegarem a um estágio de desenvolvimento capaz de operar uma síntese radicalmente inovadora (LARANJEIRA, 1995, p. 215).

Em 1958, com o *Suplemento Cultural*, surge uma geração que assume uma nova cabo-verdianidade, apelidada por Laranjeira de Cabo-verdianitude. Poetas como Gabriel Mariano e Ovídio Martins introduziram temas de nacionalidade literária representados no ensaio “*Conscientização na literatura Caboverdiana* (CEI, 1963) de **Onésimo Silveira** e no poema “Gritarei berrarei matarei Não vou para Pasárgada” de Ovídio Martins, nos quais se recusa o evasionismo esteticista hesperitano e claridoso” (SPÁNKOVA, 2014, p. 93, grifo da autora), que tinha como tendência o alheamento da realidade, provocando uma polêmica em torno da aceitação e influência da *Claridade*.

A partir da revista *Claridade*, percebemos que os poetas passam a abandonar o evasionismo e começam a se emancipar culturalmente, mais atentos à realidade da pátria. Com mais liberdade, procuraram se empenhar em um projeto que representasse, “[...] o seu esforço criador nos grandes segmentos que representavam ou simbolizavam a parte viva da sua pátria, ou seja, aquela que não adoptava os critérios e os padrões que serviam o colonialismo...” (FERREIRA, 1977, p. 24), desse modo, não era admissível nada que não estivesse relacionado a este projeto nacional. Essa nova maneira de pensar a África como nação, deu início à formação de uma nova literatura, ou pelo menos uma nova fase da literatura.

Corsino Fortes (1933-2015), nascido em Mindelo, Cabo Verde, até 1975 escrevia poemas semelhantes aos claridosos, que afloravam a memória de sua nação. Seu trabalho teve um salto com a publicação de *Pão & fonema* (1975), pois inaugura uma nova estética e linguagem, uma nova realidade cultural que, “objectiva a ruptura total com a tradição jorgebarbosiana” (FERREIRA, 1977, p. 54). *Pão & fonema* trata de temas como o escapismo,

a necessidade de partir por motivo de fome. Uma das causas da fome em Cabo Verde deve-se às crises climáticas, que ao se agravarem proviam às migrações forçadas.

De acordo com Spánkova (2014), a poesia de Corsino é considerada uma epopeia moderna, altamente original, seu trabalho recria a identidade cabo-verdiana com destaque ao clima, à seca, à fome, e à emigração, que servia de oportunidade para os cabo-verdianos alcançarem uma vida mais digna. Observemos o poema:

De Boca a Barlavento

I

Esta

a minha mão de milho & marulho

Este

o sol a gema E não

o esboroar do osso na bigorna

E embora

O deserto abocanhe a minha carne de homem

E caranguejos devorem

esta mão de semear

Há sempre

Pela artéria do meu sangue que g

o

t

e

j

a

De comarca em comarca

A árvore E o arbusto

Que arrastam

As vogais e os ditongos

para dentro das violas

II

Poeta! todo o poema:

geometria de sangue & fonema

Escuto Escuta

Um pilão fala

árvores de fruto
 ao meio do dia
 E tambores
 erguem
 na colina
 Um coração de terra batida
 E lon longe
 Do marulho à viola fria
 Reconheço o bemol
 Da mão doméstica
 Que solfeja
 Mar & monção mar & matrimónio
 Pão pedra palmo de terra (CORSINO apud SPÁNKOVA, 2014, p. 105)

O poema “De Boca a Barlavento” trata de eventos que se referem a fatos extraordinários de um povo real. Essa representação da coletividade cabo-verdiana é uma fusão do atingível e do intangível, do significante e do significado, reverberando a poesia e as suas sugestões pelo uso de metáforas, comparações e rimas, etc.

Na poesia cabo-verdiana da revista *Claridade*, podemos perceber que há um diálogo com a literatura regional brasileira. Os poetas escreveram sobre a realidade de Cabo Verde espelhados na seca, na fome e nos fluxos migratórios nordestinos, “um influxo que veio de fora para que os escritores desse país repensassem a identidade do arquipélago – uma identidade regional reimaginada em termos sociais” (ABDALA JR., 2003, p. 214).

A prosa cabo-verdiana seguiu esses mesmos parâmetros. O conto, *Galo cantou na Baía* (1936), de Manuel Lopes (1907-2005), por exemplo, retrata a vivência e a experiência dos cabo-verdianos no dia a dia do arquipélago, “é o primeiro conto da literatura identificada com a cabo-verdianidade” (ABDALA JR., 2003, p. 210). Manuel Lopes recupera através da ficção, valores culturais da sua nação, como a canção popular “morna” em língua crioula. Tói, o personagem principal, é um compositor de mornas e busca inspiração no mar para cantar a realidade do arquipélago. O assunto das mornas baseia-se “[nos] lamentos e [nas] queixas dos pescadores” (ABDALA JR., 2003, p. 212). Leiamos abaixo um fragmento do conto:

O Galo cantou na Baía

[...] A estrada marginal refresca a caixa de pensar. Lá na sua – porque Toi tinha ideias fixas que ele chamava de filosofia – ficara assente que a morna veio do mar... Nunca acrescentou, todavia, qualquer justificação à convicção de que foi na ilha da Boavista, entre os pescadores, que nasceram as primeiras toadas rítmicas e

queixosas da morna – razão, acrescentava, por que a morna tinha a cadência de remo na forqueta, e embalava os pares, na sala, como o bote embalava os pescadores no mar da costa. Foi para esquecerem as horas que os pescadores arranjaram uma cantilena ao ritmo do balanço do bote. Vão lá tirar razão ao Toi com provas que sim ou que não numa terrazinha pobre onde não havia documentação sobre nada do passado, como se o passado das gentes e das ilhas não tivesse importância nenhuma! Quem nada tem todo o mundo é seu – não é assim que a gente costuma dizer? – o que pode significar que quando não há documento sobre sim ou não de uma coisa, o sim ou o não pode constituir prova suficiente em si, isto é, todo o bicho-careta pode agarrar umas das duas opiniões sem deixar de ter a verdade na mão. [...] Gostava dessas nocturnas e solitárias deambulações – um pouco puxado por hábito profissional – e a Pontinha prestava-se para aliviar a caixa do juízo depois da meia fusca com que deixara a festa de guarda-cabeça em casa do compadre Severino, no Alto-de-S. Nicolau. [...] Havia nele uma euforia que o punha tonto e confuso e o fazia sofrer. Do mesmo modo, uma inquietação muito doce parecia suspendê-lo no ar e assobiava-lhe harmonias musicais cadenciadas ao ouvido. Era assim o “estado de transe” de Toi. Nesses momentos angustiosos qualquer coisa crescia no seu espírito a forçar uma saída. A válvula de escape dava passagem a uma morna. Morna de Toi. [...] “Digo e torno a dizer a vocês que morna veio do mar, cada vez tenho mais a certeza. Toada de morna é toada de mar. Minhas mornas têm um gostinho salgado – dizem – pois se é lá no mar onde nascem que as vou buscar ...” (LOPES apud SPÁNKOVA, 2005, p. 98).

Manuel Lopes fundou a moderna ficção cabo-verdiana, posicionando-se a favor da conscientização da cultura insular, e seu conto não discute apenas a composição da morna, “discute-se a própria construção do conto que inaugurava então a prosa de ficção do país. Seu horizonte ideológico é a cabo-verdianidade, isto é, a tomada de consciência da ideia de uma identidade regional, etapa para a nacional, diferentemente daquela proveniente de Portugal” (ABDALA JR., 2003, p. 212).

A literatura cabo-verdiana, em 1970, já se produzia em grande quantidade. Uma obra, que se sobressai dentre as publicações em revista daquela época, que podemos citar é o livro do autor Henrique Teixeira de Souza, natural da Ilha do Fogo, com os contos *Contra Mar e Vento* (1972). Em “Menos um”, o primeiro conto dessa coletânea, ele evidencia as secas entre os emigrantes em Cabo Verde:

Menos um

Por trás da casa estava-se melhor. Não havia tanto calor. Àquela hora, depois do meio-dia, havia sempre um bocado de sombra. O meu avô contava casos do mar, a vizinhança vinha catar piolhos, os homens fumavam e as enxadas criavam ferrugem. Era já tarde e a respeito de chuva, nada. O céu andava escancarado. O mundo, seco como a lenha. Nem um borriço para apagar a poeira do chão. Os animais, destripados. Tudo como se viesse um redemoinho e varresse os campos. As pessoas crescidas achavam que o meu avô estava virando leve de cabeça. – Esta madrugada vi a estrela d’Alva sair mesmo do fundo da Cova-Tina. É um sinal sagrado. A estrela está prometendo uma tina d’água. Toda a gente torcia o pescoço para o meu avô. Eu sentia raiva da gente grande, que só pensava era na chuva. Quando ele contava as coisas mais bonitas deste mundo é que paravam de estar calados para lhe perguntar quando chovia. Quando Deus quisesse. O que é que o meu avô podia dizer da chuva? Ali sisudos a fumar, aquela

gente não tinha coração para ouvir as coisas do mar. Só sabiam dizer que as pessoas, quando chegavam à idade do meu avô, começavam a avariar o juízo. Então, porque lhe perguntavam pelo tempo?

– Depois de amanhã é a lua nova.

– Não, a chuva há-de vir. E não tarda. Em Setembro, quando o vento começa de madrugada, serena depois e torna a começar de tarde, de sudoeste, os navios que estão fundeados no porto da Vila saem todos para fora, porque é raro não cair refrega forte. Costuma vir acompanhada de chuva. Devemos estar debaixo do signo de Setembro. É muito certo. Costuma acontecer assim. Se assim for, não deve tardar que não tenhamos isto tudo alagado (SOUZA apud SPÁNKOVA, 2014, p. 111).

Henrique Teixeira de Souza recria nesse conto um mundo insular dramático, resultado do impacto das mudanças climáticas. O trabalho na roça, a seca, a fome e a emigração são elementos que fazem parte do enredo de “Menos um”. O personagem principal, o menino Eduardo, sofre desde muito cedo com as consequências advindas das secas. Fica explícita, logo no início da narrativa, a tradição oral. O narrador cita a hora, “depois do meio-dia” e as rodas debaixo das sombras das árvores, onde os amigos e vizinhos se reúnem para ouvirem, comentarem ou impedirem os casos contados pelo avô: “– Esta madrugada vi a estrela d’Alva sair mesmo do fundo da Cova-Tina. É um sinal sagrado”.

Percebemos que o protagonista tem uma fascinação pelas histórias relacionadas ao mar, evidenciando seu desejo de partir para outras ilhas. Nesse conto aparece o ideário da revista *Claridade*, representado simbolicamente pelos pés da cabra fincados no chão da terra, mostrando o compromisso de Henrique Teixeira Souza com a independência cultural crioula.

Pires Laranjeira (1995, p. 184) afirma que nos anos de 1980, uma polêmica silenciosa antecipava-se, surgem os contos *Negrume Lzimparim* (1973) em crioulo cabo-verdiano, de Luís Romano (1922), nascido na Ilha de Santo Antão (Cabo Verde). Esta obra o escritor concluiu no Brasil, onde se encontrava refugiado desde 1962. Conforme o Blog Sapo (2009), sobre *Negrume Lzimparim*, Luís Romano tem a seguinte proposta:

Com o título 'LZIMPARÍN' que pode ser tradução emocional, em português, da palavra NEGRUME, apresentamos, pela primeira vez em Portugal e em todo o Mundo de Expressão Portuguesa, um livro de ficção caboverdiana, elaborado e escrito na Língua Caboverdiana, por um Filho-de-Cabo-Verde, de legítima descendência lusa. (ROMANO, 2009, on-line).

Luís Romano é considerado herança neorrealista crioula, pois diferentemente dos colegas neorrealistas da *Certeza*, atentou-se ao contexto insular escrevendo sobre a *crioulidade* e *Negritude*, dando continuidade á cabo-verdianidade. *Negrume/ Lzimparim* é exemplo de um espaço cabo-verdiano marcado pelo colonialismo.

Sobre a cabo-verdianidade, manifesta-se também Gabriel Mariano (1928-2002), que é um dos grandes contadores de histórias pertencentes a Cabo Verde. A emigração para as roças de São Tomé, a infância, a marginalidade e a injustiça social são temas que aparecem no conto *Vida e morte de João Cabafume* (1976). Nesse texto o escritor denuncia a pobreza no arquipélago e o colonialismo que dominava Cabo Verde:

Vida e Morte de João Cabafume

Moço, entende direito o que te vou contar. João Cabafume não foi um qualquer. Ele não era como um eu, ou como um tu que estendemos as mãos para outro pôr corda. Morreu no meio da baía numa noite de lua cheia. Não, moço, não foi destino. João Cabafume não teve destino. Quando veio da Ladeira Grande para aqui passou ao destino a primeira calaca. Destino queria matá-lo de fome. Então ele foi ter de mestre Joãozinho:

– Mestre Joãozinho, leve-me para S. Vicente no seu navio. E quando senhor administrador quis pegá-lo para o mandar embora João Cabafume passou ao destino a segunda calaca. Moço, entende direito o que te vou contar. Foi assim: andava na ilha um homem comprido de cara vermelha. Manhento como gato ladrão. Andava catando gente para assinar contrato. Cada cabeça cem escudos. Foi então que mandaram apanhar pobres para fechar no Albergue. Pobre chateava as pessoas finas e incomodava os passageiros que desembarcavam. Por isso senhor Administrador deu ordem para fechar no Albergue toda a criatura que não tinha trabalho. Pobre e cachorro vadio, nenhum podia passear na rua. Albergue encheu. O homem comprido foi ter com o senhor Administrador. Andava catando gente para assinar contrato. Cada cabeça cem escudos.

[...]

Quando Sr. Administrador o chamou no seu gabinete ele disse que ninguém o podia obrigar. Sr. Administrador falou: tu assinaste contrato. João Cabafume respondeu: assinei contrato para sair do albergue. Sr. Administrador gritou: tu tens de ir. João Cabafume abriu a boca: não vou.

–Tu vais!

– Não vou!

– Mando-te para a cadeia...

– Cadeia não foi feita para cães!

– Ladrão!

– Ladrão não tem marca na testa!

– Cachorro!

João Cabafume arrebitou-lhe a boca com duas palmadas na cara!

Valente lá fora! Brigador como ele só! Moço, entende direito o que te estou contando. João Cabafume não aguentava desaforo de ninguém. Nem de preto nem de branco. Nem de pobre nem de rico. Como é que ele podia brigar com o destino se ele fosse um aguentador de desaforo? (MARIANO apud SPÁNKOVA, 2014, p. 102-104).

Gabriel Mariano, um dos grandes contistas de língua portuguesa, em *Vida e Morte de João Cabafume*, trata da saída forçada dos cabo-verdianos para as roças de S. Tomé. Cabafume faz parte dos homens que assinaram o contrato de trabalho, mas que se recusa á submissão, um homem dono do seu próprio destino, a morte, por se recusar obedecer ao colonialismo português.

No cenário da literatura cabo-verdiana algumas contistas merecem destaque. A primeira, Dina Salústio, é uma autora que transpõe para a ficção a realidade histórica de Cabo Verde. Em *Mornas eram as noites* (1994), Dina Salústio, através de palavras que despertam a imaginação estética, dá atenção especial ao cotidiano crioulo:

Cena 2: A seca (Dina Salústio, serigrafia em madeira)

Somos um país seco, de seca garantida. (...) O crioulo, a partir de Junho, começa a incubar dentro de si um ser ruim, desconfiado, medroso, inseguro. E à medida que os dias passam e os meses entram e saem, os olhos ficam enviezados entre o céu e a terra, os lábios desaparecem nos encovados do rosto, resmungando por tudo e nada sobre a ingratidão as chuvas, a maldição das ilhas, os pecados cometidos. Traído, porque as nuvens maninhas mais uma vez cumpriram o seu destino de negar à terra o consolo da água, o crioulo enraivece-se contra tudo o que o rodeia. Torna-se insuportável de tão intolerante, tão feio, tão desamado. (...) Eu fujo dos meus patrícios nos meses das águas frustradas. Eu fujo de mim. (...) Somos todos uma ameaça colectiva, de tanta tristeza (apud GOMES, 2008, p.13).

Mornas eram as noites ilustra a realidade de uma terra sem vida, seu personagem é gente da terra (mulheres) que sabe que com a falta de chuva vem a fome e a insegurança de viver em um lugar que não traz expectativas de sobrevivência e certamente ocasionará na sua saída da terra. De acordo com Leão (2003, p. 160), embora a autora não apresente uma cabo-verdianidade explícita em suas obras, percebemos elementos que marcaram o cenário insular: a seca, a ribeira, a emigração ou a terra ingrata, que nos situam na história do arquipélago.

A próxima escritora é Orlanda Amarílis (1924-2014). Ela nasceu em Assomada, publicou três volumes de contos em situações de diáspora: *Cais-do-Sodré té Salamansa* (1974), *Ilhéu dos Pássaros* (1983), *A Casa dos Mestros*, (1989), “nos quais dominam os temas da infância, emigração e experiência feminina” (SPÁNKOVA, 2014, p. 112).

Em 1944, alguns contos selecionados de Orlanda Amarílis foram publicados na revista *Certeza*, posteriormente a autora contribuiu com antologias de ficção cabo-verdiana contemporânea para outras revistas como *COLÓQUIO / Letras, África e Loreto 13*, da Associação Portuguesa de Escritores e está representada em várias antologias. Amarílis é filha de intelectuais insulares, e em livro, é a primeira escritora cabo-verdiana a publicar contos cuja ação decorre no arquipélago. Em *Ilhéu dos Pássaros* (1982), ela retrata a fome, a seca e os ventos em Cabo Verde, “Suas personagens, ainda que movidas pela necessidade de partir, como sobrevivência, ou como destino do qual não podem fugir, nunca perdem de vista a terra natal, mantendo suas raízes sempre vivas” (CANIATO, 2006, p. 144). Abaixo vemos alguns fragmentos de “Thonon-Les-Bains”, em *Ilhéu dos Pássaros*,

Thonon-Les-Bains

Gabriel ia dando notícias sobre aquele frio de França em Thonon-les-Bains perto da fronteira com a Suíça. França tem muito frio, mamãe, mas gente põe galochas forradas, luvas e capote. Mana fez-me um gorro e um cachecol vermelho. Anteontem foi domingo e, por acaso, encontrei Mochinho um moço badio de Ribeira da Barca. Ele apalpou o meu cachecol e experimentou o meu gorro e riu muito, mamãe. Disse eu estava rascon, já podia conquistar menina-branca de Thonon. O seu trabalho no torno numa fábrica de esquis agradava-lhe sobremaneira. Descrevia em pormenor como apertava os parafusos, dava a volta aqueles paus informes, aparava-os, alindava-os à força de máquinas, desapertava os parafusos de novo e lá iam eles para outras mãos fortes para os polirem, depois para outras para lhes colocarem os ferros e assim por diante. A irmã estava no serviço de colar as etiquetas e dar uma limpeza final a cada esqui. Não fiques apoquentada com esta conversa sobre o frio de Thonon, mamãe, porque mana também faz limpeza no hotel de manhãzinha muito cedo e o patrão deixa-nos dormir no caveau da escada no corredor onde tem um calorzinho sabe dia e noite [...] A filha não esquecera ainda os bons ensinamentos de sua mãe. Esta, no entanto, evitava falar nas cartas à sua comadre. Era boa criatura, mas debaixo de suas boas intenções ainda era capaz de deitar algum quebranto na vida de sua filha. Quebranto podia apanhar qualquer pessoa em qualquer idade. Por isso gente põe os fios de conta, pretas e brancas, de volta das barrigas de menino-novo, por baixo do umbigo. (AMARILIS apud SPÁNKOVA, 2014, p. 113).

Conforme Gomes (2008, p. 5), nesse conto percebemos que aparece a temática da insularidade, da infância e da experiência feminina como migrante, que ora está na metrópole, representada pelo Cais do Sodré, no arquipélago, a terra mãe: Salamansa, Mindelo e São Tomé, ora na América, Portugal, e França, Suíça. É importante ressaltarmos, que a figura feminina como migrante, também é recorrente nos contos de Ondina Ferreira (2010), autora dos contos de nossa leitura nesse trabalho. Amarílis e Ondina enfatizam, sobretudo, a diáspora.

Gomes (2008) agrega valor à literatura cabo-verdiana citando Ivone Aída (1926-2018), mais uma voz feminina. Ivone era criadora de contos e irmã de Orlanda Amarílis, as duas são filhas de Armando Napoleão Rodrigues Fernandes, autor do primeiro dicionário de língua crioula portuguesa, em Cabo Verde. Elas faziam parte de uma família ilustre de escritores: José Lopes da Silva, António Aurélio Gonçalves e Baltasar Lopes da Silva. Ivone é autora dos contos *Vidas Vividas* (1990) e *Futcera ta cendê na Rotcha* (2000), *A Exilada* (2005), *Mambia tita contém história na criol* (Children's Story Book, 2009) e *Capotóna*.

Fátima Bettencourt nasceu em 1938, em Santo Antão, Cabo Verde. É radialista, cronista, contista e conferencista, dentre suas obras destacam-se os livros de contos *Semear em Pó* (1994) e *Mar – Caminho Adubado de Esperança* (2006). Recentemente a escritora publicou seu oitavo livro, *Sonhos & Desvarios* (2019) composto por 15 contos que abordam a

problemática da juventude, dos idosos e problemas ligados à condição das mulheres e homofobia. Em uma entrevista na Cidade de Praia, em 15 de maio, para a INFORPRESS – Agência cabo-verdiana de notícias, a autora afirma ter mais prazer em escrever textos curtos, como crônicas e contos, e revela fatos a respeito do primeiro conto da sua obra *Sonhos & Desvarios*.

Nesse conto, Fátima Bettencourt descreve a realidade feminina em Cabo Verde e dá visibilidade à participação da mulher na diáspora. A personagem, devido aos problemas socioeconômicos do seu país, vê-se obrigada a partir, no entanto, não consegue ser feliz lá fora e acaba por atribuir ao seu fracasso à existência de um prédio, relativo à uma herança familiar, que representa para ela uma espécie de maldição, que provavelmente a faria retornar às suas raízes.

É compreensível vermos em muitos contos cabo-verdianos o vínculo dos autores com a pátria. A partir da criação da *Claridade*, eles jamais estiveram livres das amarras da terra-mãe, centrando seus textos no espaço insular, como uma luta de resistência contra a dominância de Portugal à que estiveram subjugados.

Por causa dessa sensibilidade com os problemas do Arquipélago, escritoras como Dina Salústio, Orlanda Amarílis, Fátima Bettencourt e Ondina Ferreira passam a ecoar os dramas da nação: a fome, a seca, as tradições, origens, apropriação da língua como linguagem cabo-verdianizada, e a diáspora, são elementos que representam a cultura da sociedade na qual elas pertencem.

No capítulo 2, discutiremos com mais profundidade as migrações e a diáspora, que correspondem às saídas de um indivíduo do seu lugar de origem para outros países, ou mesmo dentro do seu próprio país em busca de melhores condições de vida. Reforçamos que essa temática é relevante porque destaca a obra de Ondina Ferreira e por consequência celebra e valoriza a identidade cultural cabo-verdiana.

CAPÍTULO II

O TEXTO CABO-VERDIANO COMO LITERATURA DE MIGRAÇÃO

A literatura cabo-verdiana como literatura de migração deve-se aos primeiros exílios, que aconteceram por volta de 1.460, quando os portugueses descobriram o arquipélago. O intuito português era a expansão econômica através da colonização; para isso foram escravizados milhões de africanos e levados ao trabalho de mão de obra forçado nas fazendas.

Após a escravatura, com o abandono das ex-colônias pelos seus administradores, e a queda econômica, os expatriados emigraram em grandes quantidades para a Europa, Estados Unidos e Canadá, tornando-se “migrantes ilegais”. Essa dispersão tinha por objetivo o trabalho e o estudo.

Por outro lado, os que ficaram, decidiram-se pelos movimentos internos, deslocamentos que em “diversos territórios africanos (com destaque para S. Tomé, onde emigrantes cabo-verdianos são contratados para as roças) tornam-se os principais destinos da diáspora cabo-verdiana” (MENDES, 2015). Esse tipo de rito migratório aconteceu devido às mudanças cíclicas e às guerras civis.

Os movimentos migratórios dentro e fora do país serviram de elemento temático para a literatura da *Claridade*, que tinha por objetivo revelar a realidade social vivida nas ilhas de Cabo Verde. No entanto, de acordo com Onésimo Silveira (1963), os primeiros textos realistas, considerados paisagistas com marcas do romantismo, não demonstraram essa situação social, mas antes refletiam a emigração voltada para as Américas e jamais a emigração humilhante para as terras de S. Tomé e Príncipe. Nesses textos, tanto na voz poética, quanto na ficção,

[...] propuseram-se os componentes do Movimento exprimir uma dada situação de existência do povo caboverdiano, decorrente do condicionamento geográfico e telúrico do arquipélago, e que conceberam como o drama da evasão do ilhéu. Esta expressão, cunhada pelos claridosos, virá a tornar-se moeda corrente nos meios lisboetas dedicados ao estudo de problemas de Além-Mar. O drama da evasão pretendeu ser a tradução intelectual do problema da emigração do ilhéu. Mas, conquanto fosse um dos principais tópicos do seu programa, em parte não expresso, esses homens não lograram tomar e manter, no plano literário e no da acção prática, as posições necessárias à denúncia desse problema em termos positivos. Focando o drama da evasão, a dualidade «querer partir e ter que ficar» ou «querer ficar e ter que partir» — conforme a filosofia evasionista de cada um — acabaram por simplificar, arbitrariamente, este complexo problema e por oferecer uma imagem estereotipada do homem caboverdiano, renunciando conscientemente a buscar as raízes psicológicas e sociais do facto emigratório (SILVEIRA, 1963, p. 12).

Para Silveira (1963), o real propósito da emigração na literatura cabo-verdiana, era expressar os problemas econômicos e sociais da organização insular. Contudo, as verdadeiras marcas desta emigração não poderiam ser concebidas por um escritor que não tinha nenhum contato direto com as Ilhas. Assim, um grupo de novos escritores, dentro do campo da *Claridade*, surgiu e consolidou-se como representantes da Moderna Geração, mas não totalmente libertos da influência claridosa. Abaixo percebemos no final do poema “Regresso”, de Terêncio Anahory, a falta de um questionamento que nos impossibilita, “a observação e análise dos factos às últimas consequências” (SILVEIRA, 1963, p. 29).

Regresso

Deixem-no passar, por favor;
 Ele vem cansado,
 O seu caminho foi longo...
 Desde manhã cedo
 As aves que cantam
 O sol e o prado
 E a brisa do mar
 Trouxeram com eles
 O teu cartão de visita.

Mas eu não queria visita anunciada...
 Podias entrar sem bater
 Beber da minha água
 E comer da minha comida.
 Descansa!
 ...E enquanto adeja
 Em volta de nós
 Este sossego tranquilo
 De um retorno desejado
 Vou contar-te histórias
 Para embalar o teu sono
 Afugentar do teu pensamento
 Roças, secas, sol ardente,
 Fuba,
 Terra-longe! (apud SILVEIRA, 1963, p. 27- 28).

Nos últimos versos de “Regresso”, notamos uma pausa na voz poética que aponta uma ausência de consciência da emigração. De acordo com Silveira (1963), o eu lírico se recusa a fazer o “amigo”, expatriado, que fora trabalhar nas roças de S. Tomé devido às grandes estiagens e à fome, a pensar nas mágoas provocadas pela *terra-longe*. O poema, denota um conformismo que não vemos no poema “Anti-evasão”, de Ovídio Martins:

Pedirei
 Suplicarei
 Chorarei

Não vou para Pasárgada
 Atirar-me-ei ao chão
 E prenderei nas mãos convulsas
 Ervas e pedras de sangue
 Não vou para Pasárgada
 Gritarei
 Berrarei
 Matarei
 Não vou para Pasárgada (apud SILVEIRA, 1963, p. 29).

Neste poema, percebemos que o eu lírico está consciente das situações de violência, e repudia a exploração e o abandono afetivo, sofrido por vítimas de emigrações sob uma ordem injusta. Assim, ele não pretende o evasãoismo como o eu lírico do poema “Vou-me embora pra Pasárgada”, da obra *Libertinagem*, escrita em 1930, pelo poeta brasileiro Manuel Bandeira. A estética evasãoista de Bandeira valoriza o discurso de uma terra prometida, um local que serve de fuga da dura realidade em que vive. Ele lança-se a evasão por se sentir incapaz de resolver os problemas do seu país, por isso revela uma compreensão pela vontade de partir que aparece nos marginalizados nordestinos.

A diferença entre os dois poemas está no primeiro, no qual percebemos que o eu lírico decide resistir ao escape e permanecer na sua terra, “O final de “Anti-Evasão” é a vinculação à acção consciente e reivindicativa com a aceitação total das consequências que ela implica, mesmo as havidas convencionalmente por ilegítimas” (SILVEIRA, 1963, p. 29).

A estética de Bandeira gerou muitas discussões e serviu para a literatura Cabo-verdiana como resistência cultural para a Nova Geração que decidiu ficar na terra-mãe. Esses escritores, conscientes de uma literatura de emigração focalizada nos dramas do dia a dia dos cabo-verdianos, destacam-se como agentes da construção da identidade do arquipélago, fazendo uma revisão histórica da diáspora, dos deslocamentos e das migrações em massa.

De acordo com Homi K. Bhabha em *O local da cultura* (1998), a intenção da agência, “ao especificar o presente enunciativo na articulação da cultura é estabelecer um processo pelo qual outros objetificados possam ser transformados em sujeitos de sua história e de sua experiência” (BHABHA, 1998, p. 248). Dessa forma, compreendemos que a agência é a capacidade dos sujeitos coloniais intervirem no mundo enxergando suas origens, privilegiando a história e contestando a cultura europeia “um elemento fundamental, porque revela a autonomia do sujeito em revidar e contrapor-se ao poder colonial” (BONNICI, 2009, p. 266).

A emigração é o ponto de partida para a diáspora, e levou muitos ilhéus a vários percursos migratórios. Portanto, nos próximos tópicos, compreenderemos a diáspora, o exílio

e os ritos migratórios, elementos determinantes da identidade nacional cabo-verdiana. E, por fim, ressaltaremos o drama do “ir e vir” na literatura de Ondina Ferreira como uma forma de resistência, pois a autora encena em contextos de diásporas.

2.1 A diáspora e o exílio

Hall (2003, p. 25) em “Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior” discute sobre o nascimento da diáspora. Para ele, um evento que significou o começo da migração negro-caribenha foi a chegada do navio *Empire Windrush* ao porto de Tibury, no Reino Unido (1948), com um grupo de migrantes civis.

Um dos conceitos dados por Stuart Hall sobre diáspora é a disseminação de um povo da sua terra por vários motivos, como “A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades – legados do Império em toda parte – podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento — a dispersão” (HALL, 2003, p. 28), e a perda da identidade.

Para Bonnici (2009), a diáspora vem, “(do grego, dia = longe, distante, e speirein, espalhar. É o deslocamento livre ou forçado de populações de seu país para novas regiões” (BONNICI, 2009, p. 277). Conforme o autor, a diáspora tem duas tipologias: a pré-transnacional e a transnacional. A primeira foi uma experiência que trouxe para os escravos e trabalhadores de países distantes, o isolamento geográfico e, conseqüentemente, a saudade do “lar”.

A segunda, e mais complexa, a transnacional, refere-se aos sujeitos ex-colônias enviados para as metrópoles, aos refugiados de guerras civis, pelo fato do exílio e da fragmentação do homem, e também, aos que saíram à procura de estudo, empregos e benesses na metrópole, os que menos sofreram os traumas da emigração.

A literatura cabo-verdiana se utiliza dessas informações para evidenciar as populações que passam pela experiência da transnacionalidade. Segundo Bonnici (2009), os transmigrantes aparecem na literatura como um povo que mantém a mente fixa na pátria imaginada, e/ou ajustado às circunstâncias locais, “a partir da perspectiva diáspórica, pode-se dizer que as condições translocais formam zonas de conflitos e sujeitos fragmentados” (BONNICI, 2009, p. 279). Sobre a fragmentação do sujeito, Hall (2013) afirma em entrevista, que sente não estar em casa em nenhum dos dois países, Caribe e Europa:

O que é, suponho, a causa da minha ênfase na noção de *in-betweenness*. É por isso que me interessa pelo fenômeno das diásporas, é por isso que me interessa por hibridizações, pelo que constitui a “casa”, para a qual nunca se volta efetivamente. (HALL, 2013, p. 197)

Para Hall a hibridização significa a mistura de dois povos e duas culturas, que através da diáspora se cruzam. Podemos perceber essa mistura no próximo tópico, no qual comentaremos os movimentos de migração em S. Tomé e Príncipe, e nos países da emigração, Portugal e Estados Unidos, como referência as pessoas que entravam e saíam de Cabo Verde.

2.2 Os ritos migratórios

Os ritos migratórios compreendem o ir e vir de pessoas para diferentes locais. De acordo com Carlos Elias Monteiro Barbosa (2014, p. 23), no contexto da África, os fluxos migratórios são representados por uma longa e complexa história de deslocamentos humanos, como as rotas comerciais, conquistas e peregrinações. Como se refere Trajano Filho (2005), a respeito dos primeiros fluxos humanos,

O arquipélago era desabitado quando os barcos portugueses ali aportaram. Os africanos transplantados para as ilhas pertenciam a várias sociedades da costa africana adjacente, com diferenças lingüísticas, religiosas e de formas de organização social e política. Trazidos como escravos, faltavam-lhes as condições políticas para reproduzir integralmente suas comunidades de origem no novo ambiente das ilhas (TRAJANO FILHO, 2005, p. 70).

Essa movimentação, considerada uma das primeiras, envolvia o comércio ilícito de africanos para habitar e trabalhar nas ilhas, e durou até a primeira metade do século XIX. Segundo Martins (2009), no que concerne à emigração forçada, ela ocorreu entre 1902 a 1970 e foi motivada pelo

governo colonial português através de leis que tinham como finalidade o recrutamento de mão-de-obra braçal para trabalhar nas fazendas agrícolas – designadas por roças em São Tomé – e, posteriormente, para outras colônias portuguesas africanas, visando suavizar ou aliviar as crises em Cabo Verde e garantir mão-de-obra nas outras possessões portuguesas (MARTINS, 2009, p.89).

Em São Tomé e Príncipe, essa imigração era desumana e resultou em expressões caras para os cabo-verdianos, como o mar, a saudade, a “terra-longe”, e a vontade de retornar. Essas temáticas têm inspirado muitos autores de textos literários a uma consciência da dignidade do

povo cabo-verdiano. A tradição migratória, livre ou forçada, representa simbolicamente a realidade de muitos povos em constantes deslocamentos. Para Trajano Filho (2005), uma das características de Cabo Verde, “é a sua capacidade de produzir, por uma variedade de razões, uma massa de emigrantes” (TRAJANO FILHO, 2005, p. 8). Dentre os motivos, podemos citar a falta de recursos econômicos e o declínio do sistema baseado na propriedade latifundiária. De certa forma, a maioria dos cabo-verdianos, e donos das propriedades agrícolas, dependia dessa economia.

Trajano Filho (2005) afirma que no final do século o declínio dos sistemas de propriedade latifundiária nas ilhas de Cabo Verde, “morgadio” e “capela”, mantidos pelos senhores feudais, motivou a saída dos filhos mais novos, que partiam na sua maioria para Portugal, abandonando a propriedade paterna. Também, os conflitos políticos, “no passado colonial (e, de certo modo, nos primeiros anos da independência) operaram no sentido de expelir muita gente para longe de suas comunidades” (TRAJANO FILHO, 2005, p. 8). Por motivos políticos, muitos fugiram para outros países, considerados exilados de sua pátria.

Carvalho (2006, p. 24) afirma sobre as migrações em propriedades como S. Tomé e Príncipe, que elas desencadearam situações bastante diversas. Algumas se apresentam em dilemas morais, materiais e culturais. O autor disserta que em contraste a outros destinos como Dakar, Angola e Moçambique, o fluxo migratório para S. Tomé e Príncipe, “surge como paradigma de emigração forçada e motivo de uma das mais incisivas manifestações de denúncia, luto e recriminação do tratamento aplicado aos cabo-verdianos nas roças daquelas ilhas durante o tempo colonial” (CARVALHO, 2006, p. 24).

Fatores de ordem política, como os desmandos coloniais e, ambientais, como as secas e a fome, foram responsáveis por incitarem as pessoas a saírem do país, “Esses atributos econômicos, políticos e culturais que servem como motivadores da emigração representam a forma cabo-verdiana de expressão do ecúmeno cultural africano” (CARVALHO, 2006, p. 8).

Esse conjunto de problemas é responsável pelos fluxos migratórios, e se não fosse o sentimento de ausência entre os que ficam e partem, e “a manutenção dos relacionamentos, apesar da distância, por meio da continuidade das obrigações materiais” (CARVALHO, 2006, p. 8), já teria provocado uma ruptura na sociedade cabo-verdiana.

Martins (2009) considera que a migração de 1900 a 1920, esteve direcionada para os Estados Unidos. De acordo com os estudos de Martins (2009) muitos cabo-verdianos foram influenciados a emigrarem e fixarem-se nos Estados Unidos devido às pescas de baleias, que

os americanos faziam nos mares das ilhas de Cabo Verde. Essas saídas acabaram por gerar outros ritos migratórios, pois os que se consideravam estabilizados na América, começaram a chamar os seus familiares que haviam ficado para trás em Cabo Verde.

Conforme Martins (2009), nos anos de 1919, 1924 e 1928, as saídas dos cabo-verdianos para os Estados Unidos diminuíram devido às mudanças nas leis americanas. Com a proibição da entrada de emigrantes analfabetos no país, os ritos migratórios centralizaram-se na África. Por fim, numa terceira fase da história de movimentos negros, um grande êxodo de emigrantes direcionou-se para Portugal, França, Holanda e Itália.

Esse *ir e vir* aparece na literatura de Ondina Ferreira como uma forma de valorizar a cultura do país. Assim, ressalta-se a importância de mostrar no próximo tópico como essa temática apresenta-se na literatura da escritora.

2.3 O *ir e vir* na literatura de Ondina Ferreira

O *ir e vir* na literatura cabo-verdiana refere-se ao constante estado de divisão em que o homem se encontra. De acordo com Marques (2018) o homem cabo-verdiano “se vê dividido entre a vontade e necessidade de partir para o desconhecido e seu desejo de ficar junto à terra amada” (MARQUES, 2018, p. 21). O desejo de partir nas narrativas de Ondina Ferreira está associado às causas de infertilidade do solo e as secas, esses são os diversos fatores que fazem com que o cabo-verdiano sinta necessidade de partir, por outro lado existe o desejo de ficar, que aparece como um apego a terra. Para o cabo-verdiano, ter razões para partir seria bom, se ele não tivesse razões para ficar, mas ele ama sua terra.

Esse drama do *ir e vir* é evidente em Ondina Ferreira, que por ter nascido em um barco em pleno movimento de diáspora, em Mindelo, Cabo Verde, tem se preocupado em escrever uma literatura voltada aos problemas vividos nas ilhas. Na literatura ondiana, percebemos que as idas e vindas acontecem por causa da falta de chuva que resulta em fome e miséria no arquipélago, fazendo com que as personagens optem pela saída das suas ilhas, pois as secas periódicas fazem com que a terra mãe torne-se um local inóspito, rude e difícil de viver.

A escassez de chuvas, de uma forma ou de outra, proporciona pobreza e fome, por isso, devido a essas más condições de vida, o homem cabo-verdiano anseia constantemente por partir, visto que, ao olhar para longe, enxerga em terras distantes, que dias melhores virão.

O universo ficcional da autora Ondina Ferreira propõe uma reflexão sobre os diversos motivos de se libertar da terra-mãe. No entanto, esse sentimento muitas vezes está ligado a outro, o de permanecer na terra, ou simplesmente voltar para ela. Essa situação não é nada fácil para quem precisa emigrar, mas não consegue se libertar do local de origem.

Os deslocamentos apresentados nas narrativas de Ondina Ferreira representam ficcionalmente esse grupo de pessoas, que migrava dentro das suas próprias ilhas, vivendo o exílio interno, ou emigrava para outros países, vivendo o exílio externo, mas sempre sob a perspectiva bipartida do querer “ir” e “vir”. Esse sentimento bipartido nós vemos em Manuel Ferreira no romance *Chuva Braba*:

O dilema partir-ficar é algo presente na literatura cabo-verdiana e constitui a temática da obra *Chuva Braba*, uma vez que ao retratar o drama do herói (Mané Quim) adquirindo uma consciência cada vez maior de si próprio e, de sua terra ao longo do romance, através de uma relação conflituosa e, ao mesmo tempo, de identificação entre o homem e seu espaço, o querer bipartido do povo cabo-verdiano é representado com grande pungência pelo autor” (MARQUES, 2018, p. 21).

Sem dúvida, o mesmo discurso é apresentado nas narrativas de Ondina Ferreira, promovendo a identidade cabo-verdiana e objetivando colaborar com os escritores telúricos que visavam uma literatura nacionalista. Nesse sentido, passaremos ao capítulo 3, no qual apresentaremos a obra e a leitura dos contos selecionados no intuito de trazer uma contribuição às futuras leituras sobre migrações e os textos ficcionais da escritora acima referida.

CAPÍTULO III

CONTOS COM LAVAS: O FLUXO HUMANO NAS ILHAS CABO-VERDIANAS

Contos com Lavas é uma coletânea de doze narrativas, publicada em 2010, pela própria autora Ondina Ferreira, que ambienta suas histórias na Ilha do Fogo, conhecida como a Ilha do Vulcão. Os acontecimentos de sua época de criança e juventude são a fonte das suas histórias. De acordo com uma entrevista dada ao site Expresso das Ilhas, Ondina Ferreira considera que seus contos são recriações de memórias guardadas por ela. É a representação da Ilha do Fogo dos anos de 1950, 1960 e 1970, que a autora pretende recriar como um tributo à sua ilha.

Nesse sentido, a palavra “lava”, que aparece no título da obra, é ambígua, uma vez que aponta tanto para o recorte espacial, quanto para a geografia humana das ilhas e pode ainda simbolizar o fluxo lento do escoar da realidade para a ficção, pois as histórias reais dos habitantes do Fogo são ficcionalizadas. É a lava do vulcão que forma o solo da ilha, são as histórias do povo que formam o imaginário cabo-verdiano, sua história e sua literatura.

É o caso dos três contos selecionados como foco dessa pesquisa, “A Troca”, “O pedido de casamento” e o “Visto”, que guardam certa semelhança com a própria vida da autora, bem com as características de seu povo, que estão presentes também como traço caracterizador de suas personagens, representando uma realidade comum a muitos cabo-verdianos daquele período: a necessidade de partir e a vontade de ficar.

3.1 “A Troca”: a diáspora e as privações do feminino

Em “A Troca”, a autora revela como se deu o movimento migratório nas ilhas de Cabo Verde através de duas personagens femininas. Elas representam ficcionalmente as mulheres cabo-verdianas e o seu papel naquela sociedade. Os anos de 1952 a 1980, citados durante a narrativa, fazem parte do processo de colonização e da recém-independência do país, que aconteceu em 5/07/1975, quando Cabo Verde, pequeno país insular, torna-se livre de Portugal.

Nesse conto, o narrador discute a história de duas mulheres que partem da ilha do Fogo em um barco, para serem contratadas no sistema roceiro em S. Tomé. As roças fazem

parte da cultura são-tomense e do cotidiano dos cabo-verdianos, que se deslocavam para trabalhar nas plantações de café e cacau.

Para elas, a saída pelo mar representava a possibilidade de uma nova vida através do trabalho, e de uma dura realidade, a falta de comunicação com os familiares. Por isso, a bordo, as duas personagens, Maria Alves e Rufina Andrade se tornam amigas. E, para amenizar a solidão durante o percurso, elas falam dos seus dramas, as saudades dos familiares que ficaram para trás e os motivos pelos quais deixaram suas terras.

O destino das duas mulheres contratadas não permitia uma possibilidade de gravidez, contudo, Maria, a mais velha, embarcara na Praia, capital de Cabo Verde, com uma gravidez adiantada, a qual ela escondia, mas acaba dando à luz em pleno alto mar. Sem condições de seguir viagem, decide juntamente com Rufina, fazer a troca dos documentos de identidade. Uma desceria em S. Tomé e a outra ganharia tempo para se restabelecer até chegar em Angola.

As duas mulheres não dispunham de recursos econômicos, por isso tinham por papel fundamental cozinhar, buscar água para a família, recolher urzes nas ladeiras pedregosas e buscar lenha e água na cabeça. Mas com a chegada da seca, comprometendo a fertilidade da terra, gerou-se a fome em Cabo Verde, e a saída da sua ilha era a única solução para a sobrevivência da família. Diante disso, o certo era participarem da produção agrícola do país: ambas contratadas, para o trabalho nas roças. Segundo Gomes (2013),

Numa sociedade eminentemente agrícola, reconhece-se cada vez mais a importância do trabalho feminino na realização de tarefas como a sementeira, a colheita [...] além de recolher água (percorrendo longos trajetos), transportar lenha... fazer funcionar o fogão de três pedras (gastando muitas horas de seu dia), carregar pedregulhos ou latões de cascalho à cabeça na frente de abertura de estrada (GOMES, 2013, p. 2).

Sabemos que embora a mulher cabo-verdiana exerça um papel tradicional na agricultura do país, muitas vezes ele é cumprido através de “duríssimas condições de vida e de trabalho – que exigem grande robustez física” (GRASSI, 2007, p. 31), e ainda por cima atividades consideradas informais. A falta do necessário à condição humana são privações vividas por muitas mulheres, que acabam impulsionando-as a partir.

Em alguns casos migratórios da mulher, isso se deve ao abandono pelo marido, que fascinado pela emigração, partia para os Estados Unidos ou Europa deixando a família para trás, e a responsabilidade sobre a mulher de ter que trabalhar para sustentar os filhos,

(...) os que emigram são (apesar da importância da emigração feminina) maioritariamente do sexo masculino que, na maior parte das vezes, deixam as suas famílias no país. Em vista disso as mulheres são obrigadas, por um lado, a assegurar a educação dos filhos e, por outro, a vender, frequentemente, a sua força de trabalho nas obras públicas, para poderem garantir a subsistência da família, para além das tarefas que lhes cabem tradicionalmente, no quadro da produção agrícola (ANDRADE, 1995: 199 *apud* GRASSI, 2007, p. 31).

Grassi (2007) pontua que, com a ausência do marido, as mulheres cabo-verdianas “levam consigo uma responsabilidade acrescida em relação à sobrevivência do agregado familiar, estejam os seus membros onde estiverem fisicamente” (GRASSI, 2007, p. 46). O agregado familiar muitas vezes é composto por pais e filhos, ou outra pessoa da família.

Essa era a situação de Maria, que partia em busca de trabalho para ajudar a família, pois fora abandonada grávida e deixava para trás outro filho ainda pequeno com uma avó sem recursos. A respeito das mulheres grávidas no contexto migratório cabo-verdiano, leiamos alguns versos poéticos que a autora Ondina Ferreira cita, e revelam as condições às quais essas mulheres se submetiam em busca de um contrato nas roças:

Mulheres grávidas também
na leva dos que seguem
na rota de São Tomé
e acontecem partos por vezes
no reduzido espaço da enfermaria de bordo.
Pobres mulheres do povo,
resignadas e confiantes,
das ilhas cabo-verdianas!
Não fossem assim fecundas,
mais braços não havia
para os trabalhos da enxada
nos anos bons quando chegam... (FERREIRA, 2010, p. 16).

Segundo o poema, na experiência migratória cabo-verdiana era comum ver mulheres embarcarem nos grandes navios contratadas para as roças de São Tomé. A mulher cabo-verdiana grávida, ou não, teve papel fundamental nos trabalhos agrícolas, como fonte de economia e reprodutora de mão de obra.

Muitos são os motivos que levaram as mulheres a experiência da diáspora, a maioria deslocou-se devido à fome, é o caso de Rufina, a mulher mais jovem, a outra personagem. Ela perdera os pais ainda criança em uma crise de fome, por isso passava pela experiência do movimento diaspórico, partindo em busca de um futuro promissor.

Ao chegar em S. Tomé, Rufina demonstra um grande interesse pela terra desconhecida, e adota uma solução para se apropriar do espaço agrícola que deveria ser da amiga, propondo então a troca de identidades, que mais tarde afetaria sua vida:

– Tu queres destrocar? – era a Rufina em tom de provocação e numa grande risada – Ficava cá e tu seguias. Pensado melhor e se a gente trocasse os papéis? Ninguém notaria. Eu respondo por ti e tu respondes por mim. Sim, como adivinariam que uma era a outra? (FERREIRA, 2010, p. 20-21).

Ela responde a chamada utilizando o nome de Maria, e com um contentamento interior coloca o pé em São Tomé. Na roça da *Saudade*, começa sua função de capinagem desde as seis da manhã às cinco da tarde. Mesmo no cultivo de cacau e banana, a nova Maria Alves, continuava com uma vida muito difícil. Casou-se com Morgado, um rapaz que era da mesma roça que ela e também da Ilha do Fogo: “Os filhos vieram um a seguir a outro. [...] As doenças, as privações, os sustos, as brigas, os bons e os maus momentos da vida [...]” (FERREIRA, 2010, p. 23).

Apesar do sofrimento físico e psicológico dos que partiam da sua terra para o trabalho na produção de café e cacau em São Tomé e Príncipe, com a retirada da colonização portuguesa, a situação dos contratados piorou. Com a independência do país, no ano de 1975, as promessas de melhoria não aconteceram, deixando-os numa situação de completa miséria e desamparo. Com a desativação do sistema roceiro antigo, os administradores fugiram de volta para Portugal.

[...] o novo país não podia tolerar a condição de contratados, resultado de um ignominioso processo dos anteriores donos de terra” – assim se dizia nos comícios e nas reuniões com os ditos explorados – os trabalhadores foram mandados à sua vida. Sem mais. Como sinal de liberdade e dos novos tempos. Por fim, desactivado o sistema roceiro (FERREIRA, 2010, p. 28-29).

Com o fim do sistema roceiro, a vida dos contratados fica mais difícil. Notamos isso com a saída do filho mais velho da protagonista para Lisboa. As partidas para fora do país representavam uma nova forma de gerar renda para a família que ficava.

Há mais de um século que os jovens cabo-verdianos deixam de forma espontânea as ilhas para emigrarem com destino aos Estados Unidos, Portugal ou Holanda, num movimento que é considerado como uma inevitabilidade e, principalmente, como uma esperança e um sonho de realização futura (MARTINS, 2009, p. 87).

Conforme Grassi (2007), após a independência, muitos jovens de famílias pobres passam a emigrar para o exterior, ora para ajudarem financeiramente a família, ora para estudarem, era um meio de organizarem suas vidas, principalmente se tivessem familiares no exterior.

A escassez de recursos naturais e as secas periódicas e frequentes levaram sempre a população — maioritariamente a masculina — a emigrar. Há, de facto, cabo-verdianos espalhados pelo Mundo inteiro que mantêm uma relação com o país, contribuindo assim para a manutenção da identidade nacional cabo-verdiana, podendo afirmar-se que a emigração aparece como um dado estrutural da sociedade cabo-verdiana, tal como observa E. Andrade (1995) (GRASSI, 2007, p. 27).

Em Lisboa a maioria se destacava profissionalmente e passava a enviar remessas de dinheiro aos membros da família que ficava. Era uma forma de manter a ligação com sua terra. Aquele filho para a protagonista era seu único consolo. Contudo acaba morrendo por causa de uma descarga elétrica. Aquela história da troca de identidade tornou-se um problema para Rufina, que não conseguia provar sua verdadeira identidade e receber o seguro de vida do filho, que infelizmente estava com o nome de Maria Alves.

A solidariedade de Rufina em trocar as identidades com a amiga Maria transformou-se na esperteza de Circe Helena, a filha de Maria que nascera no barco em alto mar. Circe Helena, aparece no fim da história como uma bela moça, inteligente e cheia de saudades da madrinha. No entanto, como em quase todas as narrativas, alguns elementos cruciais são incluídos no final do enredo.

Isso não é diferente em nosso conto, após a protagonista passar por diversos conflitos, Circe Helena aparece como a vilã da história para impedi-la de alcançar seus objetivos. Conforme Moisés Massaud (2006) “não [é] possível o conto em torno de uma única personagem; ainda que uma só avulte como protagonista, outra participará, direta ou indiretamente, na formulação do conflito que sustenta a história” (MOISÉS, 2006, p. 50). Dessa maneira, para intensificar o conflito na narrativa, surge a presença de Circe Helena.

Os nomes Circe e Helena estão vinculados à mitologia grega. Circe, filha do Sol, é descrita na mitologia como uma deusa que finge bondade, mas esconde suas reais intenções, age como feiticeira ou uma bruxa vingativa, temida por todos por causa do seu poder.

Ao se aproximarem do palácio, os gregos viram-se rodeados de leões, tigres e lobos, não ferozes mas domados pela arte de Circe, que era uma poderosa feiticeira. Todos esses animais tinham sido homens e haviam sido transformados em feras pelos seus encantamentos. Do lado de dentro do palácio vinham os sons de uma música suave e de uma bela voz de mulher que cantava. Euríloco chamou em voz alta, e a deusa

apareceu e convidou os recém-chegados a entrar, o que todos fizeram, de boa vontade, exceto Euríloco, que desconfiou do perigo. A deusa fez seus convivas se assentarem e serviu-lhes vinho e iguarias. Quando se haviam divertido à farta, ela lhes tocou com sua varinha de condão e eles imediatamente se transformaram em porcos, com "a cabeça, o corpo, a voz e as cerdas" de porco, embora conservando a inteligência de homem. Circe prendeu-os em suas pocilgas, dando-lhes para comer bolotas e outros alimentos apreciados pelos suínos (BULFINCH, 2002, p. 288).

Conforme Bulfinch (2002) Helena de Tróia era filha de Zeus e esposa do rei Menelau, rei da Esparta, e considerada a deidade mais bela das mulheres, porém traiçoeira e causadora de tantos morticínios no conflito entre gregos e troianos.

Ora, Helena, esposa de Menelau, era, na realidade, a mulher que Vênus destinara a Paris, como a mais bela de seu sexo. Sua mão fora disputada por numerosos pretendentes, e, antes de se tornar conhecida sua decisão, todos esses pretendentes, por sugestão de Ulisses, que era um deles, prestaram juramento de que a defenderiam contra qualquer injúria e lutariam por sua causa, se necessário. Helena escolheu Menelau, e vivia feliz com ele, quando Paris se tornou hóspede do casal. Com a ajuda de Vênus, Paris convenceu-a a fugir em sua companhia e levou-a para Tróia, o que provocou a famosa guerra, assunto dos maiores poemas da antigüidade, os de Homero e Virgílio (BULFINCH, 2002, p. 255-256).

Ondina Ferreira, assim como muitos escritores e poetas, se inspira na mitologia grega para atribuir a personagem Circe Helena a beleza, a bondade e a sedução das duas deusas, artifícios usados para enganar Rufina, e levar consigo o único documento que a ajudaria receber o seguro de vida do filho.

[...] regressada a Luanda Circe Helena procurou advogado. Ela era a filha de Maria Alves e nascera antes da troca dos nomes. Perfilava-se pois como herdeira natural do pecúlio deixado por Joaquim. Por que não? Afinal a desgraçada da madrinha, de quem sentira vergonha de ser afilhada, não iria saber. Uma alegria e uma energia incomuns tomaram conta dela. Sim, o dinheiro iria ser dela! Procurou os passos todos que deviam ser dados para habilitá-la como herdeira (FERREIRA, 2010, p. 35).

Circe Helena aparece no palco dos acontecimentos para piorar a história de vida da protagonista, que tem mais fracassos do que vitórias. Com o sistema roceiro desativado e a morte do filho, a vida de Rufina tornara-se mais miserável. Seu marido enquanto vivo acusava-a pela troca dos papéis: “- Ah! Fina! Poderíamos estar bem de vida! Agora que já nem contrato, nem trabalho temos...” (FERREIRA, 2010, p. 29). Para Morgado, uma alma inculta, todo o suor derramado na terra, debaixo de contratos em situações muito difíceis, ainda era melhor do que a miséria em que se encontravam.

É importante frisarmos que a migração para S. Tomé e Príncipe, sob a forma de contrato era semelhante ao regime de escravidão. Porém, para o cabo-verdiano que sofria com

a falta de chuva e com a fome, era um meio de sobrevivência. Por isso, é compreensível o lamento do marido da Rufina, que tinha nas roças um meio de subsistência para a sua família.

3.2 “O pedido de casamento”: a emigração e a diferença entre as classes sociais

Em “O pedido de casamento”, Ondina Ferreira retoma as emigrações em Cabo Verde, revelando as diferenças entre as classes sociais e o preconceito enraizado na sociedade fogueuse. Arlindo, o personagem principal, faz parte dos que emigraram em massa nos anos cinquenta para a América. Segundo Gomes (2015), sobre as emigrações nos anos de 1950-1970, “no período de 1950 a 1973 o número de emigrantes triplicou em relação à década anterior, constituindo a fase conhecida como a do “grande êxodo”, com destino principal aos países europeu [...]” (GOMES, 2015, p. 20).

De acordo com Rocha (2013, p.15), Cabo Verde é uma nação emigrante por excelência sendo reconhecida pelas suas persistentes emigrações. Esse movimento acontece desde os fins do século XVII e inícios do XVIII, resultando em mais cabo-verdianos fora do país, em busca de sobrevivência, do que dentro do território nacional.

Nos Estados Unidos, a maioria dos emigrantes passava a conviver com pessoas ricas e acabava entendendo as diferenças existentes nas relações sociais. Dessa maneira, Arlindo começava a compreender que a classe poderosa da América possuía os mesmos costumes que os ricos da sua ilha, “os mesmos tiques, com as variações e as diferenciações que a origem da riqueza, o meio circundante e a conjuntura histórica emolduram” (FERREIRA, 2010, 46).

Maria Helena Spencer (2006) explica que cada ilha de Cabo Verde tem sua própria feição. O povoado do Fogo é descrito pela autora como “senhoril e orgulhoso como um velho fidalgo de outras era” (SPENCER, 2006). Dessa maneira, compreendemos que esse tipo de comportamento da elite fogueuse é próprio de sua feição aristocrática.

Com a emigração, Arlindo se tornou bem sucedido, no entanto, como era comum, não se esquecera de sua ilha. A lembrança da ilha era, “uma espécie de nostalgia, a que ele dava o nome de saudade, invadia-o sempre que se punha a recordar-se da terra” (FERREIRA, 2010, p. 47). Um dos temas retratados na literatura Cabo Verdiana é a nostalgia, provocada pela diáspora e o exílio, levando os personagens à persistente saudade da pátria e ao desejo de regressar.

Para Arlindo, não era diferente, os momentos vividos na terra eram recordados com saudade, principalmente do tempo em que ele passava o dia vigiando os ladrões que roubavam *café de rato*, ou uva, quando podava as folhas, cortava as ervas daninhas, e enxotava os pássaros que beliscavam os cachos de café e das uvas.

Nas ilhas de Cabo Verde, sob o processo colonizador, as maiores propriedades eram responsáveis pela produção de café e cacau. A riqueza do dono dessas terras era vista pelas grandes colheitas que suas terras produziam. No entanto, essa produção estava voltada aos próprios colonizadores, ou ao abastecimento da metrópole, e não aos trabalhadores das plantações, que recebiam péssimos salários e condições precárias de sobrevivência.

Assim, a emigração para os Estados Unidos entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foi adotada como uma estratégia de sobrevivência. Uma saída para os cidadãos de baixa renda do arquipélago, principalmente, para os que ficavam desempregados. A respeito da emigração, Hoffman (2007) disserta: “Não seria exagerado dizer que a emigração, tanto na realidade quanto no imaginário, atravessa literalmente, toda a vida dos cabo-verdianos e é um tema recorrente nas artes” (HOFFAMAN, 2007, p. 219).

Lopes Filho (2011) afirma que com a emigração o emigrante adquiria um novo estilo de vida, que passava a fazer parte da sua vida. No caso do nosso personagem, a aquisição de objetos caros e dólares faz com que ele seja remodelado, passando da pobreza à ostentação. No conto, a ostentação é vista quando Arlindo volta à ilha e passa a mostrar às gentes da terra sua nova posição na sociedade. A nova figura entendia-se como *americano*, falava alto e dizia muitos “*ya!*”.

Percebemos que o personagem se utiliza de palavras inglesas com a intenção de causar uma boa impressão, e, sobretudo, gabar-se do seu novo modo de vida mostrando que estava modificado culturalmente, ou que pelo menos estava adaptado à cultura americana. Conforme Lopes Filho (2011), sobre os emigrantes que tiveram contato com o progresso, e voltavam a passeio em Cabo Verde, eles adotaram aspectos de ascensão e exibiam seu novo estilo de vida,

Os fatores que concorrem para que muitos cabo-verdianos sejam atraídos para a emigração, centram-se nos novos estilos de vida (são em parte de carácter psíquico ou afectivo) e têm a ver com o desejo de “prestígio” ou de “posição mais elevada” dos concidadãos. Assinale-se o facto de que, nas suas visitas em férias, o “torna-viagem” procura exhibir bons e actualizados apetrechos, pretendendo mostrar um potencial êxito à sociedade local, que, de certa forma, os toma como modelo a seguir. Assim, o emigrante que regressa com aspecto de sucesso (materializado no seu vestuário, alimentação, novos tipos de lazer e no conforto da sua habitação),

passa a ser considerado figurino do bem-vestir, da boa alimentação, do bem-estar, etc. (LOPES FILHO, 2011, p. 137).

Lopes Filho (2011) aponta que esses emigrantes são os responsáveis por impulsionar a economia das suas ilhas, mandando dinheiro, investindo na aquisição de terras; nas construções de habitações, e na melhoria das condições de vida dos seus familiares. Na citação abaixo, percebemos que Ondina Ferreira encaixa o personagem dentro dessa realidade, ao voltar à casa dos pais, “[...] Arlindo decidiu se meter em obras. Andava ocupado o dia todo à volta dos homens e do material necessário para as reparações e as melhorias que queria introduzir na velha e pequena casa” (FERREIRA, 2010, p. 65).

Para o personagem o novo estilo de vida, os presentes, os dólares e os perfumes, creditavam-lhe os mesmos direitos na sociedade dos ricos donos de café, passando a se considerar parte da mesma classe social:

Já não era Arlindo o guarda. Não, era outro homem. Folgado financeiramente, com um novo estar na vida! [...] Adquiriu modos e finura semelhantes aos dos antigos patrões. Sentia-se igual, ou até, em patamares de civilização acima dos que ficaram” (FERREIRA, 2010, p. 47-48).

O sentimento de estar em um nível igual ou acima da família, adivinha da consciência da situação financeira da família Barreiros Pereira. Arlindo sabia que as crises de seca trouxeram grandes prejuízos aos donos de terra nas ilhas. E, no seu íntimo, tinha o desejo de casar o seu filho Ernesto com uma das meninas do ex-patrão, que mesmo com a vida financeira alterada com a morte do pai, emigraram para Lisboa para estudar no Lar de estudantes.

Para Arlindo, o filho ganharia em se casar com uma das moças, pois eram educadas e tinham status na sociedade, essa troca de alianças o colocaria dentro de uma das famílias mais renomadas da ilha, e quanto à antiga família, ela teria a oportunidade de resolver seu problema econômico com a entrada de uma das moças nos Estados Unidos.

Com a morte do Sr Álvaro Barreiros, a mulher do falecido e a mãe dele passam a dirigir a família e os negócios. Segundo Grassi (2007), as mulheres em Cabo Verde são, “os membros responsáveis pelas decisões e pela sobrevivência da unidade familiar” (GRASSI, 2007, p. 52). Assim, ao ouvirem as pretensões de Arlindo, as duas mulheres não as recebem de bom grado:

– Era só o que faltava! Do que se lembrou o Arlindo! Onde estive eu com a cabeça para lhe aturar a conversa até ao fim? Meu Deus! Do que esta gente se atreve! Convencido que num passe de mágica, os dólares e a nova abastança lhe dariam acesso a tudo. Era só o que me faltava! Casar o filho com a minha Leonor! Nem vou contar isso às meninas! O falecido já deu uma volta na cova. De certeza! (FERREIRA, 2010, p. 61).

Na ilha do Fogo era comum às famílias senhoriais aumentar suas influências através dos casamentos entre seus filhos. Para D. Laura, aceitar o casamento da filha com o filho do ex-guarda seria no mínimo uma desigualdade. Mesmo depois de ter ficado pobre, a família de D. Laura tinha um nome a zelar, e não seria ela que daria seu nome ao filho de Arlindo. Esses processos relacionais na sociedade limitam o status de uma classe, que para Arlindo era uma forma de aceder ao espaço das famílias renomadas das ilhas. A classe dominante recusa-se a se misturar com a senzala. O preconceito continua em vigor.

3.3 “O Visto”: aquisição de visto para turismo

Dona Victória Maria Barbosa Avelino do Sacramento Teixeira, moradora de S. Filipe, município da ilha do Fogo em Cabo Verde, é a protagonista do conto “O Visto”. Recém-casada ela vai ao consulado americano tentar o visto para a América, o “mítico país tão falado e efabulado na sua ilha” (FERREIRA, 2010, p. 174), e celebrar o primeiro natal de casada com o marido que lá morava.

Na sala de entrevista do consulado, entre discussões acaloradas com o cônsul, que não acreditava que sua saída seria apenas por trinta dias, D. Victória põem-se a explicar como era sua vida antes das transformações na sociedade cabo-verdiana e, como funcionavam as saídas do país:

Nasci num sobrado. Espero que entenda isto. Habituei-me, do tempo do meu avô paterno a vê-lo, e posteriormente aos meus pais, a tratar de papéis para os guardas das propriedades de café e empregados das lojas que tínhamos, ou seus familiares. Desde atestado médico, passando pelo preenchimento dos formulários da vossa Embaixada, indo até tratar da situação militar, dado que eram os homens que na altura saíam à procura de vida melhor na terra do senhor cônsul. Por vezes, chegavam mesmo a abonar-lhes ou a pagar-lhes a passagem. Mas nunca nós. Eles sim. Então eu levantei-me com o entendimento que ir para lá era para quem estava necessitado. Como dizia antigamente, para a gatinha pobre (FERREIRA, 2010, p. 178).

Através do discurso da protagonista, compreendemos que boa parte das terras de S. Filipe encontrava-se nas mãos da aristocracia. Essa concentração fundiária era um grave

problema para a população pobre, que ao contrário dos ricos, não tinha acesso a terra e aos meios de produção, restando apenas o trabalho nas propriedades de café, ou emigrar para os Estados Unidos. Contudo, com a independência de Cabo Verde, em 1975, e a reforma agrária, grandes propriedades sofreram enfraquecimento econômico, essa realidade social nas ilhas não só afetou os donos das terras, como aos seus descendentes.

D. Victória, como filha de um desses grandes proprietários, ainda não havia pensado em emigrar para os Estados Unidos. Para ela, emigração concernia à realidade de gentes com problemas sociais nas ilhas, não para famílias abastadas como a dela.

Segundo Martins (2012), o quadro migratório para os Estados Unidos intensificou-se devido às alterações no cenário político social de Cabo Verde. Após a reforma agrária, as pessoas que viviam de contratos nas roças foram entregues ao seu próprio destino, e as classes dominantes, que antes controlavam a vida econômica do país, acabaram emigrando para os Estados Unidos.

Esse é o caso do marido de D. Victória, João Teixeira, que emigrou ainda jovem para a América. Martins (2012) afirma que “Há mais de um século que os jovens cabo-verdianos deixam de forma espontânea as ilhas para emigrarem com destino aos Estados Unidos, Portugal ou Holanda, num movimento que é considerado como uma inevitabilidade e, principalmente, como uma esperança e um sonho de realização futura” (MARTINS, 2012, p. 87). A nosso ver, Joaquim realizou seu sonho de prosperidade, pois após trabalhar alguns anos em uma fábrica, conseguiu dinheiro para resgatar as terras e o sobrado da família de D. Victória, que passou pela falência.

Com as propriedades nas mãos de Joaquim, D. Victória faz um acordo pré-nupcial para rever seus bens, dessa forma compromete-se em fazer uma visita no natal ao marido nos Estados Unidos. Mas para isso era necessário adquirir um visto de visitante na Embaixada dos Estados Unidos, na cidade da Praia.

As razões alegadas por D. Victória para receber o visto de visitante não foram suficientes para o cônsul, que não acreditava que ela não pretendia emigrar para os Estados Unidos. A autoridade americana estava legitimada a cumprir todo o processo de entrada em seu país, sendo assim cabia ao cônsul certificar-se dos reais motivos da viagem. Porém, D. Victória não reconhece esse poder. Pois, acreditava que deveria ser reconhecida pelo seu *status* na sociedade.

No caso de familiares que viajam ao encontro dos migrantes deslocados por questões de trabalho, notamos uma diferença na nossa personagem, ela não expressa o desejo de deixar seu país, seu objetivo é apenas visitar o marido por um prazo determinado e regressar:

– Olhe, quando casei com José Teixeira, por sinal bom homem, neto do feitor do meu avô materno, foi ele quem comprou o resto das nossas terras e o sobrado da cidade, aliás onde eu moro. Logo que ficou apazado o nosso casamento, como ia dizendo, combinei com ele que não queria nem carta de chamada, nem “green” carta, ou como vocês dizem... Não senhor, eu não queria nada disso. Eu iria visitá-lo sim, mas com Visto de Visitante. Entendeu, senhor Cônsul? Foi esta a minha decisão e o nosso acordo... (FERREIRA, 2010, p. 183-184).

De acordo com Gomes (2016), a maneira como a protagonista se expressa denota “menosprezo da condição de emigrado do marido, quanto pela superior representatividade dos EUA no cenário internacional, em relação a Portugal” (GOMES, 2016, p. 4).

Lopes Filho (2011) assinala que por muito tempo Cabo Verde viveu essencialmente da agricultura, porém com as crises de seca e a queda na economia, tornou-se o homem cabo-verdiano um potencial emigrante com destino aos Estados Unidos. Esse contato com o exterior acentuou-se de certa forma, fato que permite compreender a desconfiança nas palavras do Cônsul:

– Bem, continuando, a senhora Victória ainda não me disse os verdadeiros motivos que a levam... Tem estado até agora a... desculpe a franqueza, a divagar. O que quero saber é a garantia que me dá para eu acreditar no seu regresso. Está a ver: é a primeira vez que vai estar com ele. O seu marido vive e trabalha lá. Ele tem casa lá. Como garante que a sua intenção não é ir para ficar? E pede Visto de Turista? Não há-de estar a tentar enganar a Embaixada, pois não, senhora Victória? (FERREIRA, 2010, p. 176).

De acordo com Lopes Filho (2011) as correntes migratórias cabo-verdianas tiveram como destino os EUA. Nesse país a imigração foi de “longa duração”, pois os cabo-verdianos só regressavam às ilhas quando estavam bem economicamente. Martins (2016) afirma que um problema encontrado nesses processos emigratórios é a falta de controle da entrada de cidadãos oriundos de países de terceiro mundo. Devido à emigração aos Estados Unidos ter sido numerosa, compreendemos que ela deu origem a imigrantes ilegais no país. Dessa forma, o processo feito pelo Cônsul tem por intenção limitar a entrada dos emigrantes, como uma forma de conter a população.

D. Victória vai na contramão dos cabo-verdianos que partem em busca de uma situação de vida melhor. Ela não precisa e não quer isso, pois encontra-se bem instalada,

possui bens, não passa fome. Na verdade, ela é uma antítese da grande maioria dos habitantes de Cabo Verde, que premidos por necessidades de toda ordem, partia, mas continuavam presos à terra natal, pelo sentimento de nostalgia, de carência de um dia retornar às suas origens, às suas lembranças do passado vivido nas ilhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos o presente estudo, objetivamos fazer uma leitura de três contos da autora Ondina Ferreira, na obra *Contos com lavas* (2010), para mostrar os deslocamentos das personagens em cenas migratórias nas ilhas de Cabo Verde e evidenciar os dramas vividos por elas. Para tal, o percurso deste trabalho foi trilhado no conjunto das literaturas africanas de língua portuguesa para compreendermos produções literárias de autores considerados assimilados, por cederem a uma ideologia europeia que inferiorizava as culturas africanas, e na oposição a produções de autores conscientes de seus direitos à expressão cultural negra.

O estudo evidenciou, através das literaturas de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, que no início os escritores encontravam-se persuadidos em projetar a cultura do colonizador, como os costumes, idioma e espaço não africano. Porém, a partir dos anos 1940 e 1950, esse estado de assimilação passou por um processo de conscientização, no qual a valorização da tradição é apresentada em toda a literatura africana.

Em Cabo Verde, com o apoio da revista *Claridade* (1936), os escritores cabo-verdianos romperam com os moldes portugueses e partiram para uma construção identitária. Deste modo, observamos que as migrações cabo-verdianas (nacionais e internacionais) passam a surgir nas produções literárias como um elemento figurativo central, homogeneizador.

Destacamos que a cultura da emigração para as roças de café em São Tomé e Príncipe, Portugal, França e Estados Unidos, consiste na identificação do negro com os europeus, quando estes, em busca de terras mais atrativas, saíam e passavam a viver em um espaço geograficamente diferente. Assim, as saídas dos cabo-verdianos do seu local de origem, também foi uma busca de melhores condições de vida, embora sofressem a dura contradição do desejo de regressar.

O texto cabo-verdiano como literatura de migração é um retrato crítico que o escritor faz da dominação europeia. Do mesmo modo, consideramos os contos de Ondina Ferreira, uma construção de sujeitos da diáspora, que faz um resgate da cultura tradicional, bem como uma denúncia das migrações históricas.

Na leitura do primeiro conto, “A troca”, a diáspora para as roças de S. Tomé aparece como uma solução para as mulheres que sofrem o drama da fome, seca, miséria e abandono afetivo. O estudo em Berthet (2012), sobre as roças desses municípios, nos trouxe dados

importantes que corroboraram para entendermos esse tipo de emigração caracterizada pelo início das produções de cacau e café em Cabo Verde. Segundo Berthet, as roças além de sua imposição física inserem-se na

história vivida pelos ilhéus e migrantes, na história agrícola colonial e pós-independência [nas] referências organizacionais impostas no plano social e cultural, e nos domínios que envolviam todas as etapas marcantes das vidas dos trabalhadores: o nascimento, o trabalho, a vida cotidiana, as relações sexuais, a procriação, os projetos de vida, o futuro e a morte (BERTHET, 2012, 347-348).

O deslocamento para S. Tomé não trouxe mudanças significativas para vida da nossa protagonista, embora nesse local ela tenha conhecido seu esposo, se casado e tido filhos. Pois constatamos que a personagem continua sofrendo episódios traumáticos como a exploração econômica, que fez com que seu filho mais velho partisse para Lisboa em busca de uma vida melhor e acabasse morrendo. O drama da fome continuou, juntamente com as acusações do marido por causa da troca das identidades, que por fim a impediu de receber o seguro de vida do filho.

Em relação ao conto, “O pedido de casamento”, a emigração feita pelo personagem Arlindo, para os Estados Unidos nos anos de 1950, é considerada uma migração espontânea, no sentido de que, “[...] nasce da iniciativa particular do emigrante, à procura de melhores condições de vida, e é motivada pela seca, fome e desemprego” (CARVALHO, 2007, p. 125). Assim, entendemos que a decisão do personagem em emigrar deve-se à quebra da atividade agrícola de cacau e café, na qual ele trabalhava e ficara desempregado.

A emigração feita por Arlindo trouxe algumas consequências como a assimilação cultural. Ao adquirir características americanas, novos hábitos e comportamentos, o personagem perde sua identidade étnica, e passa a acreditar que com seu novo status poderia realizar o sonho de casar seu filho com a filha do seu ex-patrão. Esse sonho representa um sentimento de inferiorização do personagem em relação ao seu colonizador, que piorou com o preconceito da burguesia, a qual embora empobrecida, ainda achava-se detentora do poder e domínio.

Na leitura do terceiro e último conto, “O Visto”, a emigração aparece em meio à nova realidade social vivenciada pela classe burguesa após a queda econômica. D. Victória, a personagem principal, não tem mais espaço na comunidade, mas mantém uma história de amor com sua terra que a faz desdenhar da necessidade de emigração. Para ela, a aquisição do

visto para Os Estados Unidos não é uma solução para os seus problemas econômicos, mas uma humilhação a que os países ricos sujeitam os imigrantes.

Nesse conto, constatamos os mesmos valores externados por Ovídio Martins no poema *Anti-evasão* (1973), *Gritarei, Berrarei, Matarei – Não vou para pasárgada*, que, “exprime a crítica ao suposto evasãoismo da *Claridade*” (SPÁNKOVA, 2014, p.101). D. Victória embora consciente de sua situação financeira, não vive a tensão de partir da terra à qual pertence, decidindo por não emigrar.

Em “O visto”, a emigração não é apresentada por Ondina Ferreira como uma saída para aos problemas enfrentados na terra-mãe. A negação da personagem ao escapismo corresponde à proposta dos escritores que decidiram ficar em Cabo Verde e lutar pela independência da nação. Esse sentimento de identidade própria aparece no último conto, demonstrando que a autora segue a mesma linha de escrita da revista *Claridade*, com o lema *ir e vir*. Com os “pés fincados no chão”, Ondina participa de uma literatura, que após a independência, passou por revisões críticas que abriram um grande espaço para as relações entre a história, a política e a cultura bilíngue. Tendo em conta as variedades de (e) migrações expostas em nosso estudo, concluímos que as situações vividas pelas personagens visam a revelar um passado de privação, pobreza e exclusão social, que ainda hoje faz com que muitos cabo-verdianos saiam do País.

REFERÊNCIAS

ABDALA JR., Benjamin. Utopia e dualidade no contato de culturas: o nascimento da literatura cabo-verdiana. In: LEÃO, Ângela Vaz (Org.). **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. P. 209-236.

BHABHA, H.K. 1998. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG.

BARBOSA, Carlos, 2014, **Trânsitos no Atlântico: Experiências Migratórias no Arquipélago de Cabo Verde**. Coimbra, Universidade de Coimbra, tese de doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global.

BERTHET, Marina. Reflexões sobre as roças em São Tomé e Príncipe. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 331-351, abr. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/4042>>. Acesso em: 14 Fev. 2020.

BONNICI, Thomas. Teoria pós-colonialista. In: BONNICI, Thomas e ZOLIN, Lúcia Osana (orgs). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2009. p. 257-285.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia: (a idade da fábula): histórias de deuses e heróis** / Thomas Bulfinch; tradução de David Jardim Júnior — 26a ed. — Rio de Janeiro, 2002.

CANIATO, Benilde Justo. Cabo Verde: a fome e sua literatura. **Vereadas**, n.7, 2006, p. 131-144. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/34489>> Acesso em: 31 mar. 2019.

CARVALHO, A. Sobre Diáspora e Emigração Cabo-verdianas. **Via Atlântica**, n. 10, p. 11-31, 28 dez. 2006.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Breve; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1977. 6v.

FERREIRA, Ondina. **Contos com Lavas**. Praia: Edição do Autor, 2010.

FERREIRA, Ondina. Literatura: Ondina Ferreira retrata ilha do Fogo em “Contos com lavas”. **Expresso das Ilhas**, 2010. Disponível em: <<https://expressodasilhas.cv/cultura/2010/12/11/literatura-ondina-ferreira-retrata-ilha-do-fogo-em-contos-com-lavas/21794>> Acesso 03 mai. 2019.

FERREIRA, Ondina. Salvé! 5 de Maio. **Expresso das Ilhas**. 12 de maio de 2019. Disponível em: <<https://expressodasilhas.cv/opinioao/2019/05/12/dia-da-lingua-portuguesa-e-da-cultura-dos-paises-da-cplp/63719>> Acesso: 10 jan. 2020.

FERREIRA, Ondina. Anais do VI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa Literatura e Diáspora, 2016. Disponível em:

<[https://issuu.com/catarinaamarodacostacml/docs/v encontro de escritores 2016 issuu](https://issuu.com/catarinaamarodacostacml/docs/v_encontro_de_escritores_2016_issuu)>.
Acesso em: 16 Ago. 2020

FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa. **Cadernos CESPUC de Pesquisa**, Série Ensaios, n. 16: Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Belo Horizonte, set. 2007, p. 13-69.

GOMES, M. Possíveis leituras do conto O visto, de Ondina Ferreira. **Revista Crioula**, n. 17, 29 jun. 2016. Pdf

GOMES, Simone Caputo. Literatura e trajetória social das mulheres em Cabo Verde: a escritura de autoria feminina ou outro olhar sobre o arquipélago. **Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência**. LISBOA, 21-23 de Junho de 2012. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://coloiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/p04c03-simone-caputo-gomes.pdf>
Acesso: 17 maio. 2019.

GOMES, Simone Caputo. Literopintar Cabo Verde: a criação de autoria feminina. **Revista Crioula**, n. 3, maio de 2008. Disponível em:
<<http://www.journals.usp.br/crioula/article/view/53909>> Acesso em 17 maio. 2019.

GOMES, Simone C. Poesia moçambicana e negritude: caminhos para uma discussão. **Via Atlântica**, n. 16, p. 29-46. 24 dez. 2009. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50460>> Acesso em: 9 out. 2019.

GOMES, Simone Caputo. **Portal Galego da língua**. 2009. Disponível
<<https://pplingua.org/especiais/espaco-brasil/1606-simone-caputo-gomes-lo-que-pode-unir-brasil-cabo-verde-e-galiza-penso-e-o-conceito-de-qlusofoniaqr>> Acesso em: 09 jul. 2019.

GRASSI, Marzia. Cabo Verde pelo mundo: o gênero na diáspora cabo-verdiana. In: GRASSI, Marzia; ÉVORA, Iolanda (orgs.). **Gênero e migrações cabo-verdianas**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/34489>> Acesso em: 07 mai. 2019.

HALL, Stuart. *Da diáspora, Identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaide La Guardia Resende et al. UFMG: Rio de Janeiro, 2003.

HALL, Stuart. Entrevista com Stuart Hall: de Heloísa Buarque de Hollanda e Liv Sovik. Mairaquitã, **Revista de Letras e Humanidades**, Rio Branco, v. 2, n. 1, p. 196-207, jul./dez. 2013.

HOFFMAN, JoAnne. O papel da independência, da emigração e da World Music na ascensão ao estrelato das mulheres de Cabo Verde. In: GRASSI, Marzia; ÉVORA, Iolanda (orgs.). **Gênero e Migrações Cabo-verdianas**. Lisboa: ICM. Imprensa de Ciências Sociais, 2007. Estudos e investigações: 43, p. 217 - 233.

LARA, Carlos. **Tchuba na Desert – Antologia do Conto Inédito Caboverdiano**. 11/02/2007. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/contos/377896>> Acesso em: 04 mar. 2020.

LARANJEIRA, Pires (1995). **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta.

LOPES FILHO, J. Mestiçagem, emigração e mudança em Cabo Verde. *África*, n. 29-30, p. 129-140, 9 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/africa/article/view/96111>> Acesso em: 07 jul. 2019.

MARTINS, A. B. **Relações entre Portugal e Cabo Verde antes de depois da Independência**. Tese de Mestrado Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal. 2009. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/xmlui/bitstream/handle/10437/1090/Disserta%25C3%25A7%25C3%25A3o%20de%20Mestrado%20Amarilis%20Martins.pdf?sequence=1>> Acesso em: 08 mar. 2020.

MARQUES, Simone Donegá. **Partir ou ficar: um estudo do dilema cabo-verdiano em Chuva Braba, de Manuel Lopes** / Simone Donegá Marques. Assis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153101/marques_sd_me_assis.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em: 20 jul. 2010.

MARTINS, Isabel. Cristina. O. Palavras: escrita feminina, lusofonia, Áfricas. In: XIII CONAGES, 2018, Campina Grande. **Anais XIII CONAGES**. Campina Grande: Editora Realize, 2018. v. 2. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV112_MD1_SA7_ID472_10052018113322.pdf> Acesso em: 10 jul. 2019.

MENDES, Maria do Carmo Cardoso. Exílio e diáspora em Cabo Verde. *Diacrítica*, Braga, v. 29, n. 2, p. 167-184, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S080789672015000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 jan. 2020.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária: prosa 1** / Massaud Moisés. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

QUEIROZ, Alves Maria de. **Literatura e representação social das mulheres em Cabo Verde: vencendo barreiras** / Orientadora Simone Caputo Gomes. São Paulo, 2010. 140 f.: il. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, 2010.

QUEIROZ, Alves Maria de. **Os Valores Morais do Arquipélago Cabo-Verdiano no conto “O SUICÍDIO DE QUINA” de Camila Mont-Rond**. Disponível em: <http://sgcd.assis.unesp.br/Home/PosGraduacao/Letras/SEL/anais_2010/soniamaria.pdf> Acesso em: 09 jul. 2019.

ROCHA, Eufémia, 2013, Migração na África Ocidental e Cabo Verde: uma relação recente? *Ciências Sociais Unisinos*, 49 (1): 12-19. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2013.49.1.02> Acesso em: 10 jan. 2020.

ROMANO, Luis. Literatura Colonial Portuguesa. 13 de novembro de 2009. Disponível em: <<https://blogdaruaonze.blogs.sapo.pt/tag/cabo+verde>> Acesso em: 10 jan. 2020.

PEREIRA, Rui Mateus. 2005. **Conhecer para dominar. O desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da. Tese de doutoramento.

SILVEIRA, Onésimo. **Consciencialização na Literatura caboverdiana**. 2. ed. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015. Disponível em: <https://issuu.com/uccla/docs/consciencializacao_litera_caboverde> Acesso em: 10 jan. 2020.

SCHMIDT, Simone Pereira. Onde está o sujeito pós-colonial? (Algumas reflexões sobre o espaço e a condição pós-colonial na literatura angolana). **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, Vol. 2, n. 2, Abril de 2009.

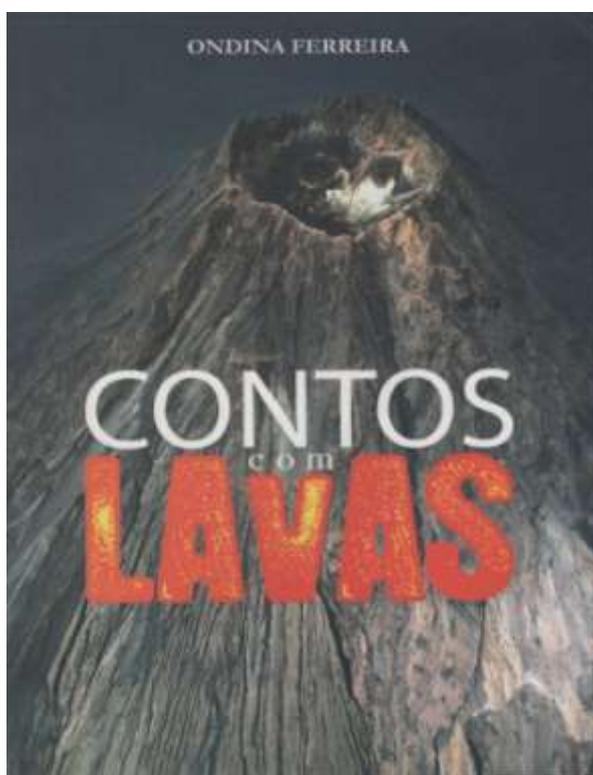
SPÁNKOVA, Silvie. **Literaturas africanas de língua portuguesa I**. Antologia de textos literários. Brno: Masarykova Universita. 2014.

SPENCER, Maria Helena. **Littérature Capverdienne**. Disponível em: <<http://www.lirecapvert.org/maria-helena-spencer1911-2006.html#>> Acesso em: 10 jun. 2019.

TRAJANO FILHO, Wilson. A sociabilidade da Diáspora: o retorno. **Série Antropologia**, n. 380, 2005.

VI EELP, **Literatura e Lusofonia Anais do VI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa 2016**. ed. Lisboa: União das Cidades de Língua Portuguesa (UCCLA), 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/19868>> Acesso em: 20 set. 2010.

ANEXOS: Capa e contracapa e contos selecionados da obra *Contos com lavas* Ondina Ferreira



A TROCA

Quando as duas embarcaram na Praia, a mulher e a jovem, não se conheciam. Mas isso não importava. O destino era o mesmo. Ambas contratadas. Uma para S. Tomé, outra para Angola. O destino delas assemelhava-se e as juntara no cais do embarque. Era a primeira viagem. O barco levava outros e outras de documentos muito iguais. Só o ponto de chegada os diferenciava. Uns ficariam em S. Tomé, outros continuariam rumo a Angola. Com eles o Comissário *ad hoc* que os entregaria nos destinos respectivos.

A bordo travaram conhecimento. Maria e Fina. Fizeram amizade. Falaram de muitas coisas. Falaram para acalmar a ansiedade. Para sacudir o enjoo. Para afugentar o medo do mar largo. Disseram das dores e das saudades dos que ficaram. Também contaram uma à outra como apanhavam a lenha, as urzes nas ladeiras íngremes e pedregosas para cozinharem. Das vezes que se livraram da iminência de quedas perigosas. De tantas rochas, de tantas escarpas galgadas sob sol, vento e poeira. Apenas

por um molho de lenha. De como catavam a água. O caminho percorrido em grupo, de lenço e de rodilha à cabeça, da casa à fonte. Daquilo que aconteceu à mais velha, num fim de tarde em que ali se descuidara sozinha. Das idas à missa aos Domingos. Dos olhares trocados. Dos risos contidos em ambientes fúnebres. Enfim, a conversa continuava, as confidências trocavam-se entre as duas como se naquele espaço se tivessem descoberto amigas de longa data que só por um acaso da vida, não se haviam ainda cruzado uma com a outra.

Falaram também de injustiças passadas. Do filho ainda criança deixada pela mais velha. Do abandono do companheiro. O petiz que ficou aos cuidados de uma avó sem recursos. De privações no feminino. Conversa antiga, repetida. Conversa encantada. A cumplicidade e a solidariedade a apontarem raízes. A amizade a espelhar lugar no meio delas.

E assim ocuparam os dias da viagem. Parecia que as conversas delas eram também para agarrar aquele tempo sobre o mar. Fixá-lo como absoluto e irrepitível. Moldá-lo de uma intensa ruralidade e ancestralidade que elas carregavam das ribeiras e das achadas das ilhas. Qualquer coisa que certamente ficaria com elas e nelas terminaria. Sem tramitação possível.

A bordo os dias decorriam sem sobressalto. Uma rotina não programada instalou-se. De manhã enrolavam

e batiam as esteiras que lhes serviam de cama no barco. Abriam-nas juntas e colocavam-nas perto. Era uma forma de se sentirem protegidas. Subiam ao convés para fugirem do cheiro enjoativo de combustível que impetava o ambiente do barco. Deitavam umas canecas de água no corpo que o ar e o vento se encarregavam de secar. Quando a ondulação se enraivecía, os salpicos da água era mais abundante. Sentiam-se assim melhor refrescadas do calor sufocante que o navio exalava. A pele ganhou o tom e o sabor de salitre. Comiam do rancho de bordo e repartiam alguma comida que tinham levado de casa, de Relvas e do Feijoaí. A mais velha recomendava à jovem que resguardasse do sol o buli com leite coalhado e humedecesse o cuscuz e o pirão para não endurecerem demasiado. É que os dentes já lhe faltavam. Riam-se as duas e a desdentada mostrava despidoradamente, as falhas nas gengivas lanhadas.

À noite com a luz que a lua coava por entre nuvens que corriam velozmente sobre o convés e o ritmo cadenciado do balanço do *Porto Amboim*, juntavam-se em grupo mais alargado; e controlavam a altura da voz, não fosse o Comissário zangar-se. Quando assim acontecia configurava-se reprimenda severa. A disciplina do contrato começava já no alto mar.

Recordavam, sim, porque já eram recordações, as suas ribeiras e leiras de terra que ora secas, ora estéreis,

as fizeram partir. Mas também interrogavam-se, buscando respostas que não tinham sobre que lhes estaria reservado nesta aventura com o selo do destino.

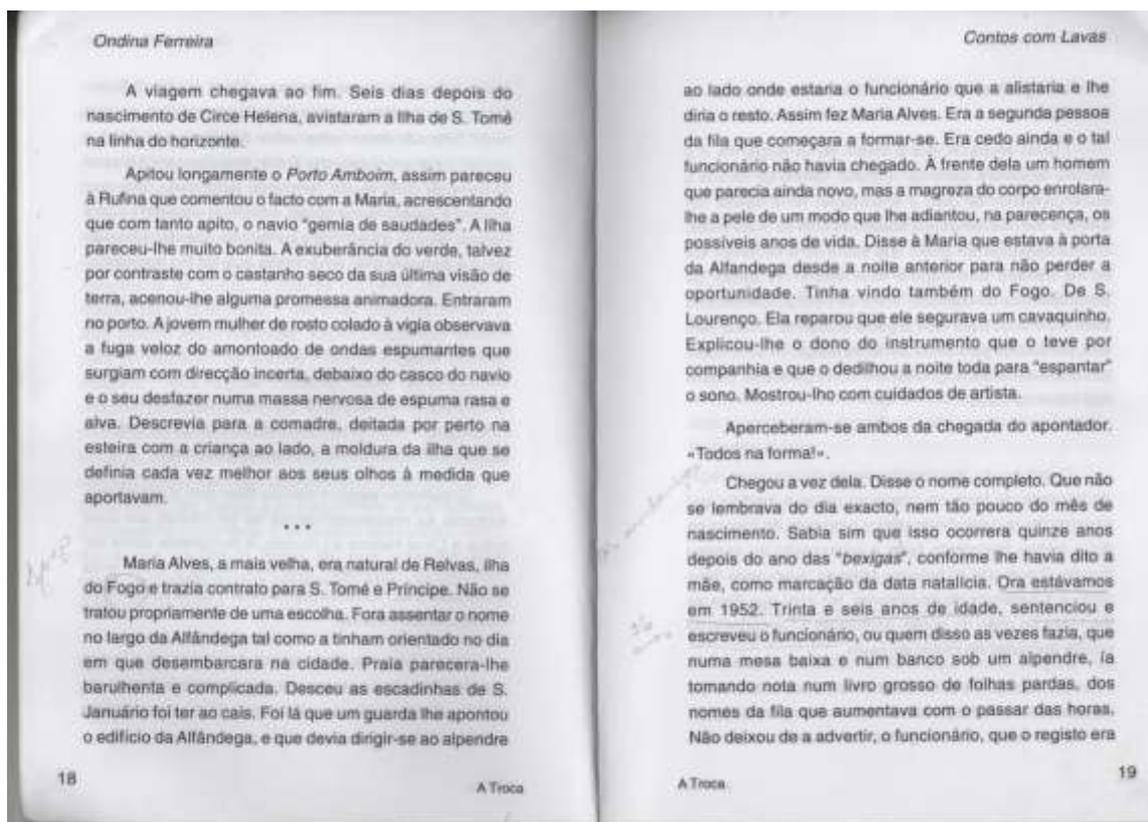
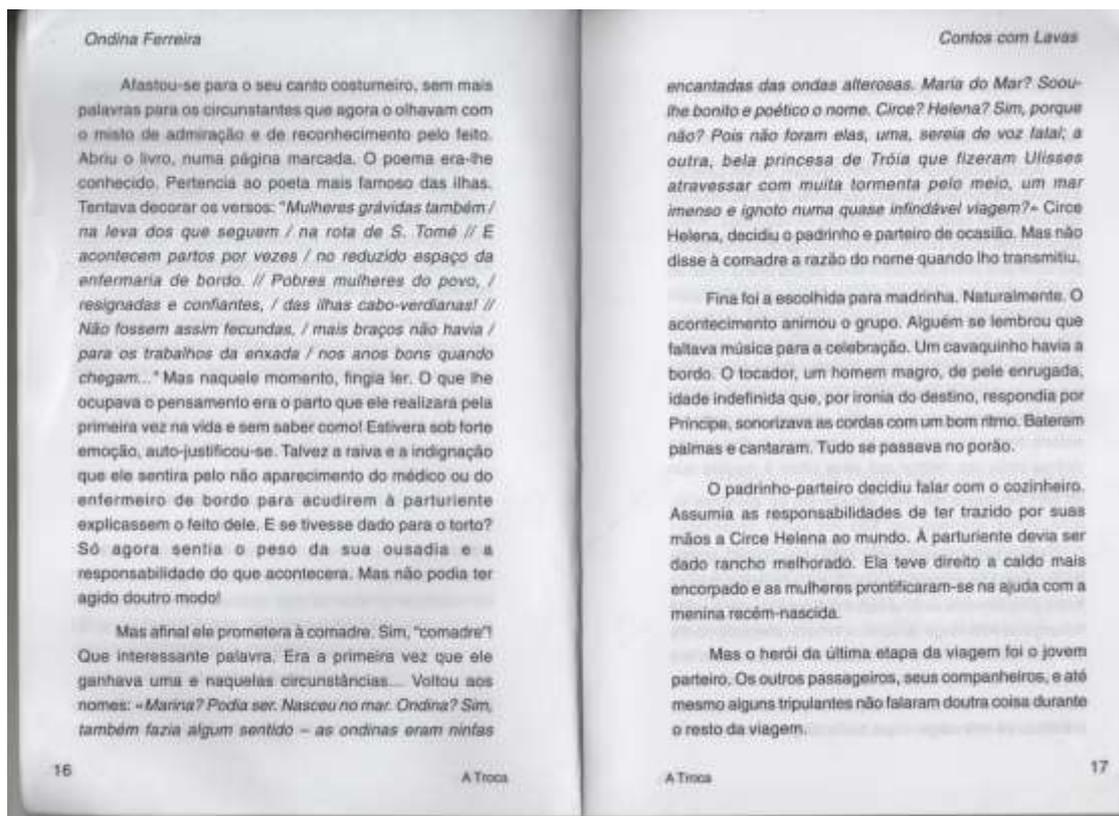
De entre os companheiros da viagem, encontrava-se um jovem que se destacava dos demais: coxeava ligeiramente, passava longas horas no convés com um livro aberto à ler e falava pouco. Aliás, quase todos. Mas ele mais notado, porque não se juntava ao grupo. Os companheiros de viagem respeitavam-lhe o jeito. Naquela silfo o melhor mesmo era o recolhimento de cada um com o céu e com o mar. Assim seriam melhor guardadas as esperanças que a saída da terra lhes oferecia.

E assim também decorreram os dias e as noites no enfadonho cortar da água pela quilha, do rouco e monótono barulho dos motores do navio aliado ao ranger dos paus de carga que oscilavam ao sabor da caprichosa ondulação. Esta placidez só foi cortada, numa manhã de céu nublado e de ondas aliterosas, com o parto inesperado de Maria que embarcara na Praia sem que tivesse sido notado o estado pelos vistos adiantado da gravidez, cujo desenlace não esperou por terra firme. Só Fina estava na posse do segredo, mas também crente, tal como a amiga, que tudo se passaria já em terra.

As mulheres fecharam um círculo à volta da parturiente. Primeiro por pudor, para impedir os olhares dos homens do grupo. Depois, as mais prestativas

seguraram a gemedora como que para ajudá-la a sofrer melhor as dores que agudizavam. Que fazer? Avisaram o Comissário. Este partiu à procura do enfermeiro de bordo, ou mesmo do médico. Voltou sozinho e não se justificou. Ninguém da tripulação apareceu. Passada a fase dos gritos, a parturiente gemia de forma continuada a dor que lhe vinha das entranhas. A bolsa amebentara. – Já essomou a cabeça! É agora! – gritou uma das mulheres do círculo fechado à volta da Maria.

O jovem coxo fechou o livro, aproximou-se e sentou-se ao lado da parturiente que de novo gritava afrita com as dores a aumentarem e a criança a abrir o caminho para o mundo. Não hesitou, meteu as duas mãos por baixo da pequena cabeça que apontava para a vida cá fora. Alguém lhe passou uma tesoura. Pediu álcool. Cortou o cordão de ligação uterina. Limpou a recém-nascida e com a tradicional palmadinha fé-la anunciar a sua entrada no mundo dos vivos. Foi um parteiro cuidadoso. Embrulhou-a num xale que uma das mulheres lhe pôs nas mãos. A recém-nascida chorava desesperadamente. Depositou-a com cuidado ao lado da mãe ansiosa e ainda dolorida. Esta endereçou-lhe um expressivo olhar de agradecimento e disse-lhe quase em surdina que escolhesse o nome para a menina e que podia considerá-la afilhada. Ele respondeu a sorrir, com a voz trémula, ainda mal refeito do susto, que ia pensar sobre isso e que depois lhe diria o nome.



provisório até a apresentação de um documento de identificação.

Rufina Andrade, era a jovem da já longa fila e a décima terceira a assentar o nome. Sentia os nervos a escangalharem-se com a ansiedade. Uma ligeira dor aflorara-lhe nas têmporas. Massajou com as duas mãos. Com a ajuda de um primo que sabia ler e escrever, ela havia tratado dos papéis nos Mosteiros antes do assentamento do contrato. Viera do Feijoa. Completara vinte e um anos e por isso já podia embarcar. Criada pela avó, perdera os pais ainda em tenra idade, levados numa das crises de fome. Angola seria o futuro garantido. Estava nas mãos de Deus!

...

O barulho do guincho dos ferros da âncora, o roçar da corrente de ferro no casco do navio à medida que acompanhava o seu desenrolar e o impacto da âncora na água ecoou finalmente forte e prolongado no imenso líquido. O aumento do baloiçar do navio, quebrando-lhe o ritmo e a cadência do andamento, fez com que Fina se sentasse no chão do porão, encostada à Comadre e de costas apoiadas no casco do navio.

— Gosto desta terra. É bonita e parece farta. Ah! Se eu soubesse!... Tinha pedido o meu contrato para S. Tomé. Tu és sortuda. Já chegaste ao destino e já vais

desembarcar. Quanto a mim, ainda há um longo e incerto mar a percorrer — disse a Rufina.

— Queres saber uma coisa, Fina? Eu não gosto disto. Por mim continuaria até Angola. O meu sentido sabido diz-me que é para lá que eu devia ir. Mas o que queres? Estava demasiado afrontada para escolher bem o que queria e acabei por dar o nome para S. Tomé. Pelos vistos estamos trocadas. E há mais, nem estou em condições de desembarcar. Parida de novo como estou, andar, mexer agora à procura de sítio para me abrigar com a criança, vai-me ser difícil. Ao menos aqui estou deitada, sossegada e com direito a um caldo que me está a aguentar e a fortalecer o leite para a tua afilhada. E mais um ou dois dias permitam-me recuperar parte das minhas forças — respondeu Maria.

— Tu não queres destrocá-lo? — era a Rufina em tom de provocação e numa grande risada — Ficava cá e tu seguias. Pensado melhor e se a gente trocasse os papéis? Ninguém notaria. Eu respondo por ti e tu respondes por mim. Sim, como adivinham que uma era a outra?

— Olha que é perigoso... E mudando o tom de voz: — O rapariga tu estás a falar a sério? ou estás no gozo? Achas que as autoridades aqui e em Angola não reparariam nessa troca? Olha, se assim queres, por mim já podes pegar nos papéis e desembarcar — sentenciou Maria.

— Assentos de S. Tomé! Contratados de S. Tomé! todos na fila para a chamada e para o desembarque! — era a voz do funcionário aduaneiro, que tinha a seu lado o delegado das roças, a chamar pelos recém-chegados. Que se despachassem pois outros trâmites esperavam o barco que devia largar ainda naquela noite rumo a Luanda.

Rufina respondeu à chamada sem que a voz lhe tremesse e com algum contentamento interior. Apenas ao colocar o pé em terra sentiu alguma emoção, olhou para o barco e sorriu cúmplice numa comovida despedida à amiga que agora sem ela, continuaria a viagem.

Saudade, o nome da roça onde Rufina ficou. Como não tinha família, marido, companheiro, filhos, ficou numa camarata com outras muitas mulheres, companheiras da viagem, e que tal como ela viajaram sós. O trabalho que lhe foi distribuído era o de capinar, das seis da manhã às cinco da tarde, a imensidão das terras de cacau e de banana que rodeavam a perder de vista o aldeamento dos contratados. Dissera a todos que o nome de casa era Rufina — assim continuava a ser chamada pelo verdadeiro nome — e o de registo Maria Alves.

...

Os anos rolaram. O tempo por vezes longo tomava-se pesado a escoar. A nova Maria Alves passou a viver com um rapaz da mesma roça e que trabalhava na oficina dos donos das terras. Ele viera da mesma ilha, do Fogo.

Conquistou-lhe o jeito dele. Alegre e bom contador de histórias que as desenfadavam nas noites de luar em que nas soleiras das portas se reuniam para relaxar o corpo e o espírito da cansada sem fim do trabalho; o trabalho de dar e de tirar da terra tudo o que lhes fosse ordenado pelo capataz que não admitia pedido de desculpas, nem doenças, nem morte de familiares. Morgado, assim se chamava, olhava-a de uma maneira que a desconcertava. As histórias eram contadas com os olhos pregados nela. Daí que quando a união se firmou entre os dois, nenhuma das companheiras estranhou o facto. Pelo contrário, unanimemente declararam entre si que o já sabiam porque Morgado nunca distarçara a paixão por Rufina.

Os filhos vieram um a seguir a outro. Dois rapazes. Por fim, um par de gêmeas, duas meninas. As doenças, as privações, os sustos, as brigas, os bons e os maus momentos da vida, tudo se passou sob o tecto do Morgado e da Rufina. A escola, o hospital e a farmácia da roça foram os locais que ela passou a conhecer bem. A farmacêutica simpatizara-se com ela. E enquanto lhe aviava as receitas metia conversa com ela. Que devia parar de parir mais filhos. Que se continuasse assim a saúde pioraria. Que estava a emagrecer muito. Que eram patricias, dizia-lhe, mas ela era de S. Vicente e a farmácia da Roça tinha sido o primeiro emprego após a formatura em Coimbra. Rufina, por vezes envergonhava-se ao ouvir os conselhos da jovem doutora, que afinal estava com razão.

As rugas anunciaram-se precocemente no rosto de Rufina e perdera também alguns dentes. Foi quando se lembrou mais longamente da companheira da viagem. Nunca mais tivera notícias da grande amiga e comadre de quem ela, volta e meia, ainda que de forma breve, recordava e em grato pensamento. O que lhe teria reservado a vida em algum canto da imensa Angola? De novo desejou que a estrela da sorte tivesse acompanhado a comadre.

...

Corriam os anos 70, quando Joaquim, o primeiro filho, moço quase feito, completara com distinção o ciclo preparatório, na cidade. Aplicado desde a escola primária da D. Alda, a madrinha que lhe tecia rasgados elogios: – Para além de estudioso, é educado e bem comportado nas aulas. Esta criança, com sorte vai longe – profetizava a professora.

Os anos passaram-se. Joaquim ajudava os pais nas lides da casa. Sem possibilidades de continuar os estudos, decidiu que era chegada a altura de ir à procura de vida melhor. Portugal foi a saída. Teve logo apoio e ajuda do pai e da mãe que viram nisso melhor futuro do que a continuação na Roça. Joaquim tinha tido um contacto com alguém, embora nada de muito garantido, que lhe arranjará trabalho numas obras em Lisboa. Feliz e

alvorçado já não parou em casa. Saía todas as manhãs a tratar dos papéis para o embarque. Rufina e Morgado puseram-lhe na mão um valor em dinheiro para as necessidades dos primeiros dias, até começar a trabalhar, ao mesmo tempo que lhe davam a bênção com muitas recomendações de juízo e votos de boa sorte. Enfim, tudo o que um pai e uma mãe desejam a um filho em vésperas de partir para terra longe e desconhecida em busca de futuro. Mas eles acreditavam no valor daquele filho que desde muito miúdo revelara qualidades de carácter e de capacidade de trabalho.

O pai, os irmãos e os amigos mais chegados acompanharam Joaquim ao cais. A mãe que não escondia as lágrimas, despediu-se dele em casa.

Não era surpresa para os pais quando – com orgulho e alegria nos olhos – iam saboreando através da voz de Morgado, o conteúdo das cartas de Joaquim. É que para além das saudades dos pais, dos irmãos e dos amigos da roça, foi assim que informou de que havia conseguido trabalho numas obras, na avenida Almirante Reis e que se tinha matriculado num curso nocturno de montador-electricista; que estava empenhado em conseguir o diploma e um trabalho melhor; que não se preocupassem com ele; que havia de juntar algum dinheiro para enviar à mãe. Morgado sorriu. Percebeu que o enviar à mãe, para além da forte ligação afectiva do filho à progenitora,

também o englobava a ele. Mas Joaquim não devia dizê-lo e estava correcto. Era assim entre homens.

Decorreram escassos anos desde a partida do filho mas que à Rufina pareceram muitos. A vida na Roça sofreu muitas transformações e alterações nos anos conturbados que se seguiram e que, na opinião de Morgado, ao invés de lhes melhorar a vida, pelo contrário, ficaram mais pobres e desamparados. À família o que lhe valia, «era aquele filho que de Lisboa, de nós não se esquecia», lamentava-se Morgado da nova era que ainda não tinha trazido nenhum dos benefícios que tanto apregoaram e prometeram os chamados libertadores da terra.

Joaquim foi bem sucedido. Fizera o curso com boa classificação e encontrou trabalho adequado. Mas ele sonhava mais alto. Com trabalho e persistência criou com outros colegas a sua própria firma. Progredia. Numa outra carta comunicou que havia feito um seguro em nome da mãe.

...

A notícia chegou, forte e dolorosa, numa tarde de chuva impiedosa à antiga roça *Saudade* agora nacionalizada e com outro nome. A consternação da família e dos amigos só se comparava à violência da descarga eléctrica que ceifou a vida de Joaquim. Tinha sido em pleno trabalho, na montagem de uma máquina. O telegrama da

empresa fora lacónico na notícia dada, e comunicava a senhora Maria Alves, mãe do jovem defunto que seria posteriormente contactada por eles e por uma Companhia de Seguros.

Decorria a década de 80 e o tempo, que diz a sabedoria popular, se não cura tudo, ao menos minora a dor, mostrou à Rufina que a vida continuava mesmo sem aquele filho tão bom!

Passados os meses de luto pesado e de dor continuada, Rufina foi à cidade responder à administração, pois que de Lisboa comunicaram que ela teria de enviar documentos de identidade e outros mais, devidamente especificados nos escritórios da Seguradora e da Empresa, para ter acesso à indemnização e à quota que lhe competiam como herdeira do filho. Enfim, era um valor a receber, diziam-lhe, relativamente avultado.

O único documento que Rufina dispunha era o registo na roça em nome da sua comadre Maria Alves que lhe permitira fazer o assento de nascimento dos filhos.

A certidão narrativa de nascimento exigida para o processo tinha de ser de origem. Logo, de Cabo Verde. A declaração de vida e mais outros documentos ser-lhe-iam passados localmente pelo consulado.

Perturbada com tudo, Rufina regressou à casa e disse ao marido:

— Olha Morgado, eu tenho que pedir o assento de nascimento da minha comadre Maria, pois não é o nome dela que carregou?

Morgado ouviu tudo e não teve resposta a dar à questão apresentada. Apenas percebeu que Rufina lhe estava a pedir uma alternativa de como resolver o problema, mas ele não a tinha.

Apesar de tudo teve sorte, o consulado de Cabo Verde, recém instalado em S. Tomé, conseguiu de forma quase célere, o assento de nascimento de Maria Alves: "nascida na localidade de Relvas, Ilha do Fogo, Cabo Verde em 1915..." e na margem do documento: "falecida em Ceta, Angola, a 21 de Janeiro de 1974."

Rufina mais uma vez maldisse a sua pouca sorte. Que fizera ela de tanto mal ao mundo para merecer estes reverses todos de uma vez? Não chorou a comadre. As lágrimas tinham-se-lhe secado dos olhos de tanto chorar o filho, mas recordou-a longamente e rezou-lhe pela alma que no dizer de Rufina: «Estava no céu com Nosso Senhor.»

...

A nacionalização da Saudade, praticamente os deixou, a ela e ao Morgado, à beira da miséria. Com o pretexto de que "o novo país não podia tolerar a condição

de contratados; resultado de um ignominioso processo dos anteriores donos da terra" — assim se dizia nos comícios e nas reuniões com os ditos explorados — os trabalhadores foram mandados à sua vida. Sem mais. Como sinal de liberdade e dos novos tempos. Por fim, desactivado o sistema roceiro.

Sem trabalho, e o espectro da miséria à solta naquela ilha, Rufina matutava em casa, entregue às tarefas domésticas, sobre o drama que ela em parte trouxera à família. Felizmente que fome ainda não passara. Morgado arranjara trabalho numa oficina de mecânica na cidade. Era com o salário do marido, embora parco, que ela provia a casa de banana, mandioca e peixe. Ao menos um caldo lá ia fazendo para a refeição da noite. Os outros filhos tinham deixado S. Tomé à procura de melhor vida. Morgado quase a culpou de tudo! — Viste no que deu a porcaria da troca dos papéis? — era assim o começo das discussões entre eles. A troca maldita que escangalhara a vida da família. — Ah! Fina! Podíamos estar bem da vida! Agora que já nem contrato, nem trabalho fixo temos... — Morgado repetia-lho de quando em quando, Rufina sofrida, mal lhe respondia. No fundo dava-lhe razão. Ainda houve uma vez, havia sido logo no início do drama dos papéis para Lisboa e das brigas deles sobre o assunto, que ela a medo lhe lembrara que se não tivesse sido a troca das identidades, ela não estaria ali com ele. Mas

ele não ligou a questão. Morgado estava demasiado afrontado com a ameaça de miséria que pairava sobre a família.

Das poucas pessoas que a consolavam, e porque estava em condições de o fazer, era a D. Alda que não raro, lhe dizia quando se cruzavam: — Mas tu és a mãe do Joaquim e estás viva, mulher! Trata de recuperar o teu nome verdadeiro. Conta à empresa do falecido a história da troca de papéis. Tens de lutar pelo que é teu! Fruto do trabalho e da morte trágica do teu filho! Sabemos todos como é difícil este caso! Mas Fina, não desistas! — assim falava a antiga professora da primária e madrinha do Joaquim, que tentava consolar e animar a comadre. Rufina meneava a cabeça desalentada com esta embrulhada e não lhe via solução. Quem em Lisboa para compreender e deslindar-lhe o problema? Como fazer? Será que o Destino quis assim?

Passaram-se mais alguns anos. Dos antigos companheiros e vizinhos da roça, após a debandada dos administradores regressados à sua metrópole, da nacionalização da roça e do fecho do trabalho, pouco ou nada sabia. Soube sim que o Príncipe, o tocador de cavaquinho, morrera de tuberculose. Que alguns regressaram a Cabo Verde. Que outros transmigraram-se de S. Tomé para a ilha do Príncipe na safa da sobrevivência. De facto Rufina perdera contacto com eles.

Lisboa continuava a insistir na Prova de vida da mãe do falecido Joaquim Alves de Pina, Maria Alves...

...

Nessa tarde de sexta-feira de meados de Março de 1995, à hora da saída do trabalho, Circe Helena não escondia o contentamento que se lhe estampara no rosto; distribuía sorrisos a quem a cumprimentava no trajecto para a casa. Luanda parecia-lhe mais radiosa com o cair do dia e os finos raios de sol filtrados das nuvens assemelhavam-se a tules coloridos em vários tons de alaranjados. Circe Helena acabara de saber do seu chefe que ia fazer parte da delegação ministerial que visitaria S. Tomé daí a uma semana. Para ela, era a possibilidade de conhecer a madrinha de quem tanto lhe havia falado a falecida mãe quando lhe contava as peripécias do seu nascimento. Uma oportunidade única que não deixaria escapar.

A afilhada de Rufina fizera o curso na Escola Comercial de Benguela. Ela era a secretária do Ministro que chefiava a delegação visitante. Dirigiu-se à loja mais próxima e logo ali comprou uma blusa bonita e adequada à idade da madrinha. Ainda pensou em acrescentar um perfume à prenda que queria levar para S. Tomé, mas a blusa seria já um bom sinal de afecto para começar, comentou com a moça do balcão a quem descreveu a destinatária do presente.

Chegada a S. Tomé, e logo após a instalação, obteve permissão para sair do hotel para visitar a madrinha. Todos da delegação estavam solidários com ela nesse encontro. Prontificaram-se. Cada um tomou a seu cargo parte das tarefas que lhe competia fazer para a deixar livre e assim ir à procura da Rufina. Primeiro dirigiu-se ao consulado de Cabo Verde. Lá disseram-lhe que o sítio onde morava a mulher era afastado da cidade e de acesso complicado. Mas indicaram-lho. Teria de ir de carro. Após muitas perguntas junto da vizinhança, conseguiu finalmente localizar a morada da madrinha.

Rufina abraçou-a pela enésima vez e as lágrimas, numa mistura de contentamento novo e de tristezas antigas desciam caudalosas pelos sulcos enegrecidos da cara e lhe escorriam pela boca sem dentes.

Refeita do choque inicial, afinal não era nada o quadro e a figura humana que esperava encontrar, Circe Helena tentou responder às perguntas que aquela mendiga, sua madrinha, articulava. A mãe havia morrido de doença ruim, respondera. Que aconteceu com o nome da comadre? Perguntou a Rufina. Circe Helena conhecia a troca de identidade das duas. Explicou à comadre da mãe de que esta tivera necessidade, a determinada altura da vida, de recuperar a sua verdadeira identidade pois o irmão dela, o outro filho que ficara em Cabo Verde, precisou disso. Rufina entendeu tudo. — Tão amigas tinham

sido! Descobriram-se almas gêmeas durante a viagem que até tiveram durante algum tempo confundidos os nomes! Ah! A vida, como fora complicada para ambas! continuava Rufina. Contou à afilhada com pormenores alongados o que lhe acontecera depois que desembarcou naquela terra. Enviuvara recentemente, Morgado tivera um acidente no trabalho. Morrera no despiste de uma viatura em que saíra da oficina a experimentar. Ainda por cima, da oficina perguntaram-lhe pelo dinheiro de Lisboa, para ela pagar o estrago do carro, pois o culpado tinha sido o marido. Do caso do Joaquim que ainda a atormentava, deu todos os dados crente que a afilhada, bem posicionada na vida, a pudesse ajudar. A esperança acendeu de novo uma tênue luz no coração da Rufina. Circe Helena despediu-se, prometendo fazer alguma coisa pelo caso. E pretextando que a missão que a trouxera a S. Tomé lhe reclamava a presença junto do Ministro, despediu-se com um até breve e entrou apressadamente no veículo que a esperava à porta do casinhoto da Rufina.

Regressou cabisbaixa ao hotel. Mal entrou dirigiu-se a correr para o quarto. Parecia envergonhada com o sucedido. Felizmente a delegação não havia ainda regressado. Assim teria tempo para pensar a resposta à dar aos colegas que estariam certamente curiosos por conhecer os pormenores do tão falado encontro com a madrinha!

Afinal saíra-se bem junto dos companheiros, concluíra Circe Helena com os seus pensamentos. Que sim que a havia encontrado. Estava bem. Enfermeira reformada. Enviuvara e vivia sozinha. Gostou de a ver e que a descrição que a mãe lhe fizera da madrinha acabou por corresponder, salvaguardados os anos. Voltaria, se pudesse, para dela se despedir.

Nessa noite, no seu quarto de hotel, apagada a luz, Circe Helena não conseguiu dormir. Estava demasiado perturbada e constrangida com tudo o que lhe sucedera no encontro com a madrinha. Um pormenor reteve-lhe a atenção: o facto de a Rufina, oficialmente, Maria Alves para a Seguradora do filho falecido, não ter conseguido ainda resolver o problema. E nisso pensou longamente.

Na véspera do regresso a Angola, Circe Helena fez o percurso inverso do que fizera para cumprimentar Rufina. Dirigiu-se à casa da madrinha com um único pretexto: pedir-lhe os papéis, se ainda os guardava do caso da indemnização do Joaquim, com a justificação de que era sua intenção tentar em Luanda, onde conhecia gente com influência, dialogar com a empresa. Que talvez se pudesse resolver a questão. Feito tudo com cuidado, deixou a madrinha de novo de lágrimas nos olhos, porque partia a primeira e a única coisa boa que lhe acontecera depois das desgraças vividas. Circe Helena pediu ao condutor do carro que a transportava que a levasse ao consulado onde estivera na primeira saída.

Na posse dos papéis da madrinha, exibiu-os perante o funcionário que a atendeu e a quem pediu que lhe pusesse em contacto com o Cônsul.

Pois com certeza, ora essa! Que lhe facilitaria cópia da documentação que os serviços consulares tinham do assunto, assim dissera e fizera o cônsul, que sentiu algum contentamento e consolo ao ver o interesse da jovem mulher pelo caso. — *Quem sabe? Se a pobre Rufina desta vez, com esta afilhada bonita, simpática e que lhe pareceu deveras preocupada com o assunto, a coitada não teria mais sorte...?* Foi o pensamento, mais do que isso, um voto sincero do cônsul.

De facto, regressada a Luanda Circe Helena procurou advogado. Ela era filha de Maria Alves e nascera antes da troca dos nomes. Perfilava-se pois como herdeira natural do pecúlio deixado por Joaquim. Porque não? Afinal a desgraçada da madrinha, de quem sentira vergonha de ser afilhada, não iria saber. Uma alegria e uma energia incomuns tomaram conta dela. Sim, o dinheiro iria ser dela! Procurou saber os passos todos que deviam ser dados para habilitá-la como herdeira.

Procurou e tomou conhecimento das diligências fundamentais a encetar. Uma delas e a primeira era escrever à antiga companhia de navegação, solicitando-lhe o registo do nascimento dela a bordo. Em seguida regularizar o processo de registo do nascimento dela em

Angola, uma vez que ela fora registada como filha de Rufina Andrade.

Cumprindo etapas, assim procedeu e forneceu os dados à antiga Companhia do Porto Amboim.

Com o documento comprovando a filiação materna eram fortes as probabilidades de ser reconhecida como herdeira do dinheiro e bens destinados a Maria Alves.

A resposta da Companhia Nacional de Navegação até não levou muito tempo a chegar: *"informamos de que compulsados os diários de bordo do ano de 1952 do navio Porto Amboim não foi encontrada ocorrência alguma de nascimento a bordo do mesmo e nem dele se encontrou registo nos demais documentos do navio, em arquivo nesta Companhia, à data indicada e no percurso Praia/ S. Tomé e Príncipe/Luanda..."*

De Lisboa para S. Tomé chegara a última tentativa em carta e, uma vez mais, Rufina arrastou-se como pôde e como lhe permitiram as pernas cada vez mais trôpegas ao consulado para a receber para a qual tinha sido chamada. Desta vez nem lhe leram, pois ela também nem precisou. Sabia do que se tratava: *"A fim de se habilitar ao montante do seguro de vida. Solicita-se com urgência a prova de vida da senhora Maria Alves..."*

O Cônsul condolido com a miséria e o fim que se anunciava próximo no arrastar dos pés de Rufina,

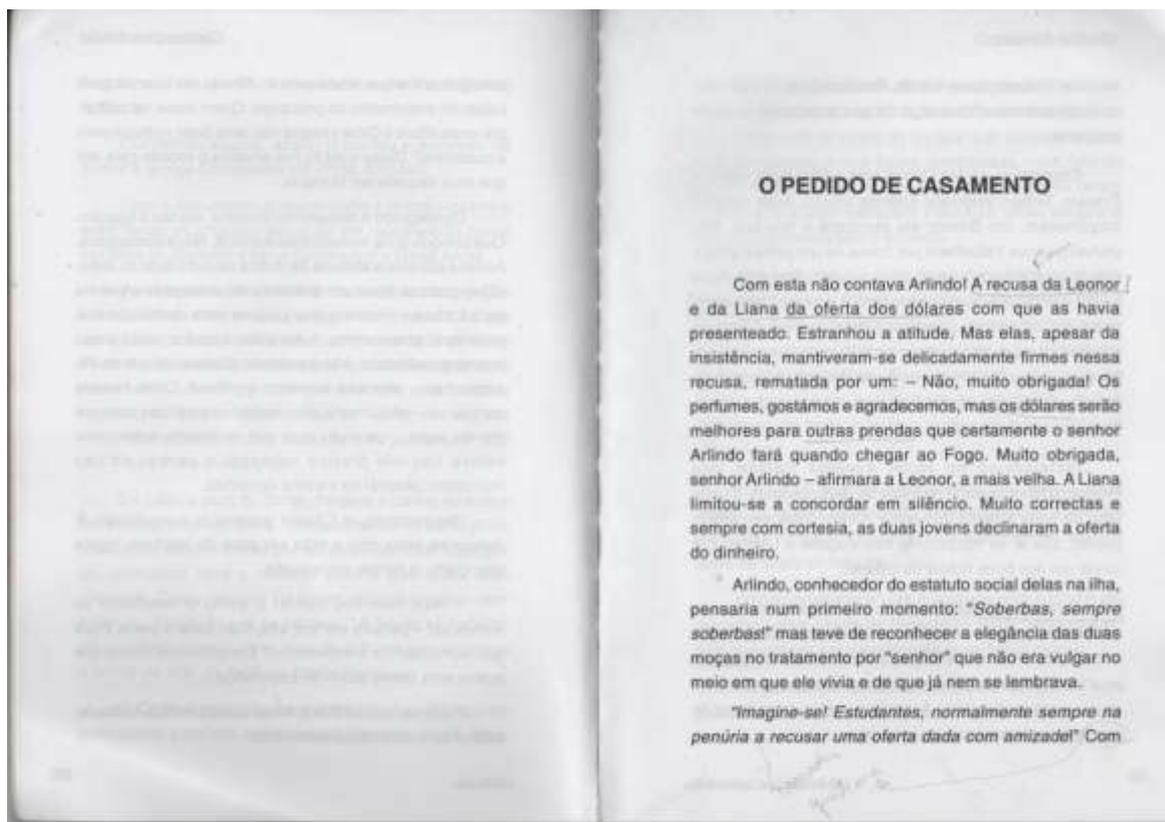
assegurou-lhe que telefonaria à afilhada em Luanda para saber do andamento do processo. Quem sabe, se calhar, por essa altura a Circe Helena não teria boas notícias para a madrinha? Disse-o de forma emotiva e tocado pela dor que saía daquele ser humano.

Conseguido o número de telefone, ele fez a ligação. Que sim que tinha tentado mas debalde. Nada conseguira. Assim explicava a afilhada da Rufina do outro lado da linha. «Que gastara nisto um dinheirão em advogado e papéis para Lisboa.» Fizera o que pudera para desbloquear o problema, acrescentou. – Acredito, acredito, aliás o seu interesse pelo caso, não me deixou dúvidas de que se iria empenhar – afirmava convicto o cônsul. Circe Helena continuou: – infelizmente, não tenho boas notícias para vos dar do caso – concluiu com voz realmente triste, pois estava naquele preciso momento a pensar no seu insucesso pessoal na mesma demanda.

Desalentado, o Cônsul pousou o auscultador. E deixou-se estar com a mão em cima do telefone, agora silenciado, a pensar no assunto.

– Não, não vou contar à velha o resultado da conversa! – pensou em voz alta. Não valia a pena. Para quê aumentar-lhe o sofrimento? Era preferível deixar-lhe aceso este último pavio de esperança...

Para ele, o caso Maria Alves versus Rufina Andrade, estava definitivamente encerrado.



amizade? Interrogou-se Arlindo. Sim, fora dada no momento com alguma memória antiga de que a amizade também era parte.

Encontrava-se em Lisboa com o filho mais velho, o Ernesto. Tinham vindo dos Estados Unidos, onde viviam e trabalhavam. Em Bóston ele conduzia o seu táxi. Nos primeiros anos trabalhara por conta de um patrão grego, mas depois, montou o seu próprio negócio. Assim ganhava a vida. Emigrara nos anos cinquenta. Leonor e Liana ainda andavam na escola primária. Filhas dos seus antigos patrões, estudavam agora em Lisboa. Tornaram-se bonitas, elegantes e muito amáveis. Arlindo recordava-se das duas, crianças ainda, e de como Liana era por vezes birrenta e até insuportável.

Instalara-se no *Hotel Avenida Palace*, nos Restauradores, mesmo no início da Baixa lisboeta. Ouvira falar do hotel através do senhor Álvaro José, seu antigo patrão, que aí se hospedava nas viagens a Lisboa. Era ainda um dos bons hotéis da cidade.

O recém-chegado, munido do endereço do Lar de estudantes onde se encontravam as duas irmãs, pois que o havia pedido antes de viajar, telefonou-lhes e convidou-as a visitá-lo no hotel com o pretexto de que gostaria de as ver após muitos anos ausente e com o acrescento de que lhes havia trazido uma lembrança.

O que ele não disse, e nem podia fazê-lo, era que nesse convite estava incluída também a pretensão de as deslumbrar com os sinais de riqueza e de sucesso que os dólares trazidos, e sua figura remodelada – um fato de bom corte e grandes anéis de ouro cobrindo-lhe os dedos – facilmente os demonstravam. Para além disso, ele queria que elas conhecessem o Ernesto.

Mal entraram na *suite dos americanos*, as visitas depararam-se com Arlindo ao telefone em ligação com a recepção. Tapou o bocal, saudou-as, ao mesmo tempo que lhes perguntava o que queriam beber e se desejavam comer alguma coisa. Agradeceram, que não se incomodasse pois que tinham já lanchado, mas a insistência foi tanta que elas acabaram por aceitar um refrigerante.

Era Verão e o calor em Lisboa não estava nada meigo. O quarto climatizado apresentava-se como um verdadeiro refrigerário à canícula abrasadora da rua naquela tarde de finais do mês de Julho.

Arlindo procurou pô-las à vontade com o filho e até gracejou sobre o facto de Ernesto se sentir "atrapalhado" pois que estava em presença de duas belas moças.

Perguntou-lhes pelos estudos, pela família no Fogo, pela avó Natália. Se esta última ainda era viva. Que sim, respondera a Liana, acrescentando: – Lúcida, mandona e

cada vez mais rabugenta com a idade! Que lá estiveram nas últimas férias grandes e assim a tinham deixado.

O pai delas havia falecido. Alguns anos haviam-se já passado sobre o acontecimento de que Arlindo tivera notícia pormenorizada na América. O antigo patrão sofrera um acidente. Uma queda violenta de cavalo de que resultara uma fractura no colo do fémur. Permaneceu, quase imobilizado, entre uma espreguiçadeira de lona e a cama. Foi o espaço a que teve de se sujeitar durante largos meses e o que lhe estaria reservado até ao fim da vida.

Habitado a ser senhor e dono de si e dos outros, não aguentou a depressão disso resultante. Uma manhã não quis sair do quarto. Recusou o pequeno-almoço que dona Laura, a mulher, lhe levava. Pediu que ninguém lá entrasse. Por volta do meio-dia um estampido muito forte reboou por toda a casa e fez correr para o quarto do senhor Álvaro a família e os criados. Encontraram o revólver ao lado da cabeça mergulhada em sangue.

O suicídio fora a solução. Laura desmaiou e durante algum tempo esteve em estado de choque. Apenas a velha Natália se mantivera útil para as circunstâncias. Recebeu as autoridades para o auto do suicídio. Durante dias e dias abraçou familiares, ouviu palavras de consolo, estendeu as mãos às pessoas que lhe foram apresentar os pésames. Manteve a nora resguardada e sem visitas.

Cuidou das netas. Mandou rezar as missas dos primeiros trinta dias. Após cumprir o cerimonial da morte do filho, ordenou que o ritmo das tarefas diárias voltasse à normalidade. Governou a casa e os outros haveres. Deu ordens, fez alterações. Esperou pacientemente que a nora saísse do torpor em que se mergulhara. Então chorou a morte do filho. Só ela entendera e perdoara a atitude do filho. Nisso fora exemplar.

Mas a vida da família Barreiros Pereira, com a morte de Álvaro José, havia sofrido um profundo revés. Arlindo recordou a sua adolescência e parte da juventude passada ao serviço dela. Ele era guarda de uma das maiores terras de café da família, no sítio chamado Cova dos Passos. Lugar soturno, que fazia jus ao nome. Um terreno tortuoso, em forma de escavada depressão de quebradas inóspitas, mas muito fértil. Repleto de cafezeiros e de videiras que nos anos de boa chuva não se fazia rogado em produzir e quando tal acontecia, a colheita era considerada riqueza para algumas casas dos Mosteiros.

A solidão do lugar acompanhou as memórias de Arlindo durante muito tempo. Lembrava-se que havia dias em que o corpo se lhe arrepiava todo, pois lhe parecia que presença de fantasmas ou de almas penadas circulavam pelo lugar e isso acontecia sobretudo em alturas em que perpassava por perto do grande penedo onde habitualmente se sentava, uma aragem rápida e fria.

Ele passava o dia vigiando os ladrões sazonais e os larápios fortuitos que em alturas de colheitas e em pufos ágeis e rápidos saltavam as cercas que delimitavam e separavam as terras de cada dono, para roubarem café de rato, ou uva. Geralmente rapazes, mas algumas vezes apanhara também raparigas. Estas, habitualmente usavam de uma artimanha: com o ar mais natural, fingiam que pousavam o feixe de lenha ou o balão sobre o muro da cerca. Sentavam-se nele e daí passavam para dentro da propriedade, numa pose e jeito tão bem estudados que não revelava a intenção de furto. Ah! Mas ao Arlindo eles raramente, ou quase nunca, enganavam! Apoplético, berrava, levantava o mariduco e corria atrás delas e deles.

Bem cedo, após o clarear do dia e antes da chegada do proprietário, ou do moço da casa enviado para ver como as coisas estavam, lá estava ele cortando as ervas daninhas, podando os ramos telmosos e as folhas em excrescências que pareciam brotar da noite para o dia que nem de propósito. Ainda por cima nos recantos mais alcantilados e pedregosos da propriedade. Arlindo criara calos nas mãos de tanto agarrar o grande alicate e conservava nos ouvidos – passados anos – o clipe das tenazes e o banhuço do tombo dos ramos. Uma outra tarefa dele era espantar e enxotar os pássaros que atrevidamente pousavam sobre os cachos de café e das uvas, debicando os frutos e alçando o bico para o céu. Arlindo sorriu aos seus pensamentos, ao recordar que felizmente os corvos

não apreciavam nem o café nem a uva. Eles atormentavam os companheiros que guardavam terras de sequeiro, do milho e do feijão. Autêntico pesadelo por alturas das sementeiras, os corvos. Não, os videntes não o incomodavam. Eram outros os pássaros apreciadores do seu produto. A passarinha, o bico de lacre e a toutinegra eram os mais assíduos no debicar do bago dos frutos. Arlindo distinguia-os à distância, ainda em voo. Accorava-se e escondia-se atrás dos arbustos, numa espera silenciosa da aproximação dos daninhos. Aguardava o encurtar de distância, aprimorava a pontaria e assestava-lhes a pedrada certa que ora os entontecia e os desorientava na fuga e no acertar do equilíbrio para o voo salvador, ora os deixava feridos e mortos para o húmus da terra.

Eram recordações que não raras vezes o visitavam, quando se encontrava no seu táxi, aguardando cliente no parque de estacionamento, perto da paragem das camionetas que faziam as ligações suburbanas com a cidade. Era também uma forma que encontrara para «regressar» em pensamento à sua terra e assim mitigar a saudade. Enfim, Arlindo guardava, muito secretamente, este lote de lembranças do seu passado, com algum carinho.

Ah! A vida dele havia dado uma grande volta! Se é certo que nem sempre a roda da fortuna girou no sentido em que ele desejou, mas mesmo assim nos Estados

Unidos, no grande mundo, ele conseguira e se apercebera de muita coisa. Compreendera a sua relatividade e casualidade. Entendera como as relações sociais diferiam de um sítio para o outro. Verificara que a classe poderosa possuía, ressalvada a ordem de grandeza e com as devidas proporções, tanto na grande América, como na pequena ilha, os mesmos tiques, com as variações e as diferenciações que a origem da riqueza, o meio circundante e a conjuntura histórica emolduram. Mas havia ainda assim, para onde ele se mudara, uma grande margem de manobra, de espaço que ele pôde descobrir e saborear e que antes a pequenez e a falta de recursos da ilha lhe negaram.

Lamentava não ter ido à escola no país grande. Ficara-se pelo segundo grau da instrução primária, feito nos Mosteiros nos inícios dos anos cinquenta. Já era homem feito e a pensar em emigrar. Lembrava-se bem da sua professora, uma bondade em pessoa, e dos seus ensinamentos que nunca mais esquecerá. Na América apenas teve cabeça e tempo para uma aprendizagem rudimentar e nocturna do inglês. O suficiente para atender os clientes e levá-los aos destinos pedidos. Mas o seu maior lamento era sem dúvida o facto de o Ernesto, o filho em quem se quis sublimar em escolaridade e em sucesso certamente assegurados também por um diploma, não ter querido tirar mais proveito da nova situação. Mal se apanhou com o liceu feito, disse adeus aos estudos e

começou a trabalhar. Felizmente juízo mostrava ter, no essencial, o que já era motivo de alguma tranquilidade.

Mas as lembranças levavam-no, quase sempre, de volta a esse passado bem cristalizado no Fogo.

... Lembrava-se o antigo guarda que o senhor Álvaro José se referia à mulher e às filhas tratando-as pelas «minhas três "L"». Possivelmente era um dos poucos ditos ternos que se lhe conheciam. Rápido e intransigente no trato com o pessoal, guardas das propriedades e caixeiros das lojas, aos quais não admitia enganos nas contas e muito menos desvíos nos mandados. Alterava a voz, irava-se desmedidamente por cada ordem não integralmente cumprida. Temiam-no os da casa e os que à sua volta gravitavam. Ninguém se atrevia a contrariá-lo.

De qualquer forma, a morte do dono alterara o trabalho das terras, a produção e os bens da família. Nada já seria como dantes. Ainda que a pertinácia da velha Natália fosse de louvar.

Apesar de tudo, uma espécie de nostalgia, a que ele dava o nome de saudade, invadia-o sempre que se punha a recordar-se da terra.

Afinal, as meninas Leonor e Liana tinham ido visitá-lo ao hotel de muitas estrelas. Viram como ele havia progredido. Já não era Arlindo o guarda. Não, era outro homem. Foisado financeiramente, com um novo estar na

vida! Falava alto e dizia muitos "yal" Sim, ganhara sem dúvida um outro à-vontade. Viu muita coisa na grande terra. Adquiriu modos e finura semelhantes aos dos antigos patrões. Sentia-se igual, ou até, em patamares de civilização acima dos que ficaram. Não seria essa uma das vantagens dos dólares duramente amealhados?

Por outro lado, as jovens conheceram o Ernesto, moço americano, garboso no vestir e civilizado nas atitudes. Iria agradecer. A horizontalidade de geração faria o resto – acreditava ele.

Arlindo acalentava uma ideia. No fundo, bem lá no fundo, era um desejo, uma espécie de sublimação que lhe era grata mas que ele nem sabia muito bem explicar. Esta ideia, este projecto tinha-se-lhe desenhado na mente logo a seguir à morte do pai das moças. Foi ganhando contornos mais nítidos e acrescentado de uma lógica por ele construída e entendida, à medida que o tempo passava.

Ele propunha, quase que oferecia o filho, o Ernesto, para casar com uma delas. Possivelmente a mais velha. Assim, para além da entrada na América que tal união traria a uma delas, e isso, só por si, era uma vantagem no entendimento da gente da terra, outras vantagens haveria, trazidas e conferidas por tal aliança, a ambas as famílias. Assim premeditara. Quando chegasse ao Fogo iria tratar disso com a viúva e com a D. Natália.

Fora assim que pedira ao filho, que o acompanhasse nesta volta à terra, com paragem por Lisboa. Eram estes os pensamentos que agora o ocupavam nesta curta pausa em Lisboa.

A Ernesto tudo isto lhe parecerá um prémio, e um prémio de todo inesperado. Por um lado, e de uma assentada conhecer Lisboa, a cidade que o pai e os familiares e quase todos os patrícios diziam que um dia haviam de lá voltar, pois lhes ficara a vontade de melhor a desfrutar, dado que por ela passaram antes, para a obtenção do visto, a caminho dos Estados Unidos. Uma passagem de facto feita de forma rápida, praticamente sem sair do bairro da Estrela, onde os candidatos fogueiros ao tão desejado visto se natalavam na pensão da D. Aida enquanto tratavam da papelada junto da embaixada. O conhecimento da cidade limitava-se apenas ao percurso da pensão à avenida Duque de Loulé. De caminho, iam deitando olhares curiosos aos belos edifícios, ruas e jardins durante o trajecto de eléctrico, ou de autocarro. Nos fins de tarde sentavam-se nos bancos do bonito Jardim da Estrela aguardando a passagem dos dias para a obtenção da autorização para entrar no país sonhado.

Só nas viagens de regresso à ilha, com passagem por Lisboa, agora desinibidos, com outra perspectiva da grande cidade, com dólares nos bolsos e com outro à-

vontade na vida é que gozavam a bela Lisboa. Disso apercebera-se Ernesto, agora, nesta volta do pai.

Por outro lado, chegar à ilha dos pais – embora também nela nascido, Ernesto considerava sua terra, a América – provocara no jovem uma alegria, uma excitação, exuberantemente demonstradas desde o primeiro momento em que o convite do pai fora feito. Neste estado bem eufórico se encontrava o jovem, quando aterrou na Portela.

Lisboa não o decepcionara. Era diferente e bonita. Aqui ele sentia-se um senhor. A prodigalidade do progenitor para que ele se sentisse bem, parecerá-lhe uma autêntica dádiva dos céus!

Após a tarde em que Leonor e Liana os visitaram, o pai ainda sugeriu que ele telefonasse para o Lar de estudantes onde se hospedavam as meninas, para as convidar para saírem uma noite antes do embarque para Cabo Verde. Ernesto hesitou e acabou por o não fazer. Esteve muito ocupado a saborear as noites lisboetas.

No avião, a caminho do Sal, o velho censurou-o pelo não cumprimento da sugestão feita, pois com isso poderia desde logo ter aberto um espaço facilitador para uma maior aproximação entre eles. Não seria assim entre jovens? Indagara Arlindo. Um encolher de ombros indicativo de alguma indiferença se isso teria o efeito esperado, foi a

resposta de Ernesto ao mesmo tempo que voltava a cabeça para a janela do seu assento, interessado em dar tê do momento em que o avião pousava na pista da ilha do Sal.

...

Arlindo não tencionava e nem queria fazer outra paragem. Estava ansioso em chegar ao Fogo o mais depressa que o transporte o permitisse. Assim, dirigiu-se logo a seguir ao desembarque, ao balcão de informações do Aeroporto para saber das horas da partida do avião e obter também alguma garantia de embarque do grande número de volumes que trazia da América para os familiares.

...

No dia seguinte à chegada aos Mosteiros, os dois americanos davam mostras de algum cansaço. Muitos acontecimentos sobrepostos. As viagens, a recepção calorosa e exuberantemente demonstrada em fortes abraços pelos familiares e amigos que de todo o lado surgiam para os cumprimentar. Enfim, não lhes fora dado um momento de repouso da longa viagem. Sequer um intervalo de tempo para abrirem as malas e as caixas de lembranças trazidas.

A antiga casa dos pais de Arlindo, a pequena sala e o quintal foram exíguos e quase não couberam as muitas visitas que, sem pressa de sair, para lá se dirigiram para

saudar os recém-chegados e aspirar o tamanho das malas trazidas e assim ganhar novidades que manteriam em conversas das redondezas.

Ao cair da noite, pai e filho estavam completamente exaustos, embora Arlindo se sentisse agradado de tantas mostras de amizade e de admiração causada pela prosperidade deixada perceber ao arrumar os muitos volumes da bagagem à vista de todos, com grande estardalhaço e gracejos elogiosos que os familiares e os amigos sobre isso expressavam nas boas vindas.

Ernesto lembrou-se que o pai lhe havia falado vagamente de uma visita que haviam de fazer à D. Natália e à D. Laura. Ele sabia da forte ligação do pai com essa família. Pareceu-lhe, no entanto, que a visita às velhas senhoras tinha mais qualquer coisa acoplada que se lhe escapava ao entendimento.

Para ele, e por agora, seria mais uma das obrigações a cumprir, das que o pai lhe fizera antes da viagem. O tempo era de férias, portanto não havia pressas. Daí ter-se deixado adormecer mais do que a tolerância paterna permitiria em outras circunstâncias.

A prima Lucinda, que de véspera se mudara para a casa dos recém-chegados para cuidar da cozinha e da casa, acordara-os com o cheiro do café já no bule e do cuscuz ainda fumegante que ela havia preparado para o

pequeno-almoço. Chamou-os em altos gritos, sem qualquer cuidado para o descanso de que estariam precisados. Com uma voz gaiata e cheia de riso, dizia-lhes para que se levantassem, pois de contrário, comeriam um cuscuz e um café esfriado e já sem gosto.

Muito bem controlado e contido pois que não queria que o filho se apercebesse ainda do seu plano, Arlindo ansiava pelo grande momento e que o consentimento – sim, o consentimento, que de outra coisa não esperava ele – das duas senhoras fosse ainda dado antes do regresso deles aos Estados Unidos. Seria bom que tudo ficasse resolvido com a presença deles nos Mosteiros. Ele já imaginava o estrear de foguetes anunciador desse quase pedido de casamento. Tentou disfarçar a ansiedade. Acordou o filho com alguma tranquilidade na voz. Não queria deixar entender, por nada deste mundo, que isso pesara com força na decisão da vinda deles à ilha, sobretudo do Ernesto. Só para ele, Arlindo, e muito em segredo, justificava a prioridade da ida à casa da mãe e da avó de Leonor.

Vestiu-se com algum cuidado. Escolheu com critério as peças de roupa a usar. Calçou uns sapatos adequados à ocasião. Colocou o melhor relógio trazido e não se esqueceu de enfeitar os dedos com dois grossos anéis de ouro. Depois de composto e penteado com brilhantina, perfumou-se prodigamente.

...

Bateu ao portão da escada de acesso ao sobrado. D. Laura assomou à varanda da sala e fez-lhes sinal que subissem.

– Arlindo! Que boa surpresa! Como está? A família como ficou? Fizeram boa viagem? Vejo que veio bem acompanhado. É o seu rapaz mais velho? É um belo moço! Vê-se bem, muito parecido com o pai. Vamos entrar?!

Era a mesma D. Laura, sempre com cortesia a receber e não importava quem; muito simpática e bem diferente do defunto marido, para quem alguma quebra de rispidez e dureza no trato social pressupunha falta de autoridade.

Na sala de visitas para onde se encaminharam, encontrava-se já a velha Natália. Arlindo olhou-a com alguma atenção e, surpreendido, recusava-se a reconhecê-la na figura de avançada idade, muito dobrada e que se sustinha procurando equilibrar-se com as duas mãos pousadas sobre uma bengala. Ele pensou, por segundos, na outra Natália de muitos anos atrás, enérgica, esticada e sempre com ar atarefado, pois gostava de ser o bom exemplo de trabalho, de arrumação e de ordem naquela casa.

Recomposto dessa impressão provocada pela visão da mãe do senhor Álvaro José, virou-se de novo para responder ao cumprimento de Laura. Sentiu uma ligeira atropalhagem. Uma emoção inesperada embargou-lhe a voz e, momentaneamente, apanhou-se sem saber bem como responder à altura, estas boas-vindas da antiga patroa. Alguns "fantasmas" do passado, que ele agora não queria evocar, teimavam em espreitar aquele diálogo em que tanto empenho vinha fazendo mentalmente, para ser bem sucedido.

Afinal o seu projecto era o que mais iria contar. Disso não se queria esquecer. O filho ganharia em casar com moça educada, de bom nível social e a antiga família recuperaria o lado financeiro perdido com os novos tempos.

– Ya! Muito bem... A viagem foi very good! E por cá, como têm passado? Nice? A introdução de palavras inglesas na sua fala haveria também de causar boa impressão. Era sinal de que ele estava diferente. Já não era o Arlindo, antigo guarda.

Para as duas tinha trazido perfumes e um estojo de pó-de-arroz e de creme, pois sabia que elas apreciavam e usavam esses cosméticos.

Entregues as lembranças, e enquanto a D. Laura ia abrindo as prendas, as elogiava e agradecia, D. Natália

que com a idade foi ficando surda, falava alto tentando iniciar conversa com Ernesto.

– Ouve lá, tu o que fazes? Estudas? Trabalhas? Trabalhas com o teu pai? ...

Ernesto respondia quase por monossílabos, pois que lhe parecia que a senhora estava a ser curiosa demais para as primeiras impressões...

– Que sim. Que trabalhava com o pai no táxi dele...
– após o que se manteve calado.

Arlindo espreitava ocasião para meter conversa mais familiar, com a D. Laura. Uma conversa que lhe abrisse a via para alguma intimidade e assim preparar caminho para o pedido. Falaram dos sucessivos maus anos agrícolas que vinham acontecendo na ilha. Arlindo sabia disso pelas cartas recebidas na América em que lhe davam conta da seca persistente no Fogo. A década de sessenta, neste particular, não deixaria saudades, dizia D. Laura, que acrescentou que lhe chegou a lembrar, em alguns aspectos, os terríveis e famélicos anos quarenta de muito má memória para todos. Só que agora, e felizmente, as "frentes de trabalho," abertas pelo governo, estavam a matar alguma fome ao povo. Voltando-se para Arlindo:

– O Arlindo é que fez bem. Saiu em boa altura. Assim pôde criar bem os seus filhos. Olhe o seu rapaz – janota e

garbosol Um mocetão!... Sim senhor, pode dar graças a Deus!

Arlindo sorriu satisfeito pelo elogio que assim lhe estabelecia alguma paridade em termos de descendência recíproca. A conversa estava a tomar o rumo que ele pretendia.

– *Ya! Thanks.* É verdade. Também estivemos em Lisboa com a Leonor e a Liana. Elas estão duas raparigas *very pretty!* Sim senhor! Muito direitas e amáveis.

– Muito obrigada. Bem, de facto elas têm-se dado bem por lá. Felizmente em boa hora decidi enviá-las para continuarem os estudos em Lisboa. Sempre foi um grande desejo do pai. Que as filhas estudassem. Que fizessem um curso e assim ganharem uma boa ferramenta de trabalho.

– Oh! *Ya! Sure!* Claro! Nada como os estudos para os nossos filhos. Eu sempre aconselho o Ernesto a prosseguir. Ele está numa terra de oportunidades! E eu, graças a Deus, posso assegurar-lhe algum curso que ele queira fazer... Bem, mas ele agora parece preferir trabalhar comigo. Felizmente é rapaz ajuizado. Não se mete em asneiradas...

– De facto, quando assim é, devemos agradecer ao Senhor essa graça. Embora também se diga que filhos criados, trabalhos dobrados.

Arlindo sorriu com o dito da senhora. Recordou-se desse hábito que dona Laura tinha em falar com exemplos em ditos e provérbios, que para ela acrescentavam muita segurança à conclusão do assunto e, para ele, sabedoria a quem as proferia.

Será agora boa altura para trazer o assunto? – interrogou-se mentalmente.

Alguns largos minutos haviam decorrido da visita. Ernesto pedira licença para sair e dar um passeio para conhecer a povoação.

Arlindo aproveitou a ocasião e decidiu-se: – *Será agora ou nunca! Coragem Arlindo! Vai ao assunto!* – concluiu para si próprio.

– D. Laura, eu trago um assunto particular e gostaria de lhe falar sobre isso. Vou-lhe dizendo que é um assunto para mim, de grande importância. Well, digamos que a realizar-se, seria, de facto, uma das grandes alegrias da minha vida. Uma verdadeira *happiness* se assim posso dizer... Como já viu, aí está o meu rapaz, a quem quero dar o melhor para a vida dele. Gostaria que ele avançasse mais nos estudos. Fez o *High School* com bom aproveitamento. Preferiu por agora trabalhar comigo. Tudo o que é meu será para ele. Temos uma *good and decent life*, boa vida na América. Se assim posso dizer. Casa própria, carro e conta bancária. Tudo devidamente. Ele é um moço educado... a *nice boy!*

– Não duvido Arlindo. Vê-se que tem cuidado bem dos seus...

– *Sure, sure... But,* eu sei que depois da morte do senhor Álvaro, as coisas não continuaram para vós, como eram antigamente. *— repetidamente*

– Lá isso é verdade! Infelizmente a morte do meu marido alterou grande parte dos planos da nossa vida. Sabe, a vida por vezes reserva-nos grandes surpresas! Confesso que a partida do falecido foi a maior e a mais dolorosa de todas para mim... O tempo e a fé nos altos designios têm sido os conselheiros. Enfim, vamos vivendo e não nos queixamos...

– *Well,* bem, tenho esta proposta... este plano de casar o meu Ernesto com a sua Leonor... Ela iria para os *States*, depois poderia dar entrada à mãe e à irmã. Assim, as duas famílias ganhariam...

D. Laura emudeceu. Sentiu-se atónica. Estupefacta, fez um esforço tremendo para se manter calma. Chamou a si todas as boas reservas de contenção, de compreensão, de trato fino. A tudo fez recurso afilativo, para não responder impulsivamente ao proposto pelo antigo guarda. – *Que loucura, meu Deus! O que lhe terá passado pela cabeça?* – interrogou-se mentalmente Laura, quando se ouviu ressoar no instante seguinte, no soalho da sala, uma vibrante pancada da bengala da velha Netália, até aí

calada e aparentemente auto-excluída do desenrolar da conversa entre a nora e o antigo guarda.

— Tenho a impressão que não ouvi bem! Estou cada vez mais surda. Só pode ser!...

— Mãe Natália! Por favor! Deixe este assunto entre o Arlindo e eu. Nós trataremos da questão...

— D. Laura, D. Laura, eu sei que foi apanhada de surpresa. Não estava à espera disto. Posso entender. Por agora fica assim e a senhora vai pensar no assunto. *I'm sorry!* se disse *something unexpected*. Espero não ter feito nada de mal...

Laura, recuperado o sangue-frio esboçou um sorriso e concordou com o ter sido apanhada de surpresa. Que sim. Que fora realmente apanhada de surpresa e como Arlindo devia calcular, ela nem estava à espera, e muito menos preparada para tal proposta, reiterou, tentando encerrar o assunto.

A velha Natália abandonou a sala, sem pronunciar mais palavras e sem se despedir de ninguém. A nora desculpou-a perante a visita com a hora, já chegada, para tomar um dos seus muitos comprimidos.

Feitas as despedidas e já na rua, Arlindo sentia-se intimamente satisfeito e aliviado. Parecia-lhe que tinha cumprido uma grande missão. Afinal, a razão maior da sua

visita à ilha natal. Daria tempo às duas mulheres para sobre isso maturarem e tomarem a decisão acertada. Com o Ernesto presente, à partida, tinha o terreno mais facilitado.

Fechada a porta, Laura dirigiu-se em passadas largas ao quarto da sogra. Esta encontrava-se deitada com a cara virada para a parede. Laura disparou:

— Era só o que faltava! Do que se lembrou o Arlindo! Onde estive eu com a cabeça para lhe aturar a conversa até ao fim? Meu Deus! Do que esta gente se atreve! Convencido que num passe de mágica, os dólares e a nova abastança lhe dariam acesso a tudo. Era só o que me faltava! Casar o filho com a minha Leonor! Nem vou contar isso às meninas! O falecido já deu uma volta na cova. De certeza! Que Deus o tenha em descanso! Olhe, mãe Natália, sei que ficou contrariada com o que ouviu. Vamos preparar a resposta, pois Arlindo está à espera dela. Terá de ser dada com todo o cuidado para não o ferir. Embora ele merecesse uma liçãozinha. Mas enfim... Está a ouvir-me, mãe Natália? Não esteja preocupada. Para mim, o assunto já está resolvido!

A sogra tudo ouviu, mas manteve-se na mesma posição, de cara para a parede. Daí que a nora não pôde ver a expressão de satisfação que se espelhou no rosto da velha. Laura saiu do quarto tentando fechar a porta com cuidado, e dirigiu-se para a salinha de costuras e das arrumações.

Arlindo após ter deixado o sobrado, entrou no bar mais frequentado da povoação. Era uma oportunidade para rever e cumprimentar velhos amigos e conhecidos. Assim sucedeu. Foi recebido com muitos abraços e palavras de agrado pela sua volta e, com ar próspero de quem regressa à terra vindo da América, pagou duas rodadas a todos os que aí estavam. Misturavam-se nele sentimentos de contentamento e em que se incluía também a visita acabada de fazer. Guardava disso uma enorme esperança de sucesso. Tudo se haveria de realizar, tal como desejava. Perguntou se alguém tinha visto o seu rapaz. Claro que sim! Fora até à beira-mar. Americano na terra não passava despercebido. Chamava logo atenção.

Ernesto deaceu a rampa que levava ao cais do porto sem qualquer movimento de navio. O "Beco", como assim era chamado pelos locais o cais da povoação, encontrava-se ruidosamente cheio de miúdos que àquela hora do fim da manhã aí nadavam, atirando-se do alto dos degraus e fazendo de trampolim os pontos mais altos do grande muro circundante. Ernesto quis ver de perto a bravura dos miúdos que esperavam a chegada das ondas mais altas e contínuas para se atirarem em cambalhotas e em saltos acrobáticos, àquele mar bravo cujas ondas pareciam disputar entre elas em correria, em altura e na violência com que batiam constantemente no paredão do velho cais, molhando a todos. Era um espectáculo digno de se ver! Alguns dos rapazes, mal viram o jovem americano a

enrolar as calças, a descalçar-se e a sentar-se num dos pedregulhos situado num ponto bem alcantilado do cais, para melhor os contemplar a nadar rodearam-no, observando-o com minúcia tudo nele e metendo conversa de imediato.

Ernesto ria-se com as perguntas dos miúdos e com o seu crioulo salpicado de palavras inglesas, respondia às questões. Sentia-se distinguido e olhado como pessoa diferente pelos locais. Ao mesmo tempo, invadia-o naquele instante uma sensação de proximidade, de familiaridade e de à-vontade com a sua gente. Era diferente da América.

Um dos rapazes desafiou-o: Anda daí! Vem nadar. A água está boa. O mar está manso!

— Credo! "You guys," chamam a isto mar manso? Are you crazy? No!... não serei capaz de swim... de nadar com essas ondas enormes! Fico a ver-vos. Prefiro estar *here* sentado.

Ernesto continuava a olhar maravilhado e um pouco assustado para aquele emaranhado de ondas que pareciam não ter fim. Vinham umas a seguir às outras, em grandes rolos que os miúdos "furavam" numa agilidade e numa perícia simplesmente espantosas. Mas o moço insistia:

— Vem, és capaz sim. Olha que isto não é nada se comparado com quando está mesmo mau!

– Para nós isto é mar manso – insistiu um dos mais velhos numa risada de gozo.

– Não, hoje não... *Next time*, outro dia. Vocês não estão a ver que não tenho roupa para nadar... não trouxe *trunks* para *swim* – justificou-se Ernesto enquanto caminhava de calças arregaçadas para dentro da água.

Arlindo continuava no bar entre amigos, conhecidos e entre aqueles a quem ele acabava de conhecer. Tratava-se de gente especialista em rondar *americanos* frescos na terra e assim beber mais folgadamente um copo. Com a atenção dividida entre ir à beira-mar à procura do filho e escutar as novidades que corriam no povoado e que todos lhe queriam dar parte, assim se manteve Arlindo no bar por mais algum tempo.

O sol já ia alto e a prima estaria à espera deles para o almoço. Despediu-se de todos com abraços e apertos de mão que prodigamente distribuiu e rumou ao Beco.

Avistou do alto do pequeno miradouro, sobranceiro ao mar, o filho com as calças enroladas e os pés na água, afastado dos demais rapazes que nadavam em mar agitado. Recordou com alguma saudade o seu tempo em que também destemidamente enfrentava as ondas alterosas qual forçado frente ao touro mais bravo! E ali naquele mesmo sítio...

Reparou de novo nas horas e pediu a um miúdo que estava ao lado dele e que o mirava atentamente, que

descesse ao cais e chamasse o filho pois se aproximava a hora do regresso ao Feijal.

Os dias foram decorrendo e as férias de Ernesto, se não eram exactamente como ele esperava que fossem, também não as podia maldizer. De uma coisa estava ele certo, o pai parecia outro. Sempre bem-humorado, contente pelas atenções de que eles eram alvos na rua pelos antigos amigos do pai e familiares. Pareciam-lhe, por vezes, exageradas algumas ofertas em dólares que o pai fazia a pessoas que acabava de conhecer. Mas era costume e normal que um americano assim procedesse, tentava-lhe explicar o progenitor.

Arlindo decidiu meter-se em obras. Andava ocupado o dia todo à volta dos homens e do material necessário para as reparações e as melhorias que queria. introduzir na velha e pequena casa.

Não mais voltara a visitar as duas senhoras. Esperava que D. Laura o mandasse chamar, tal como ficara, pareceu-lhe, tacitamente acordado entre eles. Mas isso ainda não sucedera. Ele sabia que ela iria demorar a responder e uma das razões seria para não dar a entender que aceitara de imediato a sua proposta. Ele bem conhecia os ademanes da gente antiga de sobrado.

Mentalmente cogitou: «*take your time!*». Quanto a isso estava tranquilo, tudo se havia de resolver a contento de todos.

Os dias passaram depressa para Arlindo. As férias a acabar e a hora de regressar aos Estados Unidos aproximava-se. Combinou com o filho que antes de embarcar iriam despedir-se das senhoras e que talvez começasse a partir de então um outro tipo de relação entre as duas famílias. Ernesto perguntou ao pai que tipo de novo relacionamento iria acontecer, mas Arlindo limitou-se a responder: – *surprise!* – e uma boa surpresa, prometia-lhe.

Dois dias antes da partida, Arlindo achou que já era tempo de ter alguma reacção da D. Laura. Estava ele a pensar nisso, quando avistou na loja – onde entrara para comprar mais latas de tinta para acabar a pintura da parte exterior da casa – a Mariazinha, a empregada da D. Laura e da D. Natália. Enviou um recado por ela a informar de que partiria daí a poucos dias e gostaria de saber quando podia visitá-las de novo.

– Vai dar o recado, que eu fico aqui à espera da resposta!

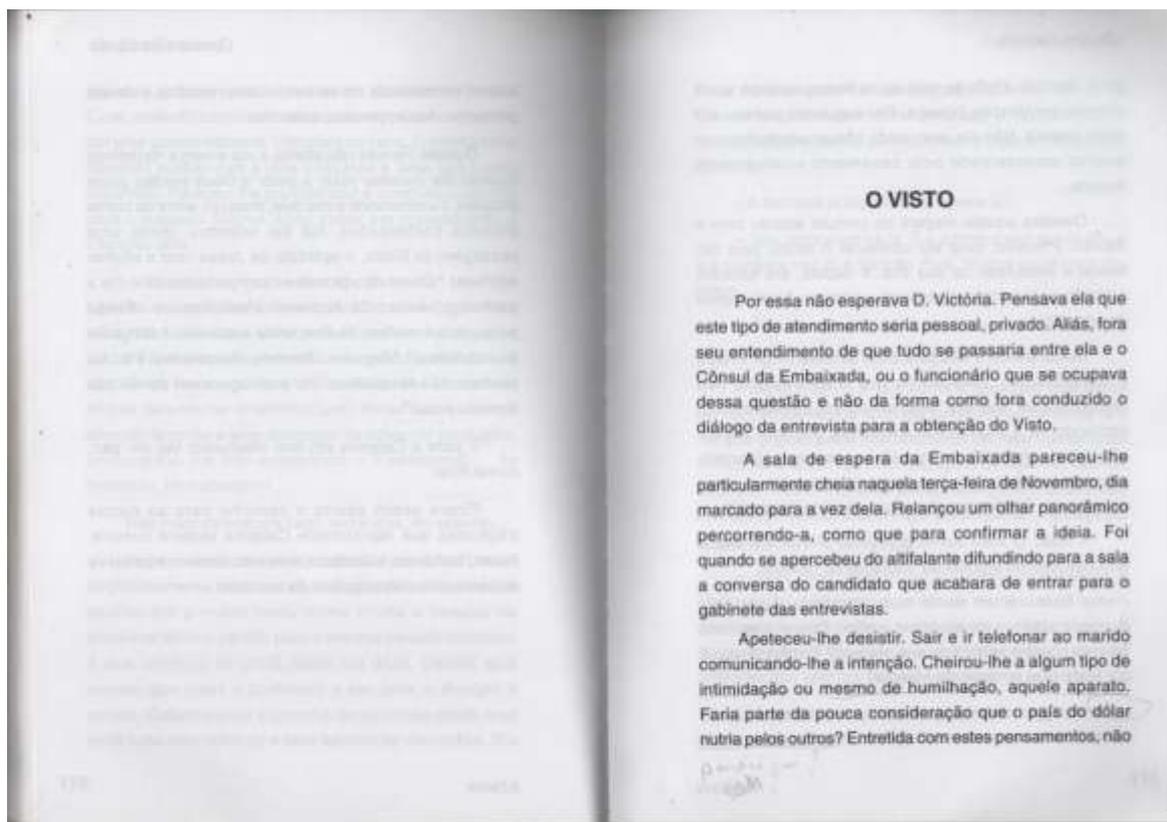
Estava ele ao balcão, de costas para a rua, a pagar as compras feitas, quando sentiu alguém delicadamente tocar-lhe com os dedos nas costas. Virou-se e era a Mariazinha com a resposta da patroa: – Para dizer ao senhor Arlindo que se a sua visita era para saber a resposta sobre aquele assunto, que nem valia a pena sequer sobre

isso falar mais, e que o senhor nem se desse ao trabalho de chegar por perto do portão delas!

Ao ouvir isto, Arlindo pensou que se o vulcão tivesse entrado naquele momento em erupção ele não teria ficado mais perturbado.

Naquela noite, a velha Natália – silenciosa e discretamente – acendeu uma vela à Nossa Senhora de Fátima. Colocou-a defronte da imagem da santa da sua devoção que tinha lugar destacado no oratório do seu quarto. Ajoelhou-se e de expressão sorridente, rezou longamente, pedindo graças e muita protecção para as netas ausentes. Na parte final das orações, rogou também à padroeira para que intercedesse pelo eterno descanso das almas que do mundo partiram.

*Como
maldizer
ninguém
1/1/13*



tinha decidido ainda se saía ou se ficava, quando ouviu chamar por Victória Teixeira. Por segundos pensou ser outra pessoa. Não ela, pois ainda não se acostumara ao apetido acrescentado pelo casamento relativamente recente.

OBJETIVO

Decidira aquela viagem de comum acordo com o marido. Primeiro, para ela conhecer o mítico país tão falado e efabulado na sua ilha, e depois, era também pretexto para juntos celebrarem o primeiro Natal depois de casados.

Indicaram-lhe a sala para onde se devia dirigir. Entrou e cumprimentou. Pareceu-lhe que o entrevistador não respondera ao "bom dia!" bem sonorizado que ela entoou, limitando-se a indicar-lhe a cadeira defronte e bem afastada da secretária em que ele se encontrava já pronto a disparar as perguntas e onde ela viu, num relance, o seu passaporte. Confirma o seu nome: Victória Teixeira?

– Não. O meu nome completo é Victória Maria Barbosa Avelino Medina do Sacramento Teixeira.

– Bem... é um nome muito comprido e nós aqui chamamos pelo nome e o último apelido. Diga-nos senhora Teixeira, qual o motivo da sua viagem? Confirma que é por trinta dias o tempo da estadia?

– Visitar o meu marido. Passar o Natal com ele. Nada mais. Penso regressar ao Fogo em meados de Janeiro.

Ficar mais tempo é frio demais para os meus ossos. Se tudo correr bem serão mesmo trinta dias lá. Não, não tenho intenção alguma de me demorar mais do que um mês longe de casa.

– A senhora já alguma vez esteve lá?

– Não, nunca estive lá. É a primeira vez que lá vou e é a primeira vez que saio do País. Nunca viajei para tão longe.

– Tem familiares, para além do seu marido, que emigraram para lá? Nomes? Endereços?

– Bem, quanto a familiares é provável que tenha gente, porque na ilha do Fogo todos temos parentes lá e sei que grande parte dos familiares do meu marido está lá há muitos anos. Mas nomes, agora de repente, não me ocorrem. Sobre moradas posso assegurar-lhe que não conheço nenhuma. Mas porque me pergunta... se no papel já respondi a isto?

– Pois bem, continuou o Cônsul indiferente à observação – diz-me que só se demorará o tempo declarado no pedido de autorização da entrada. Mas tem de convir comigo que é um pouco difícil acreditar e mesmo entender que seja por tão pouco tempo, de modo que...

D, Victória, dando mostras já de algum agastamento, alteou a voz:

— Oiça uma coisa senhor cônsul, o entendimento ou não da questão, tal como eu lha estou a explicar, é problema seu. Apenas lhe repito que a entrada no seu país por mim pretendida é de visitante. Não tenciono e nem quero, repito, nem quero, outra coisa!

Nova pergunta na voz profissional:

— Senhora Teixeira, há quantos anos o seu marido vive lá?

— Desde rapaz novo. Foi lá que começou a vida a trabalhar numa fábrica de... ah!... Já me esqueci do nome! Só veio visitar a terra e os parentes há coisa de dois anos e por cá se deixou estar uma temporada. Foi assim, nesse intervalo de tempo que o casamento entre nós se firmou. Eu não o conhecia antes... Embora ele diga lembrar-se de mim quando miúdo e quando ia à nossa casa pedir a bênção à minha avó ou fazer algum mandado da mãe — acrescentou a inquirida de expressão séria.

— Bem, continuando, a senhora Victória ainda não me disse os verdadeiros motivos que a levam... Tem estado até agora a... desculpe a franqueza, a divagar. O que quero saber é a garantia que me dá para eu acreditar no seu regresso. Está a ver: é a primeira vez que vai estar com ele. O seu marido vive e trabalha lá. Ele tem casa lá. Como garante que a sua intenção não é ir para ficar? E pede um Visto de Turista? Não há-de estar a tentar enganar a Embaixada, pois não, senhora Victória?

Neste ponto, e já de voz alterada e de cara zangada, ripostou:

— Ah! Ah! Ah! Que a coisa já está a virar torta para o meu gosto! Oh senhor Cônsul, eu não pretendo enganar ninguém e nem tenho necessidade de fazer tal coisa. Vamos aqui clarificar alguns pontos que me parecem não estar bem entendidos. Eu, quando pedi visto de turista era, é, e continua a ser mesmo este o tipo de entrada que pretendia, e pretendo. Ponto final, parágrafo. O senhor está-me a entender? Fala bom português, portanto vai entender tudo. Tenho quarenta e um anos de idade. Venho de família antiga. Abastada noutros tempos e com nome conhecido na Ilha. Casei tarde porque quis. Podia ter casado em tempo certo. Pretendentes não me faltaram. Escolhi muito e fui perdendo as oportunidades em matéria de arranjar marido à altura. Só agora, há coisa de um ano, achei por bem fazê-lo... Bem, adiante. Nem sei porque lhe estou a contar esta parte que só a mim diz respeito...

— Senhora Teixeira, vou ter que a interromper. Aqui à embaixada, não interessa nada do que a Senhora está a dizer...

— Não, não me interrompa! — gritou ela em tom peremptório — Vai ter de me ouvir e vou continuar. Nunca, em tempo algum, passou-me pela ideia emigrar para lá. Porquê? Por várias razões, das quais só posso explicar aquelas que me são familiar e culturalmente explicáveis.

Nasci num sobrado. Espero que entenda isto. Habituei-me, do tempo do meu avô paterno a vê-lo, e posteriormente aos meus pais, a tratar de papéis para os guardas das propriedades de café e empregados das lojas que tínhamos, ou seus familiares. Desde atestado médico, passando pelo preenchimento dos formulários da vossa Embaixada, indo até tratar da situação militar, dado que eram os homens que na altura saíam à procura de vida melhor na terra do senhor cônsul. Por vezes, chegavam mesmo a abonar-lhes ou a pagar-lhes a passagem. Mas nunca nós. Eles sim. Então eu levantei-me com o entendimento que ir para lá era para quem estava necessitado. Como se dizia antigamente, para a gatinha pobre. Bem, também é verdade que havia algumas excepções dentro das famílias da alta. Um ou outro membro, normalmente por razões de desavença familiar, ou de empobrecimento inesperado, lá zarpava para a sua terra, senhor Cônsul. Era um tipo de viagem que a nós não prestigiava. Nós íamos para Lisboa. Ah! Sim! Essa era a viagem prestigiante para gente como nós! Ou passear, passar temporadas, ou consulta médica, ou ir lá frequentar colégios... ou assim. Eu por acaso não fui. Filha "codê", não me queria separar da minha mãe. Mas os meus irmãos, quase todos. Sobretudo os rapazes. Olhe, dois deles passaram lá alguns anos. É certo que não aproveitaram bem os estudos e até gastaram nisso muito dinheiro ao nosso pai, mas regressaram a tocar muito bem

violino e bandolim. Eu, muito apegada à minha mãe e às coisas da casa, fui tomando conta de tudo. No fim, já adulta e única solteira, era quem cuidava dos bens da família. Sempre vivi em S. Filipe e espero que os meus ossos lá fiquem quando chegar a hora.

— Senhora Teixeira! Senhora Victória! Aproveitou o cônsul para a interromper — Não pode continuar com estas histórias todas! Temos mais o que fazer! Vamos ao que interessa!

Mas ela, cada vez mais exaltada:

— Não me vou calar! Vai ter de ouvir tudo! É que se não for assim, o senhor não compreenderá porque cheguei hoje aqui e esta sala para lhe pedir o visto de entrada!

Olhe, quando o 25 de Abril chegou aqui, as coisas transformaram-se de uma tal maneira, que já ninguém conhecia o seu lugar na sociedade e tudo saiu fora do lugar. Nada ficou como dantes! Aquilo que a gente acreditava e aceitava como certo na minha ilha, passou a ser criticado por esses revolucionários, combatentes de... ou lá como se chamam os que agora mandam em nós, gente de sobrado, objecto de troças e de perseguição. Depois foi a independência, ainda se fosse só ela, mas não, veio acompanhada da reforma agrária que o meu pai chama de "afronta agrária". Só recentemente que gente como nós começou a sair para o seu País, senhor Cônsul. Os tempos não têm sido fáceis de suportar! Acredite que os feitores,

os guardas das terras, se saíntaram de tal maneira!... Eles, mais os familiares... Alguns até se julgam mais donos do que os verdadeiros. Se caíhar herdaram agora dos centros da reforma agrária impostos e implantados no Fogo. Vão ao ponto de não só se recusarem a devolver a terra como de entregar a colheita ao dono. Enfim, uma barafunda e uma confusão que já ninguém entende...

Mas também sempre lhe digo uma coisa: até parece que Deus castigou a maldade daqueles que pretendiam tomar os sobrados, as lojas e as terras, pois não tem chovido nestes últimos anos como deve ser e a terra deixou definitivamente de dar coisa de jeito e nenhum, mas nenhum, ficou mais rico por as ter usurpado...

Em tom já também alterado embora contido, tentou o responsável da embaixada:

— Não! Não pode ser! Já é demais! Tenho muita gente à espera de ser atendida! A senhora não pode ficar aqui a manhã toda! Ainda por cima sem me apresentar provas de que a sua ida é de regresso no prazo...

Mas ela sem se dar por vencida, continuava na mesma toada:

— É por isso mesmo que lhe estou a dizer estas coisas que é para entender as provas que dou de ida e de regresso. Está a seguir-me? Eu até peço desculpa, senhor Cônsul, se estou para aqui a roubar-lhe tempo, a

desconversar a conversa que devia haver para este assunto. Mas é apenas e tão-somente para o senhor entender que o Visto que pretendo é mesmo de Visitante.

— ... Mas senhora Teixeira, eu também peço desculpas, e desta vez vou ter que a interromper mesmo, apesar de todas estas histórias que me está para aqui a contar... algumas não necessárias para a obtenção do Visto. Aliás, eu não estou ainda convencido de que a senhora vá apenas por um mês e que regresse...

D. Victória de dedo em riste apontado ao cônsul e o tom de voz mais alto:

— Desculpe, senhor Cônsul, mas vai ter mesmo que me escutar com paciência e até eu acabar! Porque se não, o senhor não pode perceber que eu, Victória Maria Barbosa Avelino Medina do Sacramento, e agora Teixeira, venha aqui pedir um visto de visitante para ir passar o Natal com o meu marido.

Moderou o tom e continuou:

Como lhe dizia, os tempos não têm sido fáceis na minha ilha para as famílias semelhantes à minha.

Quando procuramos a razão, o motivo da sanha da aplicação da "afronta agrária", no dizer do meu pai, uma das explicações possíveis para toda esta espécie de perseguição que nos movem, é inveja. E eu acredito que seja mesmo inveja. Inveja de sermos superiores, de classe

alta. Sabe, aqui os portugueses não mandaram... Nós é que mandávamos! E quando chegou a dependência... ou desculpe, a independência eles é que passaram a mandar. Essa gentinha que o senhor vê por aí. Então decidiram aplicar castigo, vingar-se, desforrar a raiva, a inveja, as complicações de classe e todos os maus sentimentos que esta gente traz na alma, sobre nós. Nós, filhos da terra, embora de sobrado. Como meio para a ruindade máxima, instalaram a dita reforma agrária na minha ilha. E é por isso que estou aqui hoje no meio de toda esta gente a pedir-lhe um visto porque o senhor pensa que somos todos iguais. Se fosse há uns anos atrás se calhar era o senhor que me telefonava a oferecer o visto.

Sorriu pela primeira vez em toda a entrevista, com a bazófia saída. Parou por segundos para retomar o fôlego. Percutiu o rosto do interlocutor em frente dela, para ver o efeito causado. Mas este mantinha a mesma expressão de impaciência que adquirira neste já interminável arengar. De rosto entre as mãos e com os cotovelos fincados na secretária, ele aproveitou a deixa:

– Já percebi, já percebi! O tom de voz, era já de fino gozo.

Retomou a entrevistada:

– Está-me a entender? Pois claro que sim! O senhor cônsul é uma pessoa que estudou e...

Insistiu o cônsul:

– Mas oh senhora Victória, escusa de trazer estes esclarecimentos... não pedidos.

Tentava interrompê-la com um sorriso trocista. Mas ela não se desmanchava. Estava determinada a ir até ao fim. Continuou:

– Desculpe, senhor Cônsul, peço-lhe que me deixe continuar. É que se não lhe explico tudo, o senhor não acreditará nas minhas razões para estar aqui, nesta sala, sentada defronte de si, eu, Victória Maria Barbosa Avelino Medina do Sacramento, agora Teixeira, a pedir o visto de entrada no seu país. Vai-me ouvir até o fim para saber quem sou!

– Ah sim! Claro que a percebo!...

O Cônsul a ironizar. Mas ela sem dar atenção à interrupção e, muito menos ao tom irónico com que fora feita, prosseguiu:

– Olhe, quando casei com José Teixeira, por sinal bom homem, neto do feitor do meu avó materno, foi ele quem comprou o resto das nossas terras e o sobrado da cidade, aliás onde eu moro. Logo que ficou aprazado o nosso casamento, como ia dizendo, combinei com ele que não queria nem carta de chamada, nem "green" carta, ou como vocês dizem... Não senhor, eu não queria nada disso.

Eu iria visitá-lo sim, mas com Visto de visitante. Entendeu, senhor Cônsul? Foi esta a minha decisão e o nosso acordo, antes do casamento realizado o ano passado. Está a ver? Ora sendo assim, não tenho necessidade alguma de vos enganar...

– Senhora Teixeira, senhora Teixeira, por favor! A senhora já me fez perder muito tempo aqui consigo e ainda continua com justificações e argumentos que, repito, alguns dispensáveis e os outros pouco convincentes! Percebe?

O tom de voz, não escondia a impaciência do cônsul. D. Victória furiosa elevava cada vez mais a voz. Levantou-se de rompante da cadeira. Chegou-a com as duas mãos mais para perto da secretária do Cônsul e fez menção de se dirigir para a porta da saída, e já em perfeito paroxismo, berrou:

– Percebo sim, senhor Cônsul. Não sou ignorante das coisas... e quer saber de uma coisa?! Já não quero o Visto. Nem de graça! Ouviu bem? Fique com ele e que lhe faça bom proveito!

Virando-se para o lado do microfone:

– Todos ouviram? Com licença, senhor Cônsul.

O cônsul demonstrando surpresa na atitude da candidata ao visto, atalhou rápido:

– ??? Mas... Senhora Teixeira espere. Eu ainda não disse se lho concedo ou não...

Victória em tom desdenhoso, e já a gritar:

– E nem é preciso! Ouviu muito bem o que eu disse. Não me interessa já a sua decisão. Olhe, passe bem!

– Senhora Teixeira, um momento! Um momento! Espere... Por favor... O seu passaporte.

A D. Victória olhou em volta à procura do cesto dos papéis e exclamou no mesmo volume de voz e com expressão de desprezo:

– Olhe, se quiser, deite-o no cesto dos papéis! É que já não vou precisar dele! Ainda por cima já nem o considero meu, com o vosso carimbo a estragar o documento! Deite-o para o lixo!

– Não, não, não pode dizer uma coisa dessas. Aguarde só um momento, por favor!.. Insistiu o cônsul. E acto contínuo, chamou uma funcionária, pelo intercomunicador: – Oh D. Olga chegue aqui se faz favor!..

Victória Teixeira já nem ouviu e nem esperou mais. Saiu porta fora. Ainda se cruzou no pequeno corredor com a funcionária que fora chamada.

O Cônsul de pé, com o passaporte na mão e de braço estendido em direcção à porta deixada aberta, era uma imagem corada de indignação e de palavra suspensa.

Com ar furioso, num passo rápido e decidido, atravessou que nem um foguete a sala onde estavam os agora estupefactos candidatos ao visto. Alguns ainda

sorriram-lhe como que em sinal de aprovação e alguma admiração pelo que se acabara de passar. Mas ela nem nisso reparou. Passou pelo porteiro e pelos guardas da Embaixada a praguejar enquanto estes iam abrindo alas à passagem da enérgica senhora em direcção à saída do edifício.

Decorridos cerca de duas semanas, estava a D. Victória sentada na espreguiçadeira, a comprida cadeira de lona, à varanda do seu velho sobrado em S. Filipe, num repouso de fim de uma tarde de inícios de Dezembro que prometia alguma frescura ao dia soalheiro e de calor incomum para a época e mesmo para a cidade, normalmente quente, mas que conhecia algum refrigério nessa altura do ano, quando ouviu parar ao portão a mota do carteiro. Este entregou-lhe uma carta registada vinda da Praia. Abriu-a. Era o seu passaporte. Folheou-o e parou numa página. Mirou-a com atenção e reparou que afinal lhe haviam estampado o carimbo de múltiplas entradas.

Fechou-o. Colocou-o numa mesinha ao lado. Meneou a cabeça, deu aos lábios um trejeito de desdém e exclamou:

— Paciência!... Tanta coisa, tanto *bram-bram*... para uma porcaria destas!

Cerrou os olhos ao brilho incomodativo do sol em ocaso e na sua eterna descida para as bandas da Ilha Brava.

A REDELIÇÃO

Quando o sol se pôs, a cidade de São Paulo estava já mergulhada em uma profunda penumbra. O céu era um cinza escuro, e as luzes das janelas das casas começavam a acender-se, lançando um brilho fraco e tímido. O ar estava frio e húmido, e o silêncio era quase absoluto. Apenas o som das águas da chuva que caía no telhado da casa de D. Victória quebrava a monotonia da noite. Ela estava sentada na varanda, a mesma cadeira de lona que já havia ocupado tantas vezes antes. Olhou para o relógio na parede. Eram dez e meia. Já estava tarde demais para sair à rua. Fechou os olhos e tentou dormir, mas a mente não parava de voltar para aquela carta registada que recebera alguns dias antes. Como poderia ser possível? Ela sabia muito bem que não havia feito nenhuma viagem recente. Então, quem era aquele homem que lhe enviara aquela carta? E por que razão? A pergunta parecia não ter resposta. Ela suspirou e voltou a olhar para o céu escuro. Talvez fosse apenas um erro de correspondência. Mas não se podia ter certeza. E ela não gostava de ficar com dúvidas. Precisava saber a verdade. E para isso, precisava sair de casa. Mesmo que fosse apenas para um breve momento. Ela levantou-se e foi até a porta da varanda. Abriu-a e olhou para o jardim escuro. Não havia ninguém lá. Ela saiu e fechou a porta atrás de si. O ar frio bateu-lhe no rosto, e ela sentiu um arrepio. Ela começou a andar lentamente, sem saber para onde iria. Apenas seguindo o instinto. E assim foi até que chegou a uma casa pequena e isolada, escondida entre as árvores. Ela parou na porta e olhou para dentro. Lá estava ele. O homem da carta. Ela não sabia quem era, mas sabia que aquele homem era o responsável por tudo aquilo que lhe acontecera. Ela entrou na casa e fechou a porta atrás de si. O homem levantou-se e olhou para ela com um sorriso enigmático. Ela não sabia o que dizer. Ela não sabia quem ele era. Mas sabia que aquele homem era o responsável por tudo aquilo que lhe acontecera. Ela olhou para ele e viu que ele estava segurando uma carta na mão. Ela sabia que aquela carta era a mesma que ela recebera alguns dias antes. Ela olhou para a carta e viu que ela estava assinada com o nome dele. Ela olhou para ele e viu que ele estava a sorrir. Ela não sabia o que dizer. Ela não sabia quem ele era. Mas sabia que aquele homem era o responsável por tudo aquilo que lhe acontecera. Ela olhou para ele e viu que ele estava a sorrir. Ela não sabia o que dizer. Ela não sabia quem ele era. Mas sabia que aquele homem era o responsável por tudo aquilo que lhe acontecera.

— Quem é você? — perguntou ela, com o coração batendo forte no peito. — Não se preocupe, não sou ninguém de importante. Apenas um homem que quer falar com você. — Ele falou com um tom de voz calmo e seguro. Ela olhou para ele e viu que ele estava a sorrir. Ela não sabia o que dizer. Ela não sabia quem ele era. Mas sabia que aquele homem era o responsável por tudo aquilo que lhe acontecera. Ela olhou para ele e viu que ele estava a sorrir. Ela não sabia o que dizer. Ela não sabia quem ele era. Mas sabia que aquele homem era o responsável por tudo aquilo que lhe acontecera.